

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Fernanda Antunes Moreira Santos

**ANÁLISE DAS DIFERENÇAS QUANTO A OCUPAÇÃO, RENDIMENTOS E
"DESPERDÍCIO DE CÉREBRO" ENTRE MULHERES BRASILEIRAS E
IMIGRANTES INTERNACIONAIS EM DETERMINADAS EMPRESAS NO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Belo Horizonte
2021

Fernanda Antunes Moreira Santos

**ANÁLISE DAS DIFERENÇAS QUANTO A OCUPAÇÃO, RENDIMENTOS E
"DESPERDÍCIO DE CÉREBRO" ENTRE MULHERES BRASILEIRAS E
IMIGRANTES INTERNACIONAIS EM DETERMINADAS EMPRESAS NO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Meire Vilela

Belo Horizonte
2021

301 S237a 2021	<p>Santos, Fernanda Antunes Moreira.</p> <p>Análise das diferenças quanto a ocupação, rendimentos e "desperdício de cérebro" entre mulheres brasileiras e imigrantes internacionais em determinadas empresas no mercado de trabalho brasileiro [manuscrito] / Fernanda Antunes Moreira Santos. - 2021.</p> <p>159 f.</p> <p>Orientadora: Elaine Meire Vilela.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.</p> <p>1.Sociologia – Teses. 2.Mercado de trabalho - Teses. 3.Imigrantes – Teses. 4.Mulheres – Brasil - Teses. I. Vilela, Elaine Meire . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



PPGS UFMG

Programa de Pós-graduação em Sociologia / FAPIC

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

FERNANDA ANTUNES MOREIRA SANTOS

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de Setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **"MULHERES IMIGRANTES E NATIVAS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS QUANTO A OCUPAÇÃO, RENDIMENTOS E 'DESPERDÍCIO DE CÉREBRO' "**. A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as) **Elaine Meire Vilela** (Orientadora - DSO/UFMG), **Marden Barbosa de Campos** (DSO/UFMG), **Yumi Garcia dos Santos** (DSO/UFMG) e **Leonardo Cavalcanti da Silva** (UnB). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (x)

Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2021.

Profa. Dra. Elaine Meire Vilela (Orientadora - DSO/UFMG)

Prof. Dr. Marden Barbosa de Campos (DSO/UFMG)

Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos (DSO/UFMG)

Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva (UnB)

AGRADECIMENTOS

Finalizo essa dissertação sabendo que tive muito apoio e carinho durante todo o processo, agradeço a todos que de forma direta e indiretamente estiveram comigo. Em um período pandêmico descobri a falta que um abraço faz, mas também descobri que podemos ter todo apoio do mundo mesmo a distância, com horas no telefone, vídeo chamada, boas e longas mensagens.

Inicio agradecendo a pessoa que me ajudou a tornar possível este projeto, a minha orientadora Elaine. A sua imensa paciência, seus conselhos e sugestões. Obrigada por acreditar no meu trabalho, desde a graduação, com muito incentivo, boas palavras, sempre sorrindo. Tê-la como orientadora foi um presente pelo qual agradeço diariamente; tenho grande admiração por você.

Aos meus pais, Jacqueline e Emilio, e minha irmã Carol, que me apoiaram diariamente e acreditaram no meu potencial. Sem o apoio de vocês, todo esse processo seria muito difícil. Obrigada por alegrarem meus dias, pela companhia, boas risadas e abraços, e eu reconheço até mesmo o amor de vocês quando perguntavam de 5 em 5 minutos se eu estava acabando. Agradeço também ao Pablo, pela imensa paciência, pelo companheirismo, por me aguentar nas horas de desespero e por me apoiar sempre.

As minhas amigas, Rayssa e Lorena, por estarem comigo e sempre me apoiarem nas minhas conquistas. Aos meus amigos da FAFICH, Tatiana, Rafael, Pietra, Henrique. O que a Meios Jr. uniu, o mundo não separa. Vocês fizeram meus dias na FAFICH serem maravilhosos. Levo vocês no coração, sempre.

Aos amigos da pós-graduação, Ítalo e Liliam, a saudade que sinto é gigante. A pós-graduação não seria a mesma sem vocês, que iluminaram meus dias na FAFICH entre uma aula e outra. Até mesmo durante a pandemia conversar com vocês e poder compartilhar das minhas experiências foi e é algo maravilhoso.

A Cláudia Ayer, que me ajudou nos momentos de desespero com as sintaxes dos dados da RAIS.

A professora Raquel Oliveira, por ter me acolhido tão bem como sua monitora, foi uma experiência enriquecedora.

Aos professores que fizeram parte da qualificação, Yumi Garcia e Marden Campos, seus comentários e sugestões foram importantes para que este trabalho pudesse aperfeiçoar.

RESUMO

Este trabalho tem como foco central a análise comparativa da situação socioeconômica e ocupacional entre mulheres imigrantes internacionais e mulheres brasileiras inseridas em algumas empresas específica no mercado de trabalho formal brasileiro, no ano de 2017. O intuito central é identificar se e como origens étnica/nacionais impactam a situação ocupacional de mulheres imigrantes e nativas no mercado de trabalho brasileiro. Através dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano de 2017, foram analisadas as principais nacionalidades de mulheres do Norte global (portuguesas, japonesas, norte-americanas, francesas, italianas) e Sul global (haitianas, paraguaias, argentinas, bolivianas, uruguaias) dentro do mercado laboral, através do tempo de residência, separando as mulheres que residem 10 anos ou menos das que residem 11 anos ou mais no Brasil. Elas são comparadas com brasileiras brancas ou não brancas.

Os resultados demonstram que origem étnica/nacional de imigrantes dentro do mercado formal brasileiro pode impactar positiva ou negativamente na situação socioeconômica e ocupacional das trabalhadoras, quando comparadas às brasileiras brancas ou negras. As imigrantes do Norte global estão em melhor situação ocupacional, essas mulheres, apresentam alta escolaridade, melhores rendimentos (exceto as japonesas) e conseguem alcançar as melhores posições ocupacionais que as nativas, sejam estas brancas ou negras. Entretanto são elas que mais sofrem com o desperdício de cérebros, por não conseguirem transferir o capital humano adquirido na origem, mesmo após 11 anos ou mais de residência no país. Em geral, as mulheres do Sul global mesmo apresentando, na maior parte dos casos, escolaridade intermediária ou baixa, conseguem melhores rendimentos que as brasileiras. Essas mulheres também se deparam com a sobreeducação principalmente após 11 anos de residência no Brasil, mas em menor proporção do que as do Norte global. Apenas as haitianas se encontram em pior situação quando comparadas as brasileiras. Estas imigrantes se deparam com um mercado que oferece poucas oportunidades e com os rendimentos mais baixos. Vale destacar que brasileiras negras estão em pior situação frente as demais mulheres nativas e imigrantes (exceto as haitianas).

Palavras-chave: Mercado de trabalho formal; Imigrantes do Sul Global; Imigrantes do Norte global; Brasileiras brancas e não brancas.

ABSTRACT

This work has as its central focus the comparative analysis of the socioeconomic and occupational situation between international immigrant women and Brazilian women inserted in some specific companies in the Brazilian formal labor market, in the year 2017. The main purpose is to identify whether and how ethnic/national origins impact the occupational situation of immigrant and native women in the Brazilian labor market. Through data from the *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)* for 2017, the main nationalities of women from the global North (Portuguese, Japanese, North American, French, Italian) and the global South (Haitians, Paraguayans, Argentines, Bolivians, Uruguayans) within the labor market, through the time of residence, separating women who have lived for 10 years or less from those who have resided for 11 years or more in Brazil. They are compared with white or non-white Brazilian women.

The results demonstrate that ethnic/national origin of immigrants within the Brazilian formal market can positively or negatively impact the socioeconomic and occupational situation of female workers, when compared to white or black Brazilian women. Global North immigrants are in the best occupational situation, these women, are highly educated, better suited (except as Japanese) and manage to reach better occupational positions than natives, whether white or black. However, they are the ones that are most processed – with the waste of brains, for not being able to transfer the human capital acquired at origin, even after 11 years or more of residence in the country. In general, women from the global South even have, in most cases, intermediate or low education, getting better than Brazilian women. These women also face overeducation, mainly after 11 years of residence in Brazil, but to a lesser extent than those in the global North. Only Haitians seek themselves in a worse situation when compared to Brazilians. These immigrants face a market that offers opportunities and the best lows. It is worth noting that black Brazilian women are in a worse situation compared to other native and immigrant women (except for Haitians).

Keywords: Formal labor market; Immigrants from the global South; Immigrants from the global North; White and non-white Brazilian women.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** As cinco principais nacionalidades do Sul global, no mercado de trabalho formal brasileiro, 2017 - RAIS. 68
- Tabela 2:** As cinco principais nacionalidades do Norte global, no mercado de trabalho formal brasileiro, 2017 - RAIS. 69
- Tabela 3:** Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS 94
- Tabela 4:** Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS 95
- Tabela 5:** Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, que residem 10 anos ou menos no Brasil, 2017 – RAIS 96
- Tabela 6:** Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, que residem 11 anos ou mais no Brasil, 2017 - RAIS 97
- Tabela 7:** Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS 98
- Tabela 8:** Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, que residem 10 anos ou menos no Brasil, 2017 - RAIS 99
- Tabela 9:** Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, que residem 11 anos ou mais no Brasil, 2017 - RAIS 100
- Tabela 10:** Distribuição percentual e frequência total de Sobreeducação e com 10 anos ou menos de residência no Brasil, para mulheres migrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS..... 103
- Tabela 11:** Distribuição percentual e frequência total de Sobreeducação e com 11 anos ou mais de residência no Brasil, para mulheres migrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS 103
- Tabela 12:** Distribuição percentual e frequência total de Sobreeducação, Tempo de Residência e Grau de Instrução, para mulheres migrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS..... 105

Tabela 13: Distribuição percentual e frequência total de Rendimentos para mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS..... 106

Tabela 14: Distribuição percentual e frequência total de Rendimentos e Tempo de Residência, para mulheres imigrantes do Norte global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS 106

Tabela 15: Distribuição percentual e frequência total de Rendimentos e Tempo de Residência, para mulheres imigrantes do Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS108

Tabela 16: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Sobreeducação para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras brancas como grupo de referência..... 111

Tabela 17: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Sobreeducação para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras não brancas/negras como grupo de referência..... 113

Tabela 18: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Renda para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras brancas como grupo de referência..... 115

Tabela 19: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Renda para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras não brancas/negras como grupo de referência..... 117

Tabela 20: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Grupos Ocupacionais Superiores para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras brancas como grupo de referência.... 121

Tabela 21: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Grupos Ocupacionais Superiores para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras não brancas/negras como grupo de referência. 122

Tabela 22: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Grupos Ocupacionais Inferiores para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras brancas como grupo de referência. 124

Tabela 23: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Grupos Ocupacionais Inferiores para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras não brancas/negras como grupo de referência. .. 125

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Participação do grupo das 10 principais nacionalidades de imigrantes do Norte global e do Sul global e de brasileiras brancas e não brancas no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS 70
- Gráfico 2** - Distribuição percentual das mulheres no setor público e privado, por grupo de brasileiras e imigrantes, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS 71
- Gráfico 3** - Faixas de idade, em percentual, de mulheres brasileiras brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, no ano de 2017 - RAIS 74
- Gráfico 4** - Distribuição percentual de brasileiras brancas e não brancas e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, segundo grupos educacionais, 2017 - RAIS 87
- Gráfico 5** - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, no mercado de trabalho formal, segundo grupos educacionais, 2017 - RAIS 88
- Gráfico 6** - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, que residem 10 anos ou menos no Brasil, segundo grupos educacionais, 2017 – RAIS 89
- Gráfico 7** - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, que residem 11 anos ou mais no Brasil, segundo grupos educacionais, 2017 – RAIS 90
- Gráfico 8** - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, no mercado de trabalho formal, segundo grupos educacionais, 2017 - RAIS .. 91
- Gráfico 9** - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, que residem 10 anos ou menos no Brasil, segundo grupos educacionais, 2017 – RAIS 92
- Gráfico 10** - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, que residem 11 anos ou mais no Brasil, segundo grupos educacionais, 2017 – RAIS 93
- Gráfico 11** - Distribuição percentual de sobreaducadas e não sobreaducadas para mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul Global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS..... 101
- Gráfico 12** - Distribuição percentual da Média de Rendimentos das mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS 110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis dependentes e independente de teste, 2017 – RAIS.....	76
Quadro 2: Variáveis independentes de controle, 2017 - RAIS.....	80
Quadro 3 - Modelos de regressão dos dados da RAIS 2017	84

ABREVIATURAS E SIGLAS

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

IOM - International Organization for Migration

ME - Ministério da Economia

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

OBMIGRA - Observatório de Migrações Internacionais

ONU - Organização das Nações Unidas

PEA - População Economicamente Ativa

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

UN - United Nations

UNDESA - United Nations Department of Economic and Social Affairs

Sumário

Introdução	14
1. Fluxo migratório para o Brasil	19
1.1 Economias Globais: Norte e Sul Global	21
1.2 O Brasil na rota migratória	26
2. Mercado de trabalho brasileiro	32
2.1 Homens e mulheres e outros marcadores sociais no mercado laboral.....	35
3. Abordagens teóricas	40
3.1 Pesquisas sobre o mercado de trabalho e os diferenciais entre nativo(a)s e imigrantes	53
3.2 Hipóteses.....	64
4. Metodologia e dados	65
4.1 Características da base de dados	65
4.2 Delimitações dos dados da RAIS 2017	66
4.2.1 As variáveis	75
4.3 Delimitação dos modelos	83
5. Análises descritivas	86
I. Análise Geral	86
II. Sobreeducação	101
III. Renda.....	105
6. Análise dos modelos de regressão	110
I. Sobreeducação.....	110
II. Renda.....	115
III. Grupos Ocupacionais Superiores e Inferiores	120
7. Considerações Finais	129
8. Referência Bibliográfica	136
Anexos	147
Anexo A	147
Anexo B.....	148

Introdução

Este trabalho tem como foco central a análise comparativa da situação socioeconômica e ocupacional entre mulheres imigrantes internacionais¹ e mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho formal brasileiro, em estabelecimentos que empregam pelo menos uma imigrante internacional no ano de 2017. A principal pergunta que move este trabalho é “*A origem étnica/nacional impacta na situação socioeconômica e ocupacional das mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro?*”. O intuito central é identificar se e como origens étnica/nacionais impactam a situação sócio ocupacional de mulheres imigrantes e nativas no mercado de trabalho brasileiro. Para isso, os dados utilizados para análises são os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia (ME) do ano de 2017.

Analisar tal questão torna-se cada vez mais importante, dado que as migrações internacionais contemporâneas se encontram caracterizadas pelo aumento da migração feminina (ANGELIN, 2012). No mundo, as mulheres representam quase metade do total mundial de migrantes internacionais, isso quer dizer que são 123.840 milhões de mulheres migrantes, segundo a IOM – *International Organization for Migration* no ano de 2017, isso representa 48% do total de imigrantes (IOM, 2020). Em contextos atuais, são as mulheres as responsáveis por metade do número total de migrantes internacionais (ASSUNÇÃO, 2016).

No Brasil, embora o número de mulheres imigrantes internacionais ainda seja menor do que o número de homens, elas apresentam a cada ano aumentos significativos. Segundo o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), o estoque de mulheres imigrantes é de 46,4%, do total de 431.319 mil estrangeiros em 2010 (SIDRA, 2020). Entretanto, os fluxos migratórios dessas mulheres ainda não recebem tanta atenção quanto aos fluxos dos homens. Contudo, há estudos, como será exposto mais para frente, que buscam direcionar seus olhares para as questões que tangem as mulheres. Este trabalho se propõe a dar luz às mulheres imigrantes

¹ Denomino aqui como imigrante internacional a pessoa que nasceu em outro país que não o Brasil e, em 2017, reside no território brasileiro. Neste caso, os imigrantes internacionais são indivíduos que se deslocam para outro país diferente do de nascimento e que lá permanecem por um período acima daquele estabelecido para turista.

internacionais no Brasil e busca preencher as lacunas deixadas pelos trabalhos anteriores, que naturalizam o processo migratório a partir do fluxo masculino.

Desta forma, o foco do estudo são as mulheres imigrantes internacionais e nativas que se encontram formalmente no mercado de trabalho formal, conforme as leis trabalhistas do Brasil. Portanto, imigrantes não documentadas e em situação irregular no país não entram nas análises. Além disto, as mulheres inseridas no mercado informal de trabalho não são analisadas, dada a limitação dos dados. Dessa forma, os dados aqui analisados são enviesados, o que resulta em uma análise para um grupo específico.

Para se ter uma noção da representatividade do grupo analisado, em comparação ao grupo de mulheres no setor informal, exponho algumas informações através do Censo 2010. Por exemplo, se tratando de brasileiras, as mulheres brancas representam, 48,4% no setor formal, e 51,5% no setor informal; as mulheres negras, 55,6% no setor formal, e 44,3% no setor informal. Quando se trata de imigrantes, por exemplo, 65,9% das mulheres paraguaias estão no setor formal, enquanto 34% no setor informal. As mulheres bolivianas estão 76,8% no setor formal, enquanto 23,2% no setor informal; as Argentinas estão 54,6% no setor formal enquanto 45,3% no setor informal; as Chinesas 64,7% no setor formal enquanto 35,3% no setor informal (CENSO, 2010). As autoras Maciel e Oliveira (2016) demonstram que no Brasil, entre o ano de 2000 e 2010, houve crescimento no setor formal (de 41,85% para 45,46%) e queda no setor informal (43,40% para 36,62%) para as mulheres brasileiras. Já os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua, por sua vez, demonstram que no Brasil em 2017 (no geral, para homens e mulheres no Brasil), 36% das pessoas estavam empregados no setor privado com carteira assinada, 25,3% trabalhava por conta própria, e 12,2% era empregado no setor privado mas sem carteira assinada. Nóbrega *et al.* (2020) apontam que entre as pessoas ocupadas no Brasil em 2016, das 5.013.394 pessoas no mercado formal, 46,2% eram homens e 30% eram mulheres. Já no setor informal, das 2.836.160 pessoas, 24% eram homens e 18,35% eram mulheres.

Através dos dados apresentados acima, é possível ter noção da representatividade do setor formal e informal dentro do mercado de trabalho brasileiro. O mercado de

trabalho formal possui números expressivos e representam uma parcela grande dentro do mercado de trabalho Brasileiro e não uma minoria.

Dessa forma, os dados apresentados nesse estudo, a RAIS 2017, não podem ser generalizados para todos os grupos de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, mas somente para aquelas inseridas no mercado formal brasileiro (somente aquelas empregadas de estabelecimentos com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ) e para brasileiras que estão empregadas dentro de empresas que empregam as mulheres imigrantes. Com isso, as mulheres aqui analisadas, imigrantes ou nativas, não são as que estão em maior situação de vulnerabilidade como muitas daquelas inseridas no mercado informal de trabalho ou daquelas que se encontram fora do mercado em situação provavelmente ainda mais precária (CARVALHO, 2014; DUTRA, 2013; OIT, 2008). Contudo, isso não quer dizer que as imigrantes que estão formalizadas no mercado de trabalho brasileiros não apresentem desigualdades de condições quando comparadas com as nativas. É isso que busco verificar e compreender nesse estudo.

Outro ponto a destacar é que, neste trabalho o termo imigrante internacional refere-se a pessoas nascidas em outro país, que não o Brasil, que decidiram residir e trabalhar no país. A literatura apresenta tanto o termo “imigrante” quanto o termo “estrangeiro”. São conceitos que possuem significados diferentes, mas que, em alguns casos, acabam sendo usados como sinônimos. O termo estrangeiro é relativo ao indivíduo de outro país ou nação, a pessoa não natural e nem cidadã do país onde se encontra (SEYFERTH, 2008). O estrangeiro refere-se ao indivíduo que está de passagem pelo país, como por exemplo os turistas (SAYAD, 1998). O termo marca a diferença entre grupos que são desejáveis e indesejáveis, pois turistas de determinados países são vistos econômica e politicamente como desejáveis, já outros não possuem a mesma avaliação (SEYFERTH, 2008; SAYAD, 1998). Diferentemente, o termo imigrante marca a entrada em outro país, estado, ou município, com o estabelecimento de residência permanente ou de média ou longa duração (VILELA, 2017; SEYFERTH, 2008). O termo imigrante internacional carrega um peso, pois ele passa a ser visto em muitas sociedades como um alienígena, que ao se estabelecer em um novo país está sujeito a uma legislação restritiva e sem direitos plenos de cidadania (SEYFERTH, 2008).

Esclarecidas quem são as "pessoas" de análise, destaco que as perguntas que movem este trabalho são: a) origem étnica/nacional impacta na situação socioeconômica e ocupacional das mulheres imigrantes internacionais, comparadas às nativas brasileiras?; b) mulheres do Sul global se encontram em desvantagem no mercado de trabalho brasileiro, se comparadas à mulheres do Norte global? E ambas comparadas às brasileiras, há desvantagens?; c) Quais mulheres de quais países encontram-se em vantagem ou em desvantagem no mercado de trabalho comparadas às nativas do Brasil?; d) mulheres imigrantes vivenciam maior "desperdício de cérebro" comparada às nativas?; e) Quais imigrantes, de quais países, recebem melhores, piores, ou iguais rendimentos se comparadas às brasileiras? Quais grupos de mulheres imigrantes, comparadas às nativas, estão em piores ocupações no mercado de trabalho brasileiro? Para responder tais questões, as mulheres selecionadas para análises são: i) imigrantes originárias do Sul global, dos países do Haiti, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai; ii) imigrantes do Norte global de Portugal, Japão, Estados Unidos da América (EUA), França e Itália; iii) naturais brancas e não brancas² do Brasil, sendo essas os grupos de referências para a análise. As origens étnicas nacionais selecionadas são as que representam as dez principais nacionalidades que se encontram inseridas no mercado formal no ano de 2017, sendo cinco principais de países do Norte global e outras cinco principais de países do Sul global.

Com o intuito de um melhor desenvolvimento da leitura do trabalho, além desta introdução o texto está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo busca demonstrar os fluxos migratórios para o Brasil. Esses fluxos estão diretamente ligados às dinâmicas globais, e, portanto, a primeira subseção tem como objetivo demonstrar como as migrações são impactadas pelas economias globais, sejam de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. O Brasil se encontra na rota das migrações internacionais, atraindo pessoas oriundas do Norte global, mas principalmente do Sul global. Na segunda subseção apresento o Brasil na rota migratória e examino, ainda

² Faço a separação das brasileiras entre brancas (brancas e amarelas) e não brancas (pretas, pardas e indígenas) afim de verificar a diferenciação ocupacional com as imigrantes. Ao usar cor/raça apenas para as nativas compreendo a grande lacuna que deixo em aberto na comparação com as imigrantes, dado que dentro dos grupos do Norte e Sul global as mulheres apresentam características heterogêneas, principalmente se tratado da cor/raça e origem. Mas, embora há perdas, os ganhos são maiores, como demonstro mais para frente.

que sucintamente, o histórico migratório do país, desde os principais marcos migratórios até os fluxos mais atuais.

O segundo capítulo objetiva compreender o mercado de trabalho brasileiro a partir do século XX até os dias atuais e demonstrar as dinâmicas do mercado de trabalho, buscando identificar as barreiras que são encontradas pelas mulheres nativas e imigrantes quando comparadas aos homens ou entre elas. No terceiro capítulo é feito o levantamento dos principais trabalhos teóricos que versam do tema do processo migratório internacional, principalmente no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, vivenciado por mulheres. São abordadas questões como “desperdício de cérebros”, as dificuldades encontradas no mercado de trabalho, até os principais setores que atraem as mulheres, além, é claro, de trazer o debate sobre o foco dessa dissertação que se refere aos fatores que impactam numa melhor ou pior situação das imigrantes no mercado de trabalho. Trata-se de um tema pouco estudado sobre as imigrantes mulheres, se comparado ao volume de trabalhos que focam os homens migrantes. Mas com base em estudos anteriores busco construir uma nova perspectiva para o estudo da migração internacional e o gênero feminino. Ao final deste capítulo, são postas as principais hipóteses relativas a este trabalho.

A metodologia deste trabalho encontra-se no quarto capítulo. Neste momento, apresento as limitações e as delimitações do banco de dados, discuto as variáveis e os modelos de análise. No quinto capítulo são apresentadas as análises descritivas que buscam comparar a) imigrantes internacionais entre si, e b) as nativas com as imigrantes, afim de explanar as características econômicas dessas mulheres, quais sejam: nacionalidade, escolaridade, grupos ocupacionais, rendimentos, sobreeducação na ocupação no Brasil.

O sexto capítulo testa as hipóteses propostas neste trabalho através de técnicas e modelos estatísticos. O intuito central aqui é verificar o efeito de origem étnica nacional sobre a situação econômica e ocupacional das mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro. Por fim, no último capítulo apresenta as principais considerações finais sobre este trabalho.

1. Fluxo migratório para o Brasil

A história da humanidade é marcada pelos movimentos migratórios, sejam eles em decorrência de guerras, desastres ambientais, perseguições políticas, étnicas ou culturais, crises econômicas, carência de recursos, busca por trabalho e melhores condições de vida, entre outros (ALENCAR RODRIGUES *et al.*,2010; MARINUCCI; MILESI, 2005; CÂMARA, 2014). As migrações não se tratam de fenômenos isolados. Os fluxos estão dentro de uma integração global, com movimentação de mercadorias, capitais e ideias. Não existe apenas uma característica de migração dentro de cada país, sempre há uma gama de tipos de migração que acontecem juntos (CASTLES *et al.*, 2014).

São diversos os fatores que contribuem para que as migrações continuem ocorrendo, sejam internos ou externos aos países, como a) desigualdades de riqueza entre nações pobres e ricas, impulsionando milhares de pessoas a buscarem melhores condições de vida, b) conflitos políticos, étnicos e religiosos em diversos países ou regiões que movem diversos refugiados pelo mundo, c) criação de áreas de livre comércio abrindo portas para novas mãos de obra, d) desenvolvimento econômico de regiões pobres, dando aos indivíduos recursos para a migração, e) áreas de grande violência e exploração, f) pobreza e falta de oportunidades, g) causas ambientais e mudanças climáticas entre outros (CASTLES *et al.*,2014).

Embora os primeiros grandes fluxos migratórios tenham ocorrido através da conquista e colonização de terras estrangeiras (do "velho" para o "novo" mundo), esse padrão muda com a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). Tem como característica uma migração forçada, por conta de guerra, em que grandes deslocamentos ocorreram no mundo pós Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) e moveram cerca de 18,5 milhões de pessoas nesse período, para diversos países e regiões do globo (CASTLES *et al.*,2014).

No mundo pós-guerra os fluxos migratórios tinham como característica o movimento Sul-Norte, se direcionando principalmente aos países EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (CASTLES *et al.*,2014). Essa migração se caracteriza, principalmente, por uma migração voluntária e de imigrantes econômicos, ou seja, aqueles indivíduos que

buscam melhores oportunidades de trabalho. Esses fluxos se mantiveram constante durante a segunda metade do século XX.

A partir do século XXI, além da imigração econômica, há um aumento considerável das migrações de refúgio e de ajuda humanitária. Indivíduos que estão dentro destas modalidades migratórias precisam ser diferenciados da modalidade migratória voluntária. Refugiados e imigrantes de ajuda humanitária estão enquadrados na “migração forçada”, quer dizer que são obrigados a buscar refúgio e ajuda em outros países. A migração forçada acontece por conta de questões políticas, violência étnica, perseguição, conflitos internos ou internacionais e também por conta de desastres naturais (exemplo disso foi o tsunami que atingiu a Ásia em 2004 e o terremoto do Haiti em 2010) (MOREIRA, 2017; CASTLES *et al.*, 2014).

No ano de 2010, o número de refugiados no mundo era por volta de 16,3 milhões, segundo os dados da *United Nations Department of Economic and Social Affairs – UNDESA* (CASTLES *et al.*, 2014). Os refugiados estão em situação mais vulnerável no mundo se comparado aos demais imigrantes. Eles necessitam da proteção do Estado no destino, pois o Estado de origem não foi capaz de assegurar seus direitos (MOREIRA, 2017). Enquanto os refugiados acabam migrando para áreas mais pobres (exemplo disso são os Africanos que migram para a Ásia), as outras modalidades migratórias tendem a procurar áreas mais ricas, principalmente quando se trata de uma migração qualificada. Esses imigrantes podem retornar ao país de origem assim que desejarem diferentemente dos refugiados (ACNUR, 2018; CASTLES *et al.*, 2014). Apesar do aumento da migração forçada, de refugiados principalmente, a busca por melhores condições de vida aparece no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2009 como principal motivo para migrar, demonstrando que a tendência global do movimento migratório é econômico, fator que também dita a direção dos fluxos.

O fluxo de mulheres imigrantes é cada vez mais significativo no Brasil e no mundo. Durante muitos anos se acreditou que o status da mulher imigrante estivesse ligada a figura masculina (principalmente pai ou marido), furtando dessas mulheres a decisão pela migração, fazendo com que elas se tornassem invisíveis no processo de migração (ALBUQUERQUE, 2005; ABRANCHES, 2007; ALENCAR RODRIGUES *et al.*, 2010; TEDESCO, 2011). O número de autorizações concedidas aos imigrantes

para o trabalho no Brasil tem um número cada vez maior para as mulheres. Entre os anos de 2011 e 2015, em relação as autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), ainda que o número de homens seja numericamente maior, as mulheres tiveram crescimento no período analisado. Em 2011, 371 mulheres receberam autorizações, com crescimento em 2012, passando para 1.114. Entre 2013 e 2014, houve uma queda nas autorizações, com 794 e 600 mulheres respectivamente. E em 2015, o número de mulheres entrando para o mercado de trabalho foi de 8.117 (BOTEGA; ARAUJO; TONHANTI, 2016). Entre 2011 e 2015, a taxa de crescimento no número de entrada de mulheres para o Brasil cresceu 102,9%. No ano de 2016, o número de autorizações sofreu uma queda no geral, passando para 3.265 mulheres, representando 11,4% das autorizações no total (QUINTINO; TONHANTI, 2017).

Para debater melhor tal assunto, este capítulo divide-se em duas seções. A primeira busca demonstrar como a globalização está influenciando diretamente os fluxos e a direção do movimento migratório, norte e sul global. A segunda apresenta historicamente a migração em direção ao Brasil.

1.1 Economias Globais: Norte e Sul Global

A era da globalização, como um processo mundial, possui influências e gera reflexos de impacto global, que acabam por evidenciar as diferenças (econômica, cultural, política, social) entre países do Norte e do Sul (LEME, 2010). Neste trabalho levo em conta a terminologia do Norte global e Sul global que foi utilizada pela *United Nations* (2012), em que o Sul global são os países da América Latina e Caribe; África, Ásia; Oceania e Rússia. E os países do Norte global são América do Norte (com exceção o México), Europa, Japão, Austrália e Nova Zelândia (DOMENICONI; BAENINGER, 2018). Tal terminologia possui limitações, principalmente pela homogeneização feita entre os países do Norte e do Sul global. Neste trabalho ao fazer uso desta terminologia, entendo que há diferenciações entre os países que compõem os grandes grupos e que não posso assumir que todos possuem as mesmas características e/ou desenvolvimento. No decorrer das análises (feitas posteriormente) pontuo diferenças encontradas entre os grupos do Norte e do Sul global dentro do mercado de trabalho formal brasileiro. Destaco aqui que essa separação, entre Norte e Sul, é feita somente para a seleção dos grupos das imigrantes a serem investigados. As análises

detalhadas são feitas para cada grupo de imigrantes, por nacionalidade, e não via essa agregação.

O fenômeno da globalização cria uma padronização de valores, de costumes e de consumo de caráter mundial. Entretanto, por não possuir uma equidade cultural e nem político-econômica acaba por gerar uma “produção e reprodução socialmente contraditória, desigual e combinada do capital e dos valores culturais e espirituais em esfera global” (LEME, 2010, p.125).

O processo da globalização acaba por intensificar o capital em alguns espaços, gerando relações sociais artificiais e fazendo com que populações vulneráveis fossem cada vez mais excluídas (LEME, 2010). A globalização gera disparidades, entre ricos e pobres, fazendo com que haja uma perda de qualidade de vida e também um aumento da pobreza no mundo (MARTINE, 2005; LEME, 2010). Há consequências diferenciadas entre as regiões do globo, no que se refere ao trabalho e às atividades em que homens e mulheres se inserem no mercado laboral (HIRATA, 2002). Entretanto, por outro lado, a modernidade e a globalização passam a ser marcadas por um conjunto de relações que acontecem entre atores globais diferentes. As negociações entre esses atores acontecem de forma desigual, sendo que, por um lado, há um predomínio de processos financeiros e econômicos globais, e, por outro lado, esses mesmos processos nacionais e locais (MARTINE, 2005; LEME, 2010). O livre comércio, as grandes e cada vez mais numerosas empresas transnacionais movem o sistema de produção integrado e o capital. O caráter multidimensional que está presente na globalização atinge diferentes dimensões, movimenta as transformações e as fazem acontecer de forma mais acelerada (MARTINE, 2005).

O mercado de trabalho sofre transformações na globalização. Ele passa a ser marcado pela instabilidade, pela insegurança no emprego e pelo desenvolvimento da flexibilidade (HIRATA, 2002). “Os vínculos de emprego se tornam cada vez mais precários com o aumento do desemprego de longo prazo, de formas ditas “atípicas” de emprego e da flexibilidade no uso da força de trabalho” (HIRATA, 2002, p.146).

A mobilidade humana está diretamente ligada a globalização. Grande parte da migração internacional é fruto das desigualdades entre os países e a globalização ajuda a destacar essas desigualdades. A existência de disparidades econômicas em

distintas áreas já é fator importante que gera fluxos migratórios (CASTLES, 2010; MARTINE, 2005).

Uma das assimetrias destacadas por Martine (2005) refere-se à ilusão que os países soberanos (desenvolvidos) se unem na busca do desenvolvimento e bem-estar. Tanto os norte-americanos quanto os Europeus manipulam diferentes países e promovem seus valores como sendo a regra. Não se trata de igualdade, mas sim de defender seus interesses e exercer as atividades de comércio, produção e investimento (MARTINE, 2005).

A globalização acaba por acentuar as contradições entre os países do Norte e países do Sul global. Desde os anos 70, a globalização já conduzia a uma concentração de riquezas e poder nas mãos de países desenvolvidos, do Norte global (CASTLES, 2010). Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) cria o programa da Nova Ordem Econômica Internacional, que buscava maior cooperação entre países do Norte e do Sul. Entretanto, a integração não deu certo, o que se observou foi que os países do Norte (países desenvolvidos) com seus governantes conservadores (EUA, Inglaterra e Alemanha) apenas colaboraram na reprodução da desigualdade, acentuando a lógica de produção e reprodução do capital (LEME, 2010).

Os fluxos migratórios, principalmente no final do século XX, foram marcados por movimentos de países do Sul em direção à países de Norte global (DOMENICONI; BAENINGER, 2018). Pois o que se via era uma crescente miséria dos países do Sul global – países emergentes – que alimentavam atividades de sobrevivência, incluindo a migração. Os governos de países da África, Ásia e América latina veem o envio de homens, mulheres e crianças para a migração em outros países como fonte de remessas que agregam a economia no país de origem. Pois através das remessas enviadas a familiares, os migrantes aumentam as receitas do governo de seus países, principalmente aqueles que estão fortemente endividados (SASSEN, 2011).

Os imigrantes entram nos níveis macro das estratégias de desenvolvimento por meio das remessas que enviam para casa. Estes representam uma grande fonte de reservas de moeda estrangeira para governos em vários países. Embora os fluxos de remessas sejam menores em comparação com os fluxos maciços diários de capital nos mercados financeiros globais, eles

podem ser muito importantes para economias em desenvolvimento ou em dificuldades (Tradução livre) (SASSEN, 2011, p.159).³

A globalização produz locais com altas demandas de mão de obra específica para determinados trabalhos. As cidades globais buscam tantos profissionais transnacionais de alto nível, como trabalhadores de baixa renda, em geral tratam-se de mulheres do Sul global (SASSEN, 2011).

Entretanto, estudos abordando as imigrações internacionais recentes, principalmente a partir do século XXI, demonstram que os fluxos que anteriormente tinham o movimento Sul-Norte e Norte-Norte como predominantes, agora apresentam novas direções com movimentos Sul-Sul e Norte-Sul (DOMENICONI; BAENINGER, 2018).

Em 2008 a crise econômica que surge dos EUA, acaba por impactar especialmente a Europa, gerando alteração na migração internacional. Os principais países atingidos foram Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (GASTAL *et al.*, 2017). Com a economia em recessão e com altos níveis de desemprego, movem os europeus a buscarem a migração. E não apenas os Europeus, mas um grande volume de brasileiros que residiam no exterior retornam ao Brasil. Com a crise econômica gerando altos níveis de desemprego e unindo a fatores conjunturais repulsivos no Hemisfério Norte – práticas recorrentes de xenofobia, regional-nacionalismo e aversão aos imigrantes, fatores que passam a ser colocados na balança na decisão de migrar – faz com que o movimento também se direcione para países do Sul (FERNANDES *et al.*, 2016).

A crise de 2008 continuou gerando impactos nos anos consecutivos. Em 2010, países que antes eram tradicionais receptores do Hemisfério Norte, como o Reino Unido, Estados Unidos, França, Espanha e Hungria, acabam por não serem mais o foco migratório (UEBEL, 2015). Novos imigrantes passam a se deslocar para países do Hemisfério Sul. Esses são imigrantes tanto do Norte quanto do Sul global e muitos escolhem o Brasil como destino.

³No original: Los inmigrantes entran en los niveles macro de las estrategias de desarrollo a través de las remesas que mandan a su casa. Estas representan una gran fuente de reserva de divisa extranjera para los gobiernos en un buen número de países. Aunque los flujos de las remesas sean menores comparados con los flujos masivos diarios de capital en los mercados financieros globales, pueden ser muy importantes para economías en vías de desarrollo o en dificultades (SASSEN, 2011, p. 159).

Segundo relatório da ONU (UNITED NATIONS, 2012), no ano de 2010 cerca de 73 milhões de imigrantes de países do Sul estavam residindo em outros país do Sul. Já o número de imigrantes que eram de países do Norte residindo em países do Sul encontra-se em torno de 13 milhões, e com propensão de crescimento nos próximos anos. Ainda que o predomínio nos fluxos seja da migração Sul para o Norte, estoque de 34 milhões em 2010, a migração Sul-Sul é bastante considerável dentro dos fluxos migratórios representando 22% do estoque mundial de imigrantes. Em 2010, o relatório da ONU apontou que 60% dos imigrantes que viviam na América Latina e Caribe haviam nascido dentro da própria América Latina e Caribe. Segundo Solimano (2016), o que se pode perceber é que a direção da circulação é múltipla “sul-norte, sul-sul, norte-norte e norte-sul; embora, como a diferença substancial nos níveis de desenvolvimento entre países ricos e pobres permaneça, a migração “sul-norte” de talentos predomine⁴” (SOLIMANO, 2006, p.27).

Segundo o Relatório das Migrações de 2017, desenvolvido pela *International Organization for Migration* (IOM), a maior parcela de imigrantes residem na Ásia (80 milhões), seguido da Europa (78 milhões), América do Norte (58 milhões), África (25 milhões) e América Latina e Caribe (10 milhões) e Oceania (8 milhões). Segundo a OIM, a maioria dos imigrantes vivem em um número relativamente pequeno de países. São países como: Estados Unidos, Arábia Saudita, Alemanha, Federação Russa, Reino Unido da Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e Emirados Árabes Unidos. O Relatório salienta que as mulheres representam pouco menos da metade de todos os imigrantes no mundo, e que esse número sofreu uma queda de 49,3% para 48,4% se comparado ao ano 2000, devido a crescente proporção de imigrantes homens se direcionando a países de alta renda em regiões desenvolvidas. A proporção de mulheres em países de alta renda sofreu uma queda, mas teve aumento em países de renda baixa (UNITED NATIONS, 2017).

Já se tratando da América Latina e Caribe, o número de europeus e norte-americanos ainda domina os principais fluxos, ainda que de 1990 até o ano de 2019 tenha havido uma ligeira queda, passando de 1,4 milhões para 1,2 milhões de imigrantes. Segundo o Relatório da IOM (2020), o número de brasileiros emigrantes buscando outros

⁴ No original: circulation is multiple: south-north, south-south, north-north, and north-south; although, as the substantial difference in the levels of development between rich and poor countries remains, the “south-north” migration of talent predominates (SOLIMANO, 2006, p.37).

países é superior ao de imigrantes que buscam o Brasil. Os deslocamentos que ocorrem interno na América Latina se dão na maioria por motivos de violência e conflito, crises econômicas, instabilidade política e em menor número por conta de desastres naturais. Exemplo é a crise humanitária que atingiu a Venezuela, devido a turbulências políticas e econômicas, que fez com que milhares de pessoas migrassem em busca de outros países. Os países que mais acolheram os Venezuelanos foram: Colômbia, Peru, Equador, Argentina, Chile e também o Brasil.

A América do Sul tem como característica a migração intrarregional, isso quer dizer que muitas migrações acontecem dentro da própria América Latina. Muito disso foi influenciado pelos Acordos de Residência adotados pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), formado pelos países Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela. Esses acordos são significativos pois contribuem para que as migrações ocorram cada vez menos de forma irregular, e permitem que os imigrantes possam residir e trabalhar nos Estados-Membros por até dois anos. Isso faz com que imigrantes com baixa ou média escolaridade possam trabalhar em setores como agricultura, pesca e trabalho doméstico de forma regularizada. Mas não se pode desconsiderar que há uma parcela grande de imigrantes da Europa que buscam a América Latina. Imigrantes da Espanha, Itália e Portugal juntos representam 800 mil imigrantes que buscam a América Latina⁵. Mas há cada vez mais um crescente número de haitianos, cubanos e dominicanos que migram para a América do Sul (IOM, 2020).

1.2 O Brasil na rota migratória

Embora o nosso foco seja a imigração atual, não posso deixar de descartar o processo que atraiu imigrantes durante toda a história do país. No que diz respeito ao Brasil, o país conta com uma longa história de imigração. Sempre houve a entrada de imigrantes, sejam em maiores ou em menores quantidades, que, por diversas razões micro ou macro, se estabeleceram em nosso país e tiveram grande contribuição para formação da nossa sociedade (FORNASIER, 2015).

O país é marcado pelo processo de imigração desde o começo do período da Coroa Portuguesa, tanto com a chegada dos “colonizadores” portugueses, em 1500, e, concomitantemente, com a imigração compulsória de africanos trazidos como

⁵ De acordo com o Relatório Mundial sobre Migrações do ano de 2020.

escravos, particularmente entre os séculos XVII e XIX (FORNASIER, 2015). Nesse momento, houve a introdução de cerca de 4 milhões de negros escravizados, surgindo uma sociedade escravocrata na sociedade brasileira, e fazendo com que o país ficasse em quarto lugar no ranking dos países da América em número de imigrantes recebidos nos anos de 1808 a 1955. O Brasil no século XIX, através da política de imigração da época, tinha por objetivo atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, e com isso diversificar os fluxos migratórios que se dirigiam ao país (OLIVEIRA, 2001; PATARRA; FERNANDES, 2011b). Grande parte dos indivíduos que entraram no Brasil eram do "velho mundo", isto é, os europeus, além de negros africanos oriundos da imigração forçada. Após esse período, houve um crescimento de imigrantes que vieram de países da Europa (FORNASIER, 2015), atraindo alemães, italianos, entre outros (PATARRA; FERNANDES, 2011b).

O período que vai de 1904 a 1930 tem como característica o incentivo de povoamento do Brasil, contando até mesmo com subsídios do governo brasileiro, em especial o paulista, atraindo, assim, um grande número de estrangeiros, principalmente de europeus para o Sul e o Sudeste do país. Neste período entraram no Brasil 2.142.781 imigrantes. Os portugueses foram a nacionalidade com maior número de entradas no país nesse período. Porém, também tivemos a entrada de diversas outras nacionalidades (PATARRA; FERNANDES, 2011).

Logo após o ano de 1930, começam a cessar os incentivos à vinda dos estrangeiros (CAVALCANTI *et al.*, 2015). Nesta época são publicadas as primeiras medidas com o objetivo de restringir a entrada de imigrantes, e elas surgem como reflexo da crise de 1929 vivenciada pela economia mundial (PATARRA; FERNANDES, 2011). Esta década de 1930 retrata um "marco temporal" no padrão migratório de migração internacional no Brasil. Segundo Patarra e Fernandes (2011, p.161) "a migração internacional, que até então era um fator preponderante na configuração da população brasileira em território nacional, cede espaço às migrações internas".

Já no ano de 1950, países da América Latina (Argentina, Brasil, Uruguai e Chile) foram os principais alvos das migrações internacionais, atraindo principalmente as nacionalidades: italianas, portuguesas, espanholas e, principalmente no Brasil, a atração da nacionalidade japonesa (PATARRA; FERNANDES, 2011; CÂMARA, 2014). O ano de 1970 foi marcado como o período do "milagre brasileiro", período de

desenvolvimento do país, que passa a atrair migrantes principalmente de países da América Latina, como chilenos, paraguaios, argentinos e uruguaios (CÂMARA, 2014).

A partir então de 1980, os deslocamentos para o exterior tornam-se reflexo de transformações “econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais que ocorreram em nível global” (PATARRA; FERNANDES, 2011, p.166), fazendo com que o Brasil deixasse de ser um país de atração e passasse a ser um país de expulsão (PATARRA; FERNANDES, 2011). Os brasileiros estavam em busca de melhores condições de vida e trabalho em outros países (CÂMARA, 2014). Segundo Sassen (2011, p.145) “a década de 1980 contribuiu para o crescimento de empregos de baixa remuneração nos centros econômicos estratégicos mais desenvolvidos de hoje, tanto do Norte quanto do Sul global”.

Contudo, vale destacar:

Embora nos anos 1980 e 1990 a corrente migratória principal fosse no sentido do exterior, nesse mesmo período, o país recebeu imigração significativa de bolivianos e paraguaios, face às assimetrias no desenvolvimento econômico e social. Em menor escala, foi notada a presença de dirigentes de empresas e técnicos europeus, que chegaram em função do processo de privatização das empresas públicas brasileiras (CAVALCANTI *et al.*, 2015, p.48).

O movimento migratório dos anos 2000 muda um pouco sua característica de “nacionais em busca da saída do país”. Como demonstrado pelo Censo de 2010, devido a uma forte crise econômica que atingiu os países desenvolvidos – esses países que antes eram os principais destinos dos brasileiros para emigração – combinados com um bom momento da economia brasileira, começam a haver movimentos migratórios de retorno. Os brasileiros que antes estavam em um processo de emigração, retornam ao país de origem. Juntamente com esse fenômeno, há também a atração de imigrantes para o país (CAVALCANTI *et al.*, 2015; CÂMARA, 2014). O Brasil passa a receber um volume crescente de imigrantes que são de países que não possuíam uma estreita relação com o Brasil e que, com o tempo, o fluxo cresceu e acabou se formando redes, fazendo com que chegassem milhares de novos imigrantes (CÂMARA, 2014).

Após 2008, o Brasil é marcado novamente pela chegada de contingentes de imigrantes mais intensa. Eles estão em busca de empregos e melhores condições de vida. Eles são diversos, entretanto há uma predominância dos coletivos latinos, como

bolivianos, paraguaios, peruanos e também outros novos fluxos como os imigrantes haitianos (CAVALCANTI *et al.*, 2015; CÂMARA, 2014). Entram também outros grupos que historicamente não haviam registros de deslocamentos em grande volume para o Brasil, como congolezes, senegaleses, nigerianos e bengaleses (CÂMARA, 2014).

Em 2010, houve um aumento expressivo da migração internacional no Brasil. Países da Europa, diminuem sua participação na entrada no Brasil e começa a ter nesse momento um aumento de entrada de pessoas dos países das Américas como: Bolívia, Paraguai e Peru, além da China. Contudo, países como Portugal, Japão, Paraguai, Bolívia, Itália e Espanha são as nacionalidades com maior participação em estoque de imigrantes no Brasil em 2010 (CAVALCANTI *et al.*, 2015).

O número real de imigrantes que vivem no Brasil não é preciso, dado que há um número significativo de imigrantes sem documentação no país. Entretanto, nas últimas décadas, com políticas mais abertas aos fluxos migratórios, como por exemplo o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul, de outubro de 2009, como a política de refúgio consolidada e a nova Lei da Migração, n. 13.415 24 de maio de 2017, o número de indocumentados tem reduzido bastante. Ao usar os dados administrativos e outras bases nacionais, é possível se aproximar do número real de trabalhadores imigrantes no Brasil. Tais bases de dados são fontes oficiais do Governo Federal, citadas por Cavalcanti (2020, p. 6), são elas: Relação Anual de Informações sociais (RAIS); Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra); Censo Demográfico de 2010; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); e os dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e Comitê Nacional para os Refugiados.

Para se ter uma noção do número de imigrantes no Brasil, através do Censo de 2010, o Brasil conta com a entrada de 268,5 mil novos imigrantes internacionais e também brasileiros retornados (IBGE, 2020). Já o estoque desses imigrantes, mensurados através da SIDRA⁶, indica que o Brasil em 2010 tinha 431.319 mil imigrantes, sendo que 53,6% são homens e 46,4% são mulheres (SIDRA, 2020). Os imigrantes já representam 1% da população brasileira (UEBEL, 2015). Embora seja um número

⁶ Sistema IBGE de Recuperação Automática.

pouco expressivo, trata-se de um aumento considerável, já que no Censo do ano 2000 o estoque de imigrantes era de 0,04% (76.175 imigrantes) (UEBEL, 2014).

Uebel (2015) explica que o *boom* de imigrantes no início do século XXI se deu conforme as projeções, que apontavam maior entrada do Brasil na agenda internacional. O perfil de imigrantes que o país passa a atrair nesse período é bem específico, qual seja, homens, altamente qualificados e especializados, para suprirem a falta de mão de obra especializada no país, em alguns setores. Naquele momento os fluxos eram ainda de imigrantes do Norte global, principalmente das nacionalidades portuguesas, japonesas, italianas, estadunidenses, britânicas, alemães, entre outros. Esses países são mundialmente conhecidos pela mão de obra altamente qualificada e por possuírem grandes centros de tecnologia. Eles são os responsáveis pelo fenômeno de *mass migration*, que manda profissionais para países em ascensão na agenda internacional do comércio, indústria e investimento em serviço (UEBEL, 2015, p. 8).

Entretanto, não são, segundo Uebel (2015) apenas os imigrantes de países do Norte global que voltam a se inserir no Brasil no início do século XXI. Imigrantes de países vizinhos (Argentina, Bolívia, Uruguai, Chile, Colômbia, Paraguai) voltam a ingressar no Brasil também. Além disto, a partir de 2010, Cavalcanti *et al.*, (2016;2018) indicam a entrada de novos fluxos, principalmente de haitianos, venezuelanos, senegaleses, gambianos, bengalis, dominicanos.

Quando se trata dos registros de entrada dos imigrantes no Brasil, Vilela (2017) apresenta que entre os anos 2000 e 2016 os dez países que mais contribuem com volume de entrada de imigrantes no Brasil são os países do Sul. São eles: bolivianos, argentinos, colombianos, paraguaios, peruanos, haitianos e chineses. Já os países do Norte global são Estados Unidos, Itália e Portugal. Durante os anos analisados não houve uma constância quanto ao volume de registros, o único padrão observado pela autora foi que durante todo o período analisado os imigrantes de origem de países do Sul global tiveram maior entrada do que os países do Norte.

Corroborando com os achados de Vilela (2017), Oliveira (2017) observa que as principais entradas de imigrantes no Brasil, entre os anos de 2010 a 2016, são de: haitianos (80 mil), bolivianos (60 mil), argentinos (28 mil), colombianos (27 mil), peruanos (19 mil), paraguaios (19 mil) e chineses (18 mil), do Sul global, seguidos por

aqueles do Norte global, quais sejam :portugueses (16 mil), italianos (12 mil), estadunidenses (9 mil), franceses (9 mil) e alemães (6 mil). Oliveira (2017) destaca alguns pontos que devem ser ressaltados, como a migração haitiana que cresceu cerca de 77% no período, seguida da argentina com 24%, chinesa com 11% e francesa com 10% de crescimento. O que se percebe é que a participação de países do Sul global vem crescendo na entrada autorizada dentro do Brasil, mas que o país ainda possui importantes e significativas entradas de países do Norte global. A presença do Sul global dentro do Brasil pode ser explicada por um conjunto de fatores ligados a políticas econômicas e sociais (OLIVEIRA, 2017).

Já quando se trata da distribuição por sexo dos imigrantes no Brasil, entre os anos de 2011 e 2016, a entrada de homens ainda é mais significativa do que das mulheres no Brasil. No geral homens representam mais de 88% das autorizações concedidas para imigrantes (OLIVEIRA, 2017). Segundo Oliveira (2017) entre algumas nacionalidades a entrada de homens e mulheres é mais equilibrada, como os casos daqueles oriundos(a)s da Argentina, da Bolívia, os EUA, da França, do Paraguai, do Peru, do Haiti e da China. Entre 2010 e 2016, o único país em que o número de mulheres foi superior ao dos homens foi a China.

Quintino e Tonhanti (2017) ao analisarem as autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros entre 2011 e 2016, foi observada uma queda durante o período. Em 2011, 89,9% eram homens enquanto 10,1% eram mulheres solicitando autorização de trabalho no Brasil. Em 2015, passam a ser 88,1% de homens e 11,9% de mulheres. Em 2016, 88,6% de homens e 11,4% de mulheres. O grupo etário entre 20 e 49 anos é o que mais teve autorizações concedidas no período analisado. Quanto à escolarização, o perfil dos imigrantes é cada vez mais escolarizado, 61,1% das autorizações concedidas são para pessoas com nível superior, 38,1% para nível médio, em 2016. As mulheres entram mais escolarizadas que os homens no Brasil, em todos os anos analisados, chegando em 2016 a 68,8% das mulheres com nível superior completo. Das autorizações temporárias, 88,4% eram para homens enquanto 11,5% para mulheres. Já as autorizações permanentes, os homens eram 92,2% enquanto as mulheres chegavam a 7,7%. Já os autores Dick e Tonhanti (2017), ao tratarem das autorizações concedidas a imigrantes no geral, destacam que embora os homens ainda sejam predominantes no número de autorizações, com a entrada de haitianos no Brasil, tem-se um aumento no volume tanto de homens quanto de

mulheres. Segundo Tonhanti, Araujo e Macedo (2017), as mulheres imigrantes representam 28% da mão de obra estrangeira no Brasil em 2016, e as mulheres haitianas representam 17% desse total. Os haitianos também são os responsáveis pelo aumento do número de pretos e pardos no mercado formal, lembrando que o maior volume de haitianos aconteceu em 2015. Em 2010, pretos e pardos representavam 12%, passando para 40% em 2015 e para 38% em 2016.

Para compreender como mulheres imigrantes e as nativas se encontram no mercado laboral e traçar uma análise comparativa, antes é importante entender as dinâmicas internas do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo que entrada de mulheres imigrantes no Brasil e também no mercado de trabalho formal não seja tão predominante como dos homens imigrantes, ainda assim é bastante significativa. As mulheres imigrantes que buscam o Brasil são no geral jovens (50% entre 25 e 40 anos de idade, segundo OLIVEIRA, 2017), com escolaridade média e alta (68,8% das mulheres com nível superior completo, segundo QUINTINO; TONHANTI, 2017), e no geral são solteiras (não há números certos apenas para mulheres, mas o total de solteiros 61% entrando no Brasil é superior ao de casados 33,7%, segundo OLIVEIRA, 2017).

Portanto, os números demonstram que as mulheres imigrantes possuem as características da população ativa dentro do Brasil. Para demonstrar as dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro, e a forma como ele absorve mulheres (nativas e imigrantes) principalmente e homens, e as diferenças entre esses grupos, o próximo capítulo apresenta o desenvolvimento do mercado do século XX e, principalmente do século XXI.

2. Mercado de trabalho brasileiro

O Brasil, durante o século XX, conta com um processo de grandes transformações, a começar pela rápida industrialização que desencadeou a mudança de uma sociedade rural para uma sociedade urbana (RIBEIRO, 2007). Isso ocorreu devido à política macroeconômica de substituição de importações, fazendo com que o estado financiasse a produção de bens industriais. Essa medida fez com que produtos que anteriormente eram importados passassem a ser fabricados no Brasil, desencadeando uma rápida industrialização. Há uma queda do trabalho no setor

primário e rural – uma característica do desenvolvimento e da industrialização, agora agregando maiores oportunidades de emprego no setor industrial e crescimento no setor de serviços. A urbanização alavancou a economia que passou a contar com grandes centros comerciais e parques industriais modernos (RIBEIRO, 2007).

O “crescimento econômico, industrialização, urbanização, expansão do sistema educacional” fazem com que haja mudanças na estrutura do mercado de trabalho (RIBEIRO, 2007, p.77). Com o avanço do capitalismo, temos uma profunda heterogeneidade produtiva e de desigualdades no âmbito das relações de trabalho (SEGNINI, 2000).

Esse período também foi marcado por altos índices de desigualdade, pois grande parte da população tinha origem rural, portanto, tratavam-se de pessoas com baixa escolaridade e com poucos recursos econômicos. Nem mesmo o crescimento econômico em 1970 conseguiu diminuir as desigualdades de renda, pois, com a economia em ascensão havia uma busca por profissionais e trabalhadores qualificados, isso criava uma clivagem cada vez maior dos trabalhadores que não tinham qualificação (RIBEIRO, 2007).

O Brasil se tornou o oitavo país mais rico do mundo em 1980, devido ao seu rápido desenvolvimento econômico. A indústria teve um aumento considerável, empregando mais de 10,8 milhões de pessoas, o que significava 20% do total de mão de obra ativa no país. Entretanto, ainda nos anos 80, século XX, a economia brasileira passa por processo de grande desaceleração, desencadeando uma crise econômica com destaque nos anos de 1990. Mesmo com a crise, o crescimento econômico que havia acontecido até o momento fez com que a população pudesse se beneficiar. Muitas famílias haviam melhorado seu padrão de vida e uma parcela da população pôde acessar serviços básicos e bens de consumo que anteriormente eram inacessíveis ou inexistentes. Nesse período o mercado de trabalho brasileiro ainda exibia contrastes entre o setor moderno e o tradicional, marcado por desigualdades e disparidades sociais (RIBEIRO, 2007).

A virada do século trouxe consigo marcas do desemprego causadas pela crise econômica que assolou o país em 1990. Entretanto, estudiosos do mercado de trabalho denotam um *turning point* aliado ao crescimento do emprego no setor formal

(ARAÚJO; LOMBARDI, 2013). Na década de 2000, através do emprego houve uma maior inclusão social, diminuição dos índices de pobreza e um aumento do bem-estar (CACCIAMALI, 2010). O país dispunha de grandes riquezas se considerarmos seu produto interno bruto (PIB), mas ainda possuía altos níveis de desigualdade de renda (RIBEIRO, 2007). A economia passava por um crescimento moderado, fator que ajuda a reorganizar o mercado de trabalho (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013).

Araújo e Lombardi (2013) apontam que, em relação ao mercado de trabalho, entre os anos de 2001 e 2009, o montante geral das ocupações cresceu 22,8%, ou seja, um crescimento de 17.231.081 trabalhadores no mercado formal. O maior pico de crescimento ocorreu entre 2003 e 2004, momento que houve uma retomada econômica mais estável. De 2003 até 2012 a economia brasileira passa por um momento de expansão de pessoas assalariadas reguladas. Há um crescimento da renda para todos os segmentos laborais (CARDOSO, 2013).

O Brasil, a partir de 2013 passou por uma desaceleração da economia, e que se tornou uma crise, que acabou refletindo nas estruturas ocupacionais do mercado de trabalho após 2014, levando ao aumento das taxas de desemprego no Brasil.

Quando ocorre uma forte recessão econômica – como ocorreu no Brasil em 2015 e 2016 – os impactos sobre os trabalhadores são muito diversos: alguns podem ser mais vulneráveis, enquanto outros estão mais protegidos da volatilidade cíclica. Certamente, a maior ou menor vulnerabilidade dos trabalhadores pode variar ao longo do tempo e de acordo com a natureza da recessão (COTRIM, *et al*, 2020, p.1).

Em 2017, o Brasil passa a ter diminuição nas taxas de desemprego, mesmo que de forma lenta e gradual, devido ao aumento no nível de ocupação. Mesmo com uma queda nas taxas de desemprego, muitos trabalhadores se concentraram no mercado informal (REIS, 2017; VALADARES *et al*, 2017). Segundo Reis (2017), no período de crise, os trabalhadores desempregados acabam por aceitar ofertas de emprego que são menos atrativas, tendendo ao mercado informal, tais ofertas não seriam aceitas se a conjuntura estivesse mais favorável. Portanto, o número de trabalhadores no mercado de trabalho informal passou a ser mais expressivo do que no mercado formal durante esse período de crise.

Segundo Corseuil *et al*. (2018), no período de crise de 2016 e 2017, entre os jovens, foi observada uma desaceleração do emprego. A taxa de saída da ocupação informal estava elevada, chegando a 38%. No segundo trimestre de 2017, houve queda da

taxa, para 34,1%. Já para o mercado formal, a taxa de saída apresentou pouca variação, chegando no segundo trimestre de 2017 com 14,6%.

Em 2019, o Brasil possui 93,3 milhões de ocupados no geral, incluindo o mercado formal e o informal. Do período de 2017 até 2019, houve uma elevação das perspectivas econômicas e sociais. A população ocupada cresce 5,3%, o que representa um crescimento de 1,8% ao ano. Diferente do período de 2012, em que o crescimento foi de 0,8% entre os trabalhadores com carteira assinada, no período entre 2017 e 2019 o crescimento foi de 3,0% (CHAHAD; PAULO, 2019).

Após apresentar esse rápido panorama do mercado de trabalho no Brasil na virada do século XX para o XXI, vale destacar que o mercado de trabalho brasileiro ainda é muito segregado por gênero e esta é a temática abordada a seguir.

2.1 Homens e mulheres e outros marcadores sociais no mercado laboral

Homens se inserem em todos os setores da economia, seja no setor primário, secundário, rural ou industrial (RIBEIRO, 2007) e sempre foi reconhecido seu papel no mercado laboral. Já as mulheres só tiveram reconhecimento da sua inserção no mercado de trabalho a partir de 1960, influenciado pelas lutas feministas da época. No processo de retomada da economia em 1980, a indústria foi alimentada principalmente pela mão de obra masculina, o setor de serviços teve a oportunidade de contar com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, acarretando diretamente em novas oportunidades de mobilidade social (RIBEIRO, 2007). Segundo Batista e Cacciamali (2009), Abramo (2000), Ribeiro (2007) e Carvalho (2014), de 1960 até 1990 a participação da mulher como provedora da renda familiar deu um grande salto, intensificando o papel da mulher e sua importância como sujeito trabalhador independente do homem. Com o crescente desenvolvimento no Brasil nessa época, houve uma rápida industrialização que também expandiu o setor de serviços. Segundo Ribeiro (2007, p.203):

Em 1973, um terço das mulheres entre 25 e 64 anos estava no mercado de trabalho; em 1996, a metade delas exibia tal característica. O percentual de mulheres chefiando domicílios passou de 14%, em 1973, para 23%, em 1996. Também houve acréscimo na proporção de mulheres com posição de classe superior à de seus maridos. De todas as mulheres na faixa etária analisada, 3,3% (1973) e 5% (1996) tinham posição de classe superior à de seus companheiros.

Segundo Probst e Ramos (2003), no ano de 1973 as mulheres representavam 30,9% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil. Já no ano de 1999, esse percentual subiu para 41,4%, aproximadamente 33 milhões de trabalhadoras. Em 2000, tivemos 62 mil mulheres que ingressaram pela primeira vez no mercado. Tornase claro através dos dados que o ingresso dessas mulheres no mercado faz com que elas deixem de ser apenas uma parte da família sustentada pelos homens (chefes de famílias), para se tornarem as principais responsáveis por chefiar as famílias. Com isso, a entrada das mulheres no mundo do trabalho passa a ser visto como uma vitória; trata-se ainda de um processo lento, mas bastante sólido (PROBST; RAMOS, 2003).

A década de 90 no Brasil, segundo Probst e Ramos (2003), tem como característica principal o fortalecimento da participação das mulheres no mundo laboral e um crescimento no número de famílias chefiadas por mulheres. São elas a maior parcela da população, e com a autonomia que a entrada no mercado de trabalho traz, passam a aumentar seu poder aquisitivo, seu nível de instrução escolar, fazendo com que consigam reduzir a defasagem salarial em relação aos homens.

Mesmo com os avanços no mercado de trabalho, comparadas aos homens, mulheres apresentam inclinação de aglutinação no setor de serviços domésticos, serviços de escritório e em áreas públicas de saúde, educação e administração pública. Com isso, o crescimento do número de atividades exercidas por essas mulheres pode até ter contribuído para uma maior diversificação no mercado de trabalho, mas isso não demonstra ainda que houve uma desconcentração do trabalho feminino das atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres (BATISTA; CACCIAMALI, 2009; RIBEIRO, 2007).

Pelo fato da mulher estar desempenhando diversos papéis, a decisão de participar do mercado de trabalho acaba sendo mais complexa que a masculina (BATISTA; CACCIAMALI, 2009). A falta de proteção social, baixos salários e o número reduzido de horas de trabalho, são fatores que fazem com que o trabalho da mulher se torne cada vez mais precarizado (HIRATA, 2011). Devido ao trabalho da mulher ser mais precarizado do que o trabalho do homem, isso acaba gerando um maior impacto na precarização familiar (DUTRA, 2012).

A desigualdade entre homens e mulheres, na perspectiva de Gomes e Wajnman (2005), trata-se de um dos aspectos mais injustos do funcionamento do mercado de

trabalho no Brasil. A desigualdade se manifesta através de fatores como: “diferenças no acesso ao mercado, segregação ocupacional, maior risco de desemprego feminino e, principalmente, através de menores rendimentos oferecidos às mulheres com atributos produtivos iguais ou superiores aos de seus colegas do sexo masculino” (GOMES; WAJNMAN, 2005, p.1).

Na perspectiva de Coelho *et al.* (2010), em países desenvolvidos, quando comparado homens e mulheres no mercado laboral, as mulheres recebem menores ofertas de trabalho. Acredita-se que com “aumento na participação feminina [...] [isso resultaria] na redução da desigualdade de salários e de renda familiar *per capita*, assim como na diminuição dos diferenciais salariais entre homens e mulheres” (COELHO *et al.*, 2010, p.7). Coelho *et al.* (2010) apresentam os trabalhos de Scorzafave (2004) e Scorzafave e Menezes-Filho (2005) que vão de encontro a afirmativa apresentada, e que esses autores comprovam que se pode reduzir a desigualdade salarial quando se aumenta a participação feminina. Entretanto, Coelho *et al.* (2010) também apontam que há um fenômeno que é desencadeado com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Trata-se do aumento da desigualdade de renda entre as próprias mulheres. Na perspectiva dos autores, variáveis como remuneração, educação e cor/raça dos trabalhadores devem ser levadas em conta para verificar se há ou não discriminação.

O trabalho de Araújo e Lombardi (2013) apresenta uma análise da evolução do trabalho no Brasil. Na análise por sexo feita pelas autoras, elas revelam que do ano de 2001 até 2009, a ocupação feminina cresceu 28,6% enquanto a masculina apenas 18,9%. Isso demonstra que o mercado de trabalho tem absorvido mais força de trabalho feminina.

Além das diferenciações encontradas para homens e mulheres, há algumas assimetrias que atingem tanto homens quanto mulheres, e são fatores que devem ser levados em conta ao se analisar o mercado de trabalho brasileiro. É o caso da sobreeducação dentro das ocupações, das questões raciais e também da deficiência.

Machado, Oliveira e Carvalho (2004) e Sala (2005) demonstram que o mercado de trabalho brasileiro possui uma tendência crescente de sobreeducação⁷ dos trabalhadores. Tendo em vista que o mercado de trabalho não consegue absorver a grande oferta de pessoas com níveis altos de escolaridade. Machado, Oliveira e Carvalho (2004) com base na PNAD de 1981 a 2001, demonstram que há uma tendência de trabalhadores mais qualificados estarem em ocupações que antes eram ocupados por pessoas com níveis educacionais mais baixos. Essa tendência ocorre devido a subutilização das habilidades, o que gera uma sobreeducação ou sobrequalificação. Segundo os autores, a partir de 1996, a incompatibilidade entre educação e ocupação é mais acentuada para mulheres do que para os homens. Isso acontece em razão das mulheres estarem se concentrando em postos de trabalho que exigem menos escolaridade, mas, ao mesmo tempo, essas mulheres tenham aumentado o nível de escolaridade média, gerando essa assimetria. Outro achado da pesquisa diz respeito à idade do trabalhador, o envelhecimento dos indivíduos reduz a incompatibilidade entre ocupação e qualificação. Podendo ser explicado pela variável tempo. Quanto mais anos no mercado de trabalho, maiores são as experiências acumuladas no ciclo de vida do trabalhador. Isso permite que o trabalhador tenha maior sucesso em combinar ocupação e escolaridade, essa combinação envolve o chamado “*learning by doing*, com cursos de treinamento no trabalho e a própria escolaridade do indivíduo” (MACHADO *et al.*, 2004, p.18). A faixa de idade que os autores observam maior incompatibilidade é entre 33-35 anos, após essa idade a taxa de incompatibilidade vai caindo. Na próxima seção, explico esse fenômeno relacionado aos imigrantes.

Ao tratar de mercado de trabalho e as diversas assimetrias, não é possível deixar de salientar um aspecto que impacta na situação ocupacional de diversos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil: a deficiência, seja ela física, visual, auditiva, mental ou múltipla. O trabalho de Almeida (2019) aborda a questão da deficiência e mercado de trabalho, traçando a trajetória de trabalhadores formais entre 2007 e 2015 através dos dados da RAIS e também do Censo 2010. A autora aponta que pessoas com deficiência fazem parte da população mais vulnerável, em que a maioria é mulher, negra, sem instrução (ALMEIDA, 2019, p.335). Muitas dessas pessoas possuem

⁷ Em alguns estudos chama-se de *mismatch*, uma não adequação/incompatibilidade entre o nível educacional possuído pelo trabalhador e o nível educacional demandado pela ocupação (REIS, 2012).

renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. A falta de escolaridade e de experiência em funções operacionais, entre as pessoas com algum tipo de deficiência, faz com que muitas tenham dificuldade de entrar para o setor formal e acabem se inserindo no setor informal. Dentro do mercado de trabalho formal, as chances são maiores para homens do que para mulheres com deficiência. Os setores que mais empregam pessoas com algum tipo de deficiência é a agricultura e o setor doméstico. Mulheres com deficiência sensorial e os homens com deficiência visual e física, comparados a aqueles com outros tipos de deficiências, conseguem ocupações mais prestigiosas, como: membros superiores do poder público, dirigentes de organizações, profissionais das ciências e das artes e técnicos de nível médio. As pessoas com deficiência cognitiva, se comparada aos demais tipos de deficiência, são as que conseguem obter melhor status sócio econômico, independente do sexo (ALMEIDA, 2019).

Além das questões apontadas acima, outro fator a considerar é cor/raça. Santos (2009) e Silveira (2019) evidenciam as desigualdades ocupacionais e de rendimentos entre brancos e não brancos. Santos (2009) destaca que as desigualdades no mercado de trabalho no Brasil estão relacionadas as questões da raça/cor e também de gênero. No país, a disparidade racial de renda é bastante elevada. Quando analisados homens e mulheres não-brancos, eles são os que mais sofrem com a desigualdade e encontram barreiras que os impedem de acessar recursos que são valiosos para uma boa inserção ocupacional. Silveira (2019) traça um panorama do mercado de trabalho no Brasil e os diferenciais principalmente ao que tange a raça cor dos trabalhadores, através da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, assim como é feito neste trabalho. Segundo Silveira (2019) pessoas que se declaram brancas se concentram mais nos estratos superiores do que pardos e pretos. Ambos os trabalhos servem como base para que levemos em consideração as questões de raça/cor e deficiência na análise.

Para compreender o mercado de trabalho para nativas e mulheres imigrantes, são apresentadas a seguir algumas abordagens teóricas e também pesquisas empíricas que versam sobre esses grupos no mercado laboral. Essas abordagens, por muitas vezes, são apresentadas de formas separadas dentro de diversos estudos sobre mercado de trabalho e imigração, mas, no entendimento deste trabalho, essas abordagens complementam umas às outras.

3. Abordagens teóricas

As abordagens teóricas nos guiam na compreensão da inserção das imigrantes no mercado de trabalho brasileiro e também das diferenças encontradas quando comparadas às nativas. A inserção dessas mulheres no mercado laboral é influenciada por diversos fatores, ora positivamente, ora negativamente.

Através da Teoria do Capital Humano é possível pensar que nativas e imigrantes experimentam o efeito do capital humano na inserção no mercado de trabalho de forma diferente. Este modelo pressupõe que os indivíduos racionalmente possam avaliar os custos e os benefícios de suas atividades. Ao se tratar do processo migratório e da teoria do capital humano, o ato de migrar está sujeito a um cálculo racional feito pelo indivíduo junto com os familiares. Indivíduos que investiram em educação podem ter um aumento de renda, pois possuem conhecimento e habilidades que os levariam a ter mais sucesso na procura de um emprego (SANTOS *et al*, 2010).

O capital humano tem como essencial a análise de custos e benefícios, sendo observada a longo prazo. Isso resulta de que os agentes da migração apostam na capacidade de conseguirem gerar rendimentos maiores no futuro, mesmo que para isso tenham que investir em custos importantes em curto prazo. Portanto, esse “cálculo econômico” se realiza tanto no nível individual quanto no familiar. Neste modelo explicativo, realiza-se também um mapa de custo/benefício (PEIXOTO, 2004). Na perspectiva de Sjaastad (1962, p. 83), se aborda a imigração como “(...) um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos”. Os retornos dessa migração são, por exemplo, aumento de rendimentos, devido ao progresso da produtividade individual, acarretada pela mudança. Já os custos dessa migração são os investimentos que foram feitos pelo imigrante, como tempo e dinheiro para ir em busca de informações de emprego, custos com deslocação, custos de adaptação, tempo de aprendizagem de uma nova língua (PEIXOTO, 2004).

Essa teoria também defende que tanto as sociedades quanto o mercado de trabalho não possuem barreiras que restringem a mobilidade social e laboral dos indivíduos. Entretanto, pesquisas sobre o mercado de trabalho para imigrantes demonstram que

há sim barreiras que fazem com que estrangeiras não possam contar com o capital humano. Suas habilidades são difíceis de serem transferidas para o novo destino. A falta de domínio ou conhecimento da língua do país de destino, bem como os entraves encontrados para a validação de diplomas dificultam a entrada delas no mercado formal de trabalho.

Diferente das imigrantes, para as nativas o Capital humano vem sendo fortificado através de tudo que foi adquirido em sua trajetória, como a educação, treinamento, habilidades e das informações sobre o mercado de trabalho. Influenciando diretamente em seus ganhos econômicos (CHISWICK, 2003; VILELA, 2008; SANTOS *et al*, 2010; VIDAL-COSO; MIRET-GAMUNDI, 2014).

Outro aspecto importante quando se trata da comparação entre nativas e imigrantes é o fator origem e destino. Adserà *et al.* (2020) demonstram que alguns fatores auxiliam para que imigrantes tenham uma melhor situação econômica e menor depreciação do capital humano. São fatores como: países de origem e de destino terem o mesmo nível de desenvolvimento econômico e cultural e similaridade entre as instituições. Dessa forma, alguns grupos de imigrantes conseguem ter menos depreciação de capital humano, diferente de outras nacionalidades.

A literatura internacional, assim como a nacional, aponta que imigrantes do Sul global estão em pior situação dentro do mercado de trabalho no destino, se comparado aos imigrantes do Norte global. Os autores Adserà e Chiswick (2007), ao estudarem o fenômeno migratório dentro da Europa entre 1994-2000, sinalizam que as trabalhadoras do Sul global acabam, muitas vezes, se inserindo em setores mal remunerados, diferentemente das do Norte global. Ao compararem as mulheres latino-americanas com as nativas da Europa, são as mulheres latinas que acabam se deparando com as maiores barreiras dentro do mercado e conseqüentemente recebendo os menores rendimentos dentro do mercado laboral. As imigrantes nascidas dentro da União Europeia, que migram para outro país dentro da Europa, não possuem o capital humano tão depreciado, elas conseguem maior desempenho dentro do mercado de trabalho e estão em uma condição laboral melhor que as latinas.

No Brasil, segundo Vilela e Sampaio (2015) imigrantes do Norte global são atraído(a)s pela oportunidade de melhores empregos e melhores posições ocupacionais, devido

à alta escolarização e qualificação adquirida na origem. Esse grupo se depara com menos barreiras, inclusive na entrada do país. As autorizações de trabalho são concedidas principalmente para homens imigrantes, das nacionalidades norte-americana, europeia e asiática, e com alta escolaridade, o destino dentro do país é principalmente a região Sudeste. Esse perfil se destaca e se contrapõe aos perfis de muitas nacionalidades de imigrantes do Sul global.

Vilela e Sampaio (2015) apontam que imigrantes do Sul se deparam com dificuldades para obterem autorizações legais para entrarem no Brasil. Essa realidade vem mudando aos poucos, já que nos últimos anos o Brasil passa a receber grandes fluxos de pessoas de países do Sul com entradas regularizadas, a partir, principalmente, de acordos e resoluções mais flexíveis a entradas desses imigrantes (VILELA; SAMPAIO, 2015). Tratam-se de imigrantes de nacionalidades boliviana, paraguaia, peruana, angolana, moçambicana, chinesa, coreana e haitiana, principalmente. Segundo Villen (2012, p.6), esse grupo do Sul global acaba se aglutinando em atividades do setor têxtil, setor doméstico, da construção civil, comércio ambulante e setor de serviços em geral. Além disso, alguns indivíduos em situação de refúgio podem apresentar como característica a informalidade no que tange o trabalho. São indivíduos que estão sujeitos a exploração, baixos salários, condições precárias de trabalho. Mamed (2018) salienta que a exploração não atinge apenas imigrantes no setor informal. É o caso de haitiano(a)s, que possuem como característica a regularização dentro do mercado de trabalho, mas por se tratarem de estrangeiros, negros, vindos de um país pobre, ficam à mercê da exploração, tornam-se vítimas fáceis de assédios e abusos dentro do trabalho, ficam vulneráveis a ações discriminatórias ligadas a origem e a raça (MAMED, 2018).

Segundo a Teoria da Assimilação os indivíduos que procuram a migração internacional estão em busca de um aumento do bem-estar socioeconômico. Os custos envolvidos nesse processo são diversos e estão ligados à saída de uma origem e o tempo de reestabelecimento em um novo destino. Ao escolherem embarcar em um processo de migração internacional, inicialmente não estão preocupados com os rótulos profissionais do destino, mas nos ganhos reais que esperam receber ao se estabelecerem. Imigrantes, em geral, buscam sair de origens com baixos salários e

buscam países que possuem a oportunidade de ganho de melhores salários (CHISWICK *et al*, 2002).

Entretanto, muitas “habilidades” não são transferidas facilmente durante o processo de migração entre países: habilidades essenciais para uma boa inserção no mercado laboral. São elas: informações sobre o mercado de trabalho, domínio do idioma do país de destino, licenças profissionais, certificados e habilidades específicas para determinadas tarefas (CHISWICK *et al*, 2002, p.2).

Caso o imigrante não consiga transferir essas habilidades para o novo destino, isso acarretará em uma inserção em posições na base da hierarquia ocupacional (CHISWICK *et al*, 2002). Além disto, se a transferência de habilidades for fraca ou inexistente, o/a imigrante receberá menores salários e terá uma maior probabilidade de desemprego no destino (CHISWICK *et al*, 2005). No entanto, imigrantes estão o tempo todo em busca de adquirir habilidades que possam ajudá-lo(a)s no destino. Ela(e)s fazem investimentos implícitos e explícitos para aumentarem essas habilidades. Com o tempo, seus status ocupacionais vão mudando e assim passam a receber aumento de salário relacionado a esses investimentos. Portanto, esse processo tem como característica inicial a queda no status ocupacional dos imigrantes, mas com o tempo, com a melhor adaptação dos imigrantes, do acesso às informações, validação dos certificados e diplomas, o(a) imigrante consegue aos poucos recuperar o status socioprofissional que havia conquistado no país de origem (EGREJA; PEIXOTO, 2011). As variáveis ligadas a formação do trabalhador, em especial a escolaridade e o tempo de residência no destino podem influenciar no alcance ocupacional e nos rendimentos dentro do mercado laboral no destino (CHISWICK *et al*, 2002; 2005).

Dessa forma imigrantes precisam, portanto, de um tempo de acomodação para recuperarem sua posição de partida e/ou alcançarem melhores posições. Em outras palavras, estrangeiras passam por um processo de desqualificação quando chegam ao país de destino, e apenas conseguem reverter essa situação após um tempo (EGREJA; PEIXOTO, 2011). Para esse processo os pesquisadores deram o nome de “curva em U”. Para completar a curva em “U”, é necessário unir fatores como: tempo de residência, redes sociais, aquisição de capital social e simbólico, a regularização

das autorizações de residência, validação de diploma e, especialmente, as políticas públicas de inserção laboral (CHISWICK *et al*, 2002; CAVALCANTI *et al.*, 2015).

Contudo, surgem críticas à abordagem da Assimilação. Os teóricos da Teoria da Assimilação Segmentada acreditam que a Teoria da Assimilação não consegue abarcar as diversas e diferentes trajetórias do(a)s imigrantes. Dentro da sociedade hospedeira, imigrantes vivenciam diferentes tipos de incorporação dentro do mercado de trabalho, eles estão sujeitos a segmentação laboral e muitos acabam se fixando em segmentos menos favoráveis e podem acabar não conseguindo se ascender. A incorporação dentro do mercado laboral está longe de ser um processo uniforme. Para alguns grupos de imigrantes, a perda do capital humano no país de destino pode não ser recuperada. Enquanto a teoria da Assimilação acredita que com o tempo imigrantes conseguem recuperar o status socioocupacional, nesta teoria mesmo com o tempo imigrantes podem não recuperar seus status. Na teoria da Assimilação Segmentada as desigualdades e a segmentação do mercado fazem com que a entrada do imigrante no mercado de trabalho seja em ocupações na base da hierarquia ocupacional e mesmo após anos o(a)s imigrantes ainda permanecem nessas ocupações, assim como as próximas gerações (EGREJA; PEIXOTO, 2011).

Há estudos específicos sobre mulheres imigrantes que identificam uma mudança em relação à curva em U para uma tendência à curva Segmentada em U (também conhecida como Curva em L). Aysa-Lastra e Chachón (2013), ao analisarem a mobilidade das imigrantes na Espanha, encontram uma mobilidade ocupacional “estrutural” decrescente para as primeiras gerações e levemente ascendente nas próximas gerações. As mulheres imigrantes encontram diversas barreiras para mobilidade e acabam em segmentos menos favoráveis, alguns fatores que influenciam são: gênero, escolaridade e habilidades em geral, idioma e origem étnica nacional. Portanto, os autores identificam que mulheres imigrantes da primeira geração não conseguem completar a “curva em U” e acabam por vivenciar uma trajetória ocupacional na chamada “curva em L” (Segmentada em U), uma mobilidade descendente, em que após a desqualificação inicial do seu status ocupacional as mulheres não conseguem se recuperar da perda do status socioprofissional e tendem a permanecer estagnadas com o status alcançado no destino (AYSA-LASTRA; CHACHÓN, 2013). Os achados dos autores vão ao encontro da teoria da Assimilação

Segmentada, demonstrando que muitos imigrantes, em especial mulheres, da primeira geração não conseguem recuperar o status ocupacional da origem e acabam em segmentos menos favoráveis da sociedade.

Outra teoria que aborda a questão da inserção e da situação de nativas e imigrantes no mercado de trabalho é a Teoria do Mercado Segmentado (dual). Os autores adeptos a essa vertente teórica indicam que há um mercado de trabalho segmentado entre o setor primário (ocupações de prestígio) e o setor secundário (considerado empregos mais precários). Segundo a teoria do mercado dual, os imigrantes acabam se inserindo no setor secundário e o setor primário acaba sendo reservado aos(as) nativo(a)s, isso faz com que haja uma dicotomia no mercado laboral, entre empregos de nativa(o)s e emprego de imigrantes. O primeiro setor tem como característica empregos que exigem mais qualificação profissional e oferecem maior estabilidade e mobilidade. Já o segundo setor oferece empregos com baixos salários, instáveis e que o trabalhador não precisa de qualificação e, se ele a tem, esta não é valorizada (PIORE, 1980).

Essa bifurcação dentro do mercado acaba por perpetuar um ciclo de pobreza entre trabalhadores. Trabalhadores do setor secundário encontram barreiras para alcançarem o primeiro setor (como a exigência por profissionais altamente qualificados e com experiência), tais demandas fazem com que muitos trabalhadores acabem não buscando/não alcançando o primeiro setor. Piore (1984) argumenta que os principais fatores que impedem os trabalhadores do segundo setor de alcançarem o primeiro estão ligadas as questões como: a grande demanda que passa a ser exigida pela força de trabalho; a própria acomodação do trabalhador no tipo de emprego alcançado, e com isso vem a resistência do trabalhador em mudar seus hábitos e comportamentos que são adotados nesse setor; e por fim, há a discriminação encontrada dentro do próprio mercado de trabalho (PIORE, 1984; VILELA, 2011). Segundo essa teoria, há também outras barreiras que fazem com que imigrantes tenham dificuldades em alcançar o primeiro setor, a começar que são poucos o(a)s imigrantes altamente qualificados que buscam a migração internacional, e muitos são originários de países pobres, com uma economia atrasada, dificultando que essas pessoas possam concorrer com os nativos (PIORE, 1984; FRIEDBERG, 2000). Friedberg (2000) salienta que dificilmente o capital humano adquirido no país

de origem é valorizado no país de destino, principalmente se o(a) imigrante for oriundo de um país em desenvolvimento. Por outro lado, trabalhadores do primeiro setor não se encontram habituados com a situação encontrada dentro do segundo setor e acabam rejeitando essas ocupações.

Por existirem atividades com base em um mercado de trabalho voltado para a economia informal, isso faz com que se afastem os nativos desses setores e atraiam os imigrantes oriundos de regiões mais pobres – que mesmo vindo de regiões pobres, podem neste mercado aumentar o padrão de vida anterior. Acontece muitas vezes de os empregadores recrutarem empregados em outros países para inserirem nas ocupações rejeitadas por nativo(a)s (PEIXOTO, 2004). Peixoto (2004) argumenta que, para a teoria do mercado segmentado, não existe imigração sem uma “procura” específica (procura por parte dos empregadores no país de destino) por esse perfil de imigrante. Portanto, o fato de terem grupos de estrangeiros formados no país empregador não está ligado diretamente somente à vontade e ao cálculo individual dos migrantes, mas sim por fatores estruturais e pelo setor de serviços que apelam ao seu trabalho. Para os teóricos do mercado segmentado, o recrutamento de imigrante é com base nas origens étnicas/nacionais e não nas qualificações dos migrantes. E este é o tipo de recrutamento que mais caracteriza os trabalhadores migrantes (em contexto de migrações internacionais), mulheres e jovens (PORTES, 1981).

Na perspectiva dos teóricos economistas do mercado segmentado, a polarização do mercado de trabalho, entre primário e secundário, faz com que as imigrantes vivenciem uma experiência profissional diferente das nativas. Enquanto as mulheres nativas possuem mais chances de se inserirem no mercado primário da economia, as imigrantes acabam tendo uma inserção ocupacional mais estreita e se aglutinam no mercado secundário, como serviços de turismo, escritório, área da saúde e no setor de limpeza e serviços domésticos, uma vez que tais serviços/empregos são rejeitados pelas nativas, abrindo portas para as estrangeiras (PORTES, 1981; PEIXOTO, 2004; ASSIS, 2007; RIBEIRO, 2007; BATISTA; CACCIAMALI, 2009; VILELA, 2011; VIDAL-COSO; MIRET-GAMUNDI, 2014; CARVALHO, 2014; SASAKI; OLIVEIRA, 2016).

O aumento da participação da mulher nativa no mercado de trabalho abre portas para que pessoas externas, principalmente mulheres imigrantes, executem e assumam as

atividades ligadas ao setor doméstico (VIDAL-COSO; MIRET-GAMUNDI, 2014). Trata-se de um processo que vem acontecendo em países em desenvolvimento, em que as mulheres nativas visam mais ascensão econômica, possuem maior nível de instrução, vivenciam uma queda de fecundidade e passam a experimentar melhores oportunidades no mercado laboral (BATISTA; CACCIAMALI, 2009; ANGELI, 2012; COTRIM *et al.*, 2020).

Entretanto, Sassen (2000) argumenta que o mercado é segmentado, mas que imigrantes se organizam no mercado de trabalho de uma forma diferente da apresentada por Piore (1980). Sassen (2000;2007) defende a abordagem das Cidades Globais, em que a globalização faz com que as operações econômicas aconteçam com maior complexidade fazendo surgir cada vez mais empresas globais. A indústria passa a demandar diversos tipos de profissionais, desde o(a)s com altas qualificações até trabalhadore(a)s não especializado(a)s. E isso inclui os diversos grupos de imigrantes, sejam oriundos do Norte global ou do Sul global.

Portanto, a atração de imigrantes faz com que eles se estabeleçam em diversos tipos de ocupação, desde as mais qualificadas até as que não demandam especialização. Na perspectiva de Fraga (2015) isso acontece devido ao aumento do mercado internacional das empresas, esse crescimento não foi acompanhado por homens e mulheres trabalhadores nativos, o que demanda envio de trabalhadores internacionais para suprir as necessidades de mão de obra qualificada. Trata-se, por exemplo, do caso do(a)s expatriado(a)s, que buscam, através da carreira internacional, crescerem profissionalmente. Dessa forma, é possível verificar que a inserção dos imigrantes não está ligada apenas ao mercado secundário de trabalho. As formas e os modos de incorporação no setor de serviços são diversos (PEIXOTO, 2004; PORTES, 1981).

Assim como tem sido demonstrado dentro das vertentes teóricas apresentadas (Assimilação, Assimilação Segmentada e Mercado Segmentado), algo em comum a quase todos o(a)s imigrantes dentro do mercado laboral é a desqualificação profissional e o “desperdício de cérebros”. Essa desqualificação faz com que imigrantes percam recursos valiosos e habilidades anteriormente adquiridas (OIT, 2008) e acabem não colhendo os benefícios da aquisição de capital humano no destino (Pires, 2015). A desqualificação faz com que mulheres imigrantes qualificadas

se insiram em ocupações que possuem requisitos de qualificação inferiores ao nível educacional delas (ARAGONÉS; SALGADO, 2011).

Ao se envolverem em uma migração internacional, as mulheres ficam sujeitas ao *low international transferability of skills*⁸. Isso se dá principalmente por causa do desperdício de cérebros vivenciado no destino. Pires (2015) aponta que, no processo migratório, o indivíduo está sujeito a uma espécie de sorteio, em que por um lado pode ter todas as suas habilidades reconhecidas no destino e com isso ter um retorno positivo, ou pode não ser reconhecido e o indivíduo perde todo seu investimento em educação e habilidades. As consequências dessa perda são: redução do incentivo à educação, menor chance de auto seleção positiva, menor chance de ganho de cérebros. A autora denota que há grupos de determinadas regiões que estão mais sujeitos a vivenciarem níveis mais elevados de desperdício de cérebro, como é o caso de grupos originários da África, da Europa Oriental e da América Latina, muito influenciado pela visão dos empregadores de uma baixa qualidade educacional do local de origem (exceto na Europa Oriental).

Essa desqualificação sofrida pelas mulheres gera perdas tanto para o país de origem das imigrantes quanto para o país de destino (OIT, 2008). Enquanto a origem vivencia a “fuga de cérebros”, isso quer dizer, a perda de mão de obra qualificada (OYELERE, 2007), o destino acaba “desperdiçando os cérebros”, por não reconhecer o capital humano dessas mulheres. Temos, por um lado, o país de origem que investiu na formação da mão de obra qualificada e que acaba perdendo indivíduos treinados e, por outro lado, o país de destino que recebe e absorve a mão de obra já qualificada e acaba desperdiçando o capital humano da(o) imigrante por não reconhecê-lo, validá-lo e/ou valorizá-lo (LOZANO-ASCENCIO; GANDINI, 2012).

Afim de exemplificar esse processo, apresento o estudo desenvolvido por Oyelere (2007) sobre a migração africana, em especial no Quênia. O continente africano perdeu dentre 1985 e 1990, mais de 60.000 mil profissionais qualificados, entre eles médico, professores universitários, engenheiros, enfermeiros, etc., eles vão em busca principalmente de países desenvolvidos, como os EUA. O Quênia é o país africano com maior população qualificada fora do país. O país investe na educação qualificada

⁸ Tradução: Baixa transferência internacional de habilidades.

e envia diversos jovens para estudarem fora do país, principalmente nos EUA e Canadá. Muitos destes jovens acabam não retornando ao país de origem, decidem ficar no destino na expectativa de conseguirem boas oportunidades no destino.

A África vivencia a fuga de cérebros, que faz com que haja mais de um terço de africanos qualificados saindo de seus países, gerando problemas de desenvolvimento econômico. Por outro lado, esses indivíduos estão sujeitos a um desperdício de cérebros nos países desenvolvidos. Não quer dizer que todos os indivíduos africanos vivenciem o desperdício de suas habilidades, não há evidências para generalização, mas Oyelere (2007) apresenta diversos trabalhos que demonstram que, uma parcela grande de quenianos ainda não conseguiu transferir suas habilidades para o país de destino e acabam perdendo capital humano.

O trabalho de Lozano-Ascencio e Gandini (2012) analisa a fuga de cérebros e o desperdício de cérebros na mobilidade de trabalhadores qualificados na América Latina e Caribe. A migração qualificada da América Latina e Caribe é marcada pela saída de países pequenos em busca de países com melhor situação econômica. Esses trabalhadores se encontram principalmente nos Estados Unidos e tendem a se inserir mais em trabalhos não qualificados quando comparados aos nativos, o que configura desperdício de cérebro de imigrantes qualificados.

Um fator observado na pesquisa refere-se à variável tempo de chegada, já que ela influencia na inserção no mercado de trabalho. Imigrantes recentes dentro dos EUA, com menos de 10 anos, ocupam piores ocupações. Já os imigrantes que estão mais de 10 anos dentro dos EUA conseguem melhores posições ocupacionais, as quais são compatíveis com sua formação profissional. Além disto, verificam que os imigrantes que concluíram seus estudos dentro do país de destino estão em vantagem no mercado de trabalho se comparado aos que concluíram seus estudos no país de origem (LOZANO-ASCENCIO; GANDINI, 2012).

Em relação ao gênero, as mulheres na América Latina e Caribe estão cada vez mais escolarizadas, isso faz crescer o número de mulheres altamente qualificadas buscando a migração internacional. Em toda América Latina e Caribe a migração qualificada das mulheres é mais rápida do que a dos homens e está acontecendo de forma mais notável em toda a região. Por fim, a migração mundial de mão de obra qualificada tem ocorrido de forma mais constante e rápida nas últimas décadas, e está

se tornando mais frequente [exemplo disso é o caso das mulheres expatriadas]⁹ do que a migração de baixa qualificação (LOZANO-ASCENCIO; GANDINI, 2012).

As mulheres nativas, se comparadas às mulheres imigrantes, vivenciam também o desperdício de cérebros. Essa vivência ocorre porque nativas, quando comparadas aos homens nativos, possuem mais tempo de estudo e qualificação, mas ainda recebem menos rendimentos e maiores barreiras ao acesso a cargos mais elevados/chefia (LINO; ALECRIM, 2017). As nativas, através do conhecimento que possuem do mercado de trabalho, conseguem se inserir em diversos setores e com o tempo visualizar uma mobilidade ocupacional¹⁰. Quando há ocupações que precisam de mais mão de obra qualificada, as nativas são incentivadas a buscarem mais qualificação para atender as demandas. Nesse caso, podemos sugerir um menor desperdício de cérebros vivenciadas pelas nativas, comparadas às imigrantes.

No caso de o contingente nativo não conseguir atender todas as demandas, o país adota políticas seletivas para absorver imigrantes altamente qualificados em determinadas ocupações (ARAGONÉS; SALGADO, 2011).

Mulheres, nativas ou imigrantes, que se encontram em países com economias mais desenvolvidas, são mais suscetíveis a encontrarem mercado de trabalho que absorve mulheres altamente qualificadas, com empregos mais estáveis, e cargos com alto investimento no capital. Já economias menos desenvolvidas, a demanda é por uma mão de obra com menos qualificação (DUTRA, 2012).

Complementar a essas teorias do Mercado Segmentado e das Cidades Globais, encontra-se a Teoria do *Middleman*, a qual propõe que imigrantes se inserem em ocupações intermediárias, entre a base e o topo da hierarquia ocupacional, e os negócios étnicos devem ser levados em conta quando analisado o mercado de trabalho (BONACICH, 1973). Segundo Bonacich (1973), a principal peculiaridade dos imigrantes nesta teoria é o papel econômico dentro do mercado de trabalho. Eles se inserem nos setores intermediários, como por exemplo: setor da indústria e comércio, corretores, cobrador de aluguel, empreiteiros, etc. Os *middleman* desempenham o

⁹ O número de mulheres expatriadas no Brasil vem crescendo ano a ano. Essas mulheres possuem em sua maioria cursos de nível superior completo, e buscam na carreira internacional o desenvolvimento de habilidades afim de alcançarem uma progressão profissional (Fraga, 2015).

¹⁰ Vale lembrar que este trabalho não analisa a mobilidade ocupacional das mulheres, mas sim as desigualdades socio ocupacionais existentes entre nativas e imigrantes.

papel entre o produtor e o consumidor, entre o empregado e o empregador, entre o proprietário e o locatário, entre a elite e as massas (BONACICH, 1973. p.583).

A partir da teoria do *Middleman* outras abordagens surgiram, quais sejam: Enclaves étnicos, Negócios Étnicos (*ethnic businesses*) e Nichos de Imigrantes (*immigrant niches*). Todas essas abordagens ressaltam os laços de natureza social e étnica que ajudam a inserção de grupos de imigrantes em algumas atividades específicas no destino, sendo que a base desses grupos pode ser de caráter territorial (os enclaves) ou ocupacional (nichos e negócios étnicos) (PEIXOTO, 2004).

Diferentemente da teoria do Mercado segmentado, essas abordagens argumentam que imigrantes se inserem em um setor intermediário e/ou paralelo, seja no mercado aberto juntamente com os nativos, seja no setor de firmas co-étnica. Segundo os autores adeptos dessa teoria (BONACICH, 1973; PORTES; BACH, 1985; PEIXOTO, 2004), o mercado intermediário e/ou paralelo ajuda a proteger o(a)s imigrantes, e, portanto, evitando que esse(a)s venham a competir com nativo(a)s no mercado laboral aberto da sociedade hospedeira (BONACICH, 1973). Isso permitiria que imigrantes obtivessem vantagens no mercado, o que possibilitaria que melhorassem seus status ocupacionais, assim como seus rendimentos (PORTES; BACH, 1985).

Os enclaves empresariais étnicos e nichos étnico desempenham papel importante na força de trabalho para imigrantes. Segundo Portes (2000, p.144) “os enclaves são concentrações densas de empresas étnica ou de imigrantes que empregam uma proporção significativa de força de trabalho co-étnica e que desenvolve uma presença física distinta no espaço urbano”. As redes comunitárias possuem papel central para assegurar a vitalidade das empresas étnicas, como informações de recursos, oportunidades de negócios, mercado e mão de obra já disciplinada (PORTES, 2000, p.144).

Quando um grupo de imigrantes consegue colonizar um setor de emprego, surge então os nichos étnicos. Os membros desses grupos possuem informações privilegiadas a novas oportunidades de trabalho, isso faz com que as pessoas que não pertençam a esses grupos tenham dificuldade de adentrar nesse setor (PORTES, 2000, p.144).

Ao se comparar mulheres nativas com alguns grupos de imigrantes, as nativas saem em desvantagem, pois a presença de enclaves étnicos faz com que imigrantes vivenciem uma situação privilegiada no mercado de trabalho. Isso porque os enclaves étnicos tratam-se de empresas gerenciadas por estrangeiros, que acabam empregando um número muito grande de compatriotas que ocupam altos cargos dentro desses negócios específicos (PORTES; JENSEN, 1989; VILELA, 2011). Essa teoria sugere que imigrantes, dependendo de suas origens, podem se encontrar em vantagens no mercado de trabalho quando comparado(a)s a(o)s nativo(a)s.

No entanto, Kesler e Hout (2010) mostram que alguns grupos conseguem encontrar vantagens dentro desses setores étnicos, principalmente as empresas étnicas de sucesso. Por outro lado, existem comunidades étnicas em que as taxas de sucesso dos empreendedores são baixas, e que o empreendedorismo serve apenas como uma opção de fugir do desemprego.

Através destas abordagens é possível identificar que há diferença na estrutura hierárquica do trabalho e que há uma heterogeneidade entre os grupos de imigrantes e de nativos quanto à inserção no mercado de trabalho. Entretanto, segundo Vilela (2011), novos estudos¹¹ não acreditam que o mercado seja aberto ou paralelo. Países em desenvolvimento ou desenvolvidos possuem uma tendência a terceirização, isso gera maiores taxas de desemprego e precarização do trabalho. A precarização do trabalho para as mulheres imigrantes está ligada principalmente a falta de proteção social, jornadas de trabalhos muito baixas, que levam a redução do salário (HIRATA, 2011). Portanto, características individuais devem ser levadas em conta, assim como a origem étnica/nacional, bem como fatores estruturais (VILELA, 2011). Esses são fatores que fazem com que determinados grupos estejam em vantagem no mercado de trabalho enquanto outros grupos não.

As teorias apresentadas servem de orientação para a análise da temática da inserção de imigrantes internacionais no mercado de trabalho do país hospedeiro. Elas não devem ser vistas de forma excludentes e sim de formas complementares umas às outras. Cada abordagem apresenta características importantes que devem ser levadas em conta dentro do mercado de trabalho, como o tempo de residência no país

¹¹Van Tubergen, Maas e Flap (2004); Kesler e Hout (2010), autores apontados no trabalho de Vilela, 2011.

hospedeiro, a origem étnica nacional, o local de destino, as habilidades/capital humano, a segmentação do mercado, entre outras. Destaco que não tenho como objetivo testar nenhuma hipótese referente à alguma teoria em específico, mas sim realçar os fatores que essas teorias apontam e buscar examinar se imigrantes podem vivenciar diversos tipos de inserção e adaptação no mercado laboral, dado suas origens étnicos/nacionais.

Para um maior detalhamento do efeito de tais fatores sobre a situação das imigrantes no mercado de trabalho no local de destino, a próxima seção é dedicada a apresentar pesquisas empíricas, nacionais e internacionais, afim de ilustrar e dialogar com as teorias já apresentadas e, com isso, traçar as hipóteses deste trabalho.

3.1 Pesquisas sobre o mercado de trabalho e os diferenciais entre nativo(a)s e imigrantes

No que tange ao mercado laboral entre mulheres trabalhadoras, nativas e imigrantes, elas se deparam com fatores que as atingem igualmente no mercado de trabalho como, por exemplos, a inserção em setores específicos do mercado laboral, a discriminação quando comparadas aos homens, uma maior carga de tempo dedicada à esfera doméstica. Além desses fatores, os autores Coelho *et al.* (2010) levantam um desafio encontrado por muitos pesquisadores do mercado laboral. Trata-se de um desafio ligado a mensuração da oferta de trabalho feminino e que nessa mensuração não apenas o mercado formal deve ser levado em conta, mas é preciso pensar no mercado informal e também nas mulheres que não conseguem atingir o mercado de trabalho por se depararem com diversas restrições que as barram de concorrer igualmente com os homens.

Considerando esse fator, vale destacar aqui que no caso da pesquisa apresentada neste trabalho, nosso foco é apenas no mercado formal. Ao mesmo tempo que se torna um fator positivo, pois, permite comparação entre as mulheres trabalhadoras, nativas e imigrantes, por outro lado, acaba por limitar uma análise para o mercado de trabalho como um todo e para as mulheres no geral. Quando tratamos do mercado laboral e não incluímos o mercado informal e nem as mulheres fora do mercado formal ou informal de trabalho estamos excluindo um número expressivo de mulheres – próximo da metade das trabalhadoras se considerar o mercado formal e informal. Há diversos motivos que influenciam na não inserção das mulheres no mercado laboral e

que não são possíveis de se mensurar em sua totalidade, principalmente pela falta de pesquisas/bases de dados atuais que abarcam o mercado no geral, principalmente o setor informal e os grupos de imigrantes internacionais. E este é um dos motivos que nos leva a focar apenas no setor formal de trabalho.

Ressalto que trabalhadoras, imigrantes e nativas, além de encontrarem barreiras que as atinge igualmente por fatores ligados a questão de gênero, enfrentam fatores que impactam diferentemente as experiências de inserção, de situação em setores e de rendimentos dentro do mercado de trabalho. Um desses fatores é a origem étnica/nacional, o que é foco deste estudo. Buscando compreender tais experiências, esta subseção é dedicada a reflexão sobre as mulheres no mercado de trabalho e demonstrar os diferenciais encontrados na incorporação entre nativas e imigrantes.

Vale salientar que nem todos os trabalhos que são apresentados no decorrer deste capítulo têm como foco a questão de gênero e, principalmente, a comparação entre imigrantes e nativas. A literatura que trata das migrações internacionais e mercado de trabalho brasileiro para as mulheres ainda é incipiente se comparada ao volume de estudos que tratam a questão masculina. Há diversos trabalhos quantitativos que abordam o trabalho formal, mas em geral tratam apenas da imigração masculina, ou mulheres e homens juntos, sem fazer distinção. Já os que buscam apresentar apenas as mulheres neste processo de inserção no mercado de trabalho, em geral, são pesquisas qualitativas do mercado informal, ligados ao setor de cuidado e serviços, e muitas vezes, focando uma cidade e/ou Estado (São Paulo estado e capital principalmente). Essas questões não são as de foco desse estudo, como já exposto anteriormente e como fica evidente para frente. Embora os trabalhos fujam do foco que proponho analisar aqui nesta dissertação, eles são apresentados por contribuírem para a construção do debate teórico desenvolvido neste estudo.

Alguns estudos, nacionais e internacionais, na área da migração internacional e do mercado de trabalho, dão suporte para a compreensão dessas dinâmicas que envolvem as teorias já apresentadas. Esta seção se encontra na seguinte disposição: a) trabalhos nacionais que tratam da temática migratória e mercado de trabalho, demonstrando o fator origem étnica nacional; b) trabalhos internacionais que versam da mesma temática.

a) Casos nacionais

Esta divisão se inicia com os estudos de Sala (2005), Vilela (2008) e Vilela, Collares e Noronha (2015) que buscam analisar a inserção dos imigrantes, principalmente os originários do Sul global, no Brasil e identificam a origem étnico/nacional como fator importante para compreensão da situação do(a)s imigrantes no mercado de trabalho no país hospedeiro.

Sala (2005) analisa os trabalhadores nascidos nos países do Cone Sul que estão residindo no Brasil e as características demográficas e sócio ocupacionais desses imigrantes. A autora aponta que há uma diferença de inserção do mercado de trabalho brasileiro quando se compara imigrantes do Cone Sul e os nativos brasileiros, e que essa diferença gera desigualdade nos rendimentos, principalmente dos imigrantes. Ligada a questão da educação e das ocupações, os imigrantes são os que mais apresentam altos níveis de escolaridade e possuem maior experiência, quando comparados aos brasileiros. Entretanto, no geral, são os imigrantes que acabam recebendo menores rendimentos. Isso acontece pelo fato de o mercado de trabalho valorizar mais os atributos dos nativos brasileiros, do que os atributos dos imigrantes do Cone Sul. Mas, vale ressaltar, que algumas nacionalidades do Sul se destacam frente aos nativos dentro do mercado de trabalho, é o caso de argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios.

Apesar da pesquisa de Sala (2005) não ter foco em questões de gênero, é possível em sua pesquisa identificar os ramos de atividade que essas imigrantes se concentravam no Brasil nos anos 2000. Imigrantes de alguns países do Cone Sul se destacam por ter o nível educacional médio ou alto e conseguem alcançar ocupações diretivas e técnicas. Não é o caso das imigrantes paraguaias, bolivianas e uruguaias, que possuem níveis educacionais menores e acabam em ocupações pouco qualificadas e com menores remunerações. As argentinas se concentram em ocupações ligadas a profissionais da ciência e artes; paraguaias e uruguaias como trabalhadoras de serviços e vendedoras de comércio. Mesmo com a demanda do Brasil por trabalhadores com níveis mais altos de escolaridade, o mercado não é capaz de absorver a demanda por mão de obra qualificada, gerando uma crescente tendência de sobreeducados em suas ocupações. Os achados em relação a sobreeducação dos trabalhadores no Brasil, revela que entre as mulheres do Cone

Sul, apenas as paraguaias apresentaram menor proporção em relação as brasileiras, as demais nacionalidades possuem maior sobreeducação.

O trabalho de Vilela (2008) busca comparar homens imigrantes internacionais das nacionalidades argentina, boliviana, chilena, paraguaia, peruana, uruguaia, chinesa e coreana, com os brasileiros (migrantes e não migrantes) dentro do mercado de trabalho brasileiro. Ao traçar o perfil socioeconômico dos imigrantes verifica que os imigrantes internacionais possuem maior nível educacional que os brasileiros (migrantes ou não migrantes), e que os estrangeiros vivenciam uma seletividade positiva dentro do Brasil. Quanto ao fator sobreeducação dos indivíduos, ao se comparar os requisitos educacionais que são exigidos pelas ocupações, a autora demonstra que os trabalhadores migrantes e não migrantes possuem tendência a estarem sobreeducados em suas ocupações. Isso ocorre devido ao fato de haver uma grande demanda de pessoas com altas qualificações e o mercado de trabalho não conseguir absorver esses trabalhadores. Os achados foram, 48,7% da população utilizada na amostra possuem sobreeducação para a ocupação que ocupa; 44,2% de brasileiros migrantes internos possuem sobreeducação para sua ocupação, 50% de brasileiros não-migrantes e paraguaios possuem sobreeducação para sua ocupação e 84,6% de argentinos, peruanos, bolivianos, coreanos, uruguaios, chilenos e chineses possuem sobreeducação para sua ocupação. Essa desvantagem é maior para imigrantes internacionais “uma vez que essa situação pode aumentar os sentimentos de diferenciações, de atritos e, assim, estabelecer ou, em muitos casos, aumentar a discriminação negativa dos imigrantes internacionais na sociedade anfitriã” (VILELA, 2008, p.97).

O trabalho de Vilela, Collares e Noronha (2015) faz uma ligação entre a origem étnica nacional e as desvantagens encontradas no mercado laboral para determinados grupos de estrangeiros dentro do Brasil, quando comparados aos nativos. No que diz respeito a origem étnica/racial, as autoras demonstram que o mercado de trabalho brasileiro é um gerador de desigualdade e que determinados grupos são discriminados por suas origens e/ou cor ou raça. Os imigrantes latinos apresentam médias salariais inferiores aos brasileiros imigrantes internos brancos, e que os imigrantes peruanos possuem as menores médias entre os demais países. Brasileiros negros apresentam melhor situação se comparados aos bolivianos, paraguaios, peruanos e uruguaios. E tanto os brasileiros negros quanto os imigrantes estão em

pior situação no mercado se comparado aos brasileiros brancos. Para os imigrantes homens bolivianos, paraguaios, peruanos e uruguaios, a desvantagem dentro do mercado brasileiro está ligada ao fato dos atributos produtivos desses grupos serem menos valorizados no mercado laboral do que aqueles dos nativos, refletindo em uma discriminação no mercado. Assim como discutido por Sassen (2000;2007), imigrantes oriundos de países do sul global, quando comparado aos nativos, possuem tendência a discriminação no mercado laboral.

Suzuki (2019) ao tratar especificadamente do Brasil demonstra que imigrantes do Norte global encontram menos barreiras para sua inserção e mobilidade ocupacional no mercado de trabalho se comparada(o)s aos do Sul global. A autora aponta para uma estrutura produtiva dual dentro do mercado de trabalho brasileiro, de forma que absorve o(a)s imigrantes tanto para o topo quanto para a base. Ela não deixa de considerar que existem imigrantes que se inserem em posições intermediárias, mas a frequência deles foi pouco significativa frente aos demais imigrantes. A autora ainda ressalta que alguns grupos de imigrantes fazem parte de mão de obra precária dentro do Brasil, em empregos que oferecem pouca ou nenhuma mobilidade ocupacional, é o caso principalmente do(a)s Haitiano(a)s, por exemplo. Há também outros imigrantes – sírios, peruanos e uruguaios – que não conseguem recuperar o status ocupacional e educacional, havendo a perda de capital humano, e com isso acabam se inserindo em ocupações abaixo do exigido pela formação educacional que possuem. No trabalho da autora fica claro que muitos imigrantes compreendem que “apenas ao adquirir no Brasil um novo volume de capital educacional [...] exigido pelo mercado de trabalho daqui eles poderão ter a possibilidade de se inserir nas ocupações que exerciam anteriormente no país de origem” (SUZUKI, 2019, p.81). Mas em relação aos imigrantes do Norte global, a mobilidade ocupacional ocorre em um prazo mais curto, como é o caso de duas imigrantes (uma canadense e outra irlandesa). Elas conseguiram no Brasil uma ascensão dentro do mercado muito mais rápida, e também conseguiram se inserir em ocupações melhores das que exerciam no país de origem. Suzuki (2019) aponta que a origem étnica/nacional é um fator importante a ser considerado, pois a origem influencia na trajetória ocupacional dos grupos de imigrantes.

O trabalho de Medeiros *et al.* (2019), através do dados do Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra), da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do

Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincre), entre os anos de 2010 e 2014, demonstra que os fatores origem nacional e gênero devem ser levadas em conta na compreensão da situação dos estrangeiros no mercado. Durante o período 211.688 imigrantes latino-americanos e caribenhos foram regularizados no Brasil, desse total 26% eram de bolivianos. O estado de São Paulo foi o que mais recebeu os coletivos de imigrantes da América Latina. Em relação ao gênero, homens imigrantes recebem melhores salários, e os haitianos e bolivianos recebem até dois salários mínimos enquanto as mulheres recebem menos ainda. Bolivianos e haitianos por conta do perfil de baixa escolarização acabam recebendo os menores salários frente às demais nacionalidades. Já argentinos conseguem um maior retorno da escolaridade e recebem melhores rendimentos. Os autores, afim de estimarem renda e ocupação, fazem uso das variáveis: sexo, raça, escolaridade e nacionalidade. Para sexo, escolaridade e nacionalidade as regressões se apresentaram bastante significativas, a exceção é para raça. Para nenhum dos anos analisados a variável raça foi significativa. Segundo os autores, a diferença de rendimento se mostra bastante sensível à variável nacionalidade, escolaridade e sexo. Portanto, a origem nacional dos imigrantes deve ser levada em conta pois trata-se de um fator de grande influência no status ocupacional dos imigrantes.

O trabalho de Silva (2018) e Simões *et al.* (2017) demonstram a situação dos venezuelanos dentro do mercado laboral brasileiro. Trata-se da migração de um grupo vulnerável, que acontece em um contexto de migração forçada¹², com pedido de refúgio ao Brasil (SILVA, 2018). Esse grupo do Sul global, assim como outras nacionalidades do Sul, se depara com barreiras no mercado de trabalho, principalmente ligadas a língua (SIMÕES *et al.*, 2017). Há também uma parcela de venezuelanos, de classe média e alta, que vem trabalhar em empresas brasileiras, eles fazem parte do movimento de “fuga de cérebros”¹³ (SILVA, 2018). Os venezuelanos em grande maioria estão desempregados (35,4%), se comparados aos empregados (28,4%). Eles acabam se concentrando em setores do comércio, construção civil, entre outros serviços de indústria ganhando menos de um salário mínimo, mesmo a maioria dos venezuelanos apresentando altos níveis de

¹²A migração forçada acontece por conta de questões políticas, violência étnica, perseguição, conflitos internos ou internacionais e também por conta de desastres naturais (MOREIRA, 2017; CASTLES *et al.*, 2014).

¹³ Quando indivíduos qualificados deixam seu país de origem em busca de melhores condições no país de destino (SILVA, 2018).

escolaridade (SIMÕES *et al.*, 2017). O movimento de “fuga de cérebros” e também de “desperdício de cérebros” é uma realidade encontrada por muitos venezuelanos, o que nos leva a acreditar que este processo possa acontecer com outras nacionalidades do Sul global. Trata-se de outro exemplo de estudo que se enquadra dentro das teorias da Assimilação (declínio do status, dificuldade com a língua), Assimilação Segmentada (inserção em setores menos favoráveis, não recuperação dos status), Capital Humano (habilidades não transferidas, baixos salários e fator origem/destino) e do Mercado Segmentado (entrada no setor secundário).

Ainda em concordância com os trabalhos apresentados acima, Peres (2012) ilustra as mulheres bolivianas na cidade de Corumbá (Mato Grosso do Sul). Em Corumbá a principal atividade é o comércio, feiras e vendas ambulantes, que são geralmente associadas como trabalho de mulher. Aos homens cabe a atividade agrícola e também comercial. Mulheres assumem as barracas, as bancas e os balcões e os homens ficam por conta da compra de mercadoria e estoque. A atividade comercial muitas das vezes é feita na informalidade, em que 80% das mulheres não possuem carteira de trabalho assinada. Outro aspecto importante encontrado na pesquisa de Peres (2012) trata-se das redes sociais. Mulheres bolivianas acessam essas redes (amigos, família, etc.) com mais frequência do que os homens. As redes¹⁴ são importantíssimas para ajudarem as mulheres a se inserirem no mercado de trabalho, principalmente o primeiro emprego e este é um fator que está diretamente ligado às abordagens da Economia étnica.

Assim como no trabalho de Peres (2012), Dutra (2012) estuda as Peruanas no Brasil e identifica as redes co-étnicas como a principal chave de ligação entre grupos de peruanas e o primeiro emprego no Brasil. A imigração dessas mulheres tem como característica: mulheres sozinhas e sem emprego e que buscam o Brasil na tentativa de melhorar as condições de vida. Através das imigrantes que já estão no Brasil, as peruanas recém-chegadas recebem informações importantes sobre moradia e trabalho. Para essas mulheres, a rede de mulheres co-étnicas é importantíssima, pois garante um suporte e diminui as incertezas com a migração. Trata-se de uma rede extensa, que ultrapassa o núcleo familiar e se expande às comunidades de origem.

¹⁴Dada a limitação dos dados da RAIS, não consigo abordar a temática das redes migratórias. Mas compreendo a importância das redes para a inserção das mulheres no mercado de trabalho

Entretanto, mesmo as peruanas possuindo uma rede forte de co-étnicas, elas ainda encontram diversas barreiras dentro do mercado e muitas peruanas não conseguem se legalizar no país e permanecem em situação irregular. A língua é um dificultador para a entrada no mercado de trabalho. No primeiro emprego as peruanas recebem até um salário mínimo. Elas se concentram principalmente dentro do setor doméstico. As peruanas acreditam que o salário ápice que podem atingir nesse setor é de até dois salários mínimos, pois elas se baseiam na renda das mulheres brasileiras que trabalham como empregadas domésticas (DUTRA, 2012).

Os trabalhos acima demonstram as diversas dificuldades encontradas pela(o)s imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, principalmente entre os grupos originários do Sul global. As barreiras estão ligadas às questões como: origem étnica/nacional, atributos produtivos menos valorizados do que os atributos dos nativos, escolaridade e experiência desvalorizados no Brasil, dificuldades de validação de credenciais educacionais, discriminação. Mas este não é o cenário encontrado para todas as imigrantes dentro do mercado laboral brasileiro. Os próximos trabalhos abordam a questão do efeito positivo da origem étnica/nacional de grupos de países dentro do mercado laboral brasileiro.

O trabalho de Vilela (2011) demonstra que há grupos do Sul global (por exemplo, argentinos) que estão em melhor situação no mercado de trabalho brasileiro quando comparados com nativos, consequência de uma discriminação positiva desses imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Eles se encontram em maior vantagem no mercado de trabalho se comparados aos demais grupos de imigrantes do Sul global¹⁵. Isso acontece, pois, comparado aos brasileiros, eles são discriminados positivamente, ou seja, seus atributos produtivos são mais valorizados, como educação, experiência no mercado, e as ocupações. Vilela (2011) também observa que o fato de ser migrante é tido como vantajoso para os grupos, dado que migrar é tido como investimento em capital humano. Isto porque os imigrantes passam por uma seleção positiva, isto é, não são todos que migram, mas sim pessoas mais ambiciosas, mais empreendedoras, mais aventureiras e em geral mais educadas.

¹⁵ Diferentemente dos uruguaios, paraguaios, bolivianos e principalmente chineses são discriminados negativamente, isto é, comparados aos brasileiros, eles recebem menos do que deveriam receber considerando seus atributos produtivos (VILELA, 2011).

Já se tratando de países do Norte global, Dutra *et al.* (2015) apresentam os portugueses e os espanhóis dentro do mercado laboral brasileiro e os analisam separadamente. Começando pelos portugueses, as ocupações que eles mais se inserem são: Profissionais das Ciências e das Artes e Diretores e Gerentes. As ocupações são proporcionais aos níveis educacionais destes portugueses, já que a maioria possui Educação Superior Completa e Ensino Médio Completo. Se tratando dos rendimentos, eles recebem altos salários, entre 5 e 10 salários mínimos ou mais de 20 salários. Os espanhóis se encontram em ocupações de Diretores e Gerentes e Profissionais das Ciências e das Artes. Assim como os portugueses, eles também possuem níveis educacionais altos, como Educação Superior Completa e Ensino Médio Completo. Os imigrantes da Espanha recebem salários ainda melhores do que os de Portugal, no geral recebem mais de 10 salários mínimos, sendo que a maior concentração é acima de 20 salários.

São poucas as pesquisas que apontam os Norte-Americanos no mercado de trabalho brasileiro. O trabalho de Oliveira (2016) e Cavalcanti e Brasil (2017) ilustram o caso. Oliveira (2016) demonstra que mulheres norte americanas conquistam cada vez mais espaço na migração para o Brasil, entretanto os fluxos masculinos ainda são a maioria. Segundo Cavalcanti e Brasil (2017), os imigrantes dos EUA estão dentro do grupo dos dez países que apresentam as maiores medianas salariais, no momento da admissão no mercado de trabalho, eles recebem cerca de 5 e 6 salários mínimos¹⁶ em 2016. E após o período de admissão, o valor desse salário tende a aumentar.

Esses estudos acima expostos demonstram que Imigrantes do Norte e alguns grupos de imigrantes do Sul global (como os Argentinos), estão em vantagem ocupacional no mercado de trabalho brasileiro. Eles se concentram nas melhores estruturas ocupacionais e conseguem os melhores estratos de rendimento, superando, até mesmo, os nativos. Diferente da situação da maioria dos imigrantes do Sul global que mesmo com alta escolaridade encontram barreiras que dificultam a inserção em melhores empregos e esses acabam se aglutinando em setores menos qualificados, recebem menores rendimentos e vivenciam o desperdício de cérebros.

¹⁶ No ano de 2016, o salário mínimo era de R\$880,00.

b) Casos internacionais

Os trabalhos de Vidal-Coso e Miret-Gamundi (2014), Mattoo, Neagu e Ozden (2006), Adserà e Chiswick (2007), Adserà, Ferrer e Herranz (2020), Akresh (2008) ilustram casos internacionais em que o fator origem influencia na inserção e posição no mercado laboral.

Os autores Vidal-Coso e Miret-Gamundi (2014) apresentam o mercado de trabalho na Espanha, mas com o foco nas mulheres imigrantes. A Espanha atrai mulheres imigrantes para trabalhar no país, principalmente no mercado de cuidados e serviços doméstico. Trata-se de porta de entrada mais comum para as mulheres imigrantes. Porém, muitas acabam não saindo desse setor, por não conseguirem transferir e validar suas experiências adquiridas antes da migração e vivenciam uma mobilidade descendente, como proposto pela Teoria da Assimilação Segmentada. Se comparada aos homens imigrantes, elas estão em maior desvantagem e acabam vivenciando baixas posições no mercado laboral.

Fernández e Ortega (2008), ao analisarem imigrantes também na Espanha, comparado aos nativos, encontram maiores tendências de desemprego e também de sofrerem com desperdício de cérebros, dado que há uma grande incidência de excesso de educação em serviços de baixa qualificação, como foi demonstrado na Teoria do Mercado Segmentado. Imigrantes da Europa Ocidental e América Latina, que buscam a Espanha, possuem um nível educacional maior que os nativos. Os espanhóis valorizam mais a educação de seus nativos do que a escolarização e experiência dos imigrantes. Tanto homens quanto mulheres imigrantes possuem sobreeducação em seus empregos atuais, se comparados aos nativos. Outra variável analisada pelos autores é o tempo de chegada ao destino e encontram que, após cinco anos de chegada à Espanha, imigrantes vivenciam uma queda nas taxas de desemprego e de contratos temporários, entretanto a sobreeducação ainda continua alta dentro dos setores que se aglutinam.

Mattoo, Neagu e Ozden (2006) investigam a colocação ocupacional de imigrantes no mercado de trabalho dos Estado Unidos da América. Os autores demonstram que há diferenças dentro do mercado de trabalho, entre nativos e imigrantes e entre imigrantes de diferentes nacionalidades. Os nativos conseguem uma taxa de retorno da educação maior que os imigrantes, e, portanto, se encontram em melhor situação

ocupacional no mercado. O fator origem influencia na entrada do setor qualificado. Segundo os autores, Imigrantes de origem da América Latina e do Leste Europeu possuem maior possibilidade de desperdício de cérebros nos EUA, pois suas habilidades e a educação adquirida no país de origem não conseguem ser transferidas facilmente no país de destino, diferentemente de imigrantes da Ásia e de países mais desenvolvidos.

Adserà, Ferrer e Herranz (2020) analisam o mercado de trabalho para as mulheres imigrantes e nativas, em toda a Europa. As mulheres imigrantes se inserem em profissões que exigem mais força de trabalho se comparada às nativas da Europa. Elas apresentam um nível escolar mais alto na chegada, mas acabam se inserindo em um setor menos qualificado, devido à depreciação do capital humano. A lacuna encontrada pelas imigrantes na chegada ao país de destino, principalmente as mais recentes, é superada gradualmente após alguns anos de permanência no país (mais precisamente 10 anos), fazendo com que as imigrantes recuperem seu status profissional.

Adserà e Chiswick (2007) também traçam uma comparação entre nativos e imigrantes na Europa, com foco na questão do gênero. Homens e mulheres imigrantes, no momento da chegada, ganham em torno de 40% menos do que os nativos. A origem é outro fator importante, os imigrantes nascidos dentro da União Europeia ganham 33% menos do que os nativos, e essa diferença sobe para 41% se o imigrante for de fora da União Europeia, sendo que ao analisar apenas as mulheres imigrantes, esse percentual vai para 56% de diferença. Portanto, nascer fora da União Europeia já implica em uma desvalorização de capital humano. Os homens asiáticos, latino-americanos e europeus do leste, e as mulheres latino-americanas e da Europa de Leste são aqueles com menores rendimentos dentro da Europa. Mulheres imigrantes com níveis mais altos de educação conseguem maiores retornos no mercado de trabalho do que as mulheres imigrantes com baixa escolaridade. Após 12 anos de chegada, as mulheres imigrantes dobram seus ganhos, entretanto, elas precisariam de 18 anos no mercado para poderem atingir o mesmo rendimento das nativas. No trabalho de Adserà e Chiswick (2007) fica ainda mais evidente que os imigrantes estão em pior situação no mercado quando comparado aos nativos e em como o fator origem influencia na entrada e nos ganhos salariais no mercado.

Akresh (2008), ao analisar a trajetória ocupacional dos imigrantes documentados nos Estados Unidos da América, encontra que homens e mulheres experimentam uma queda inicial do seu status socio ocupacional, uma depreciação do capital humano. Essa queda é mais acentuada para as mulheres, principalmente no primeiro emprego nos EUA. Isso acontece, pois, as mulheres possuem mais barreiras ligadas a transferência de habilidades (capital humano) adquirido no país de origem. Os homens imigrantes conseguem obter mais informações sobre o mercado de trabalho e possuem mais facilidade de converter suas experiências em capital humano utilizável nos EUA, do que as mulheres, e com isso consigam empregos mais desejáveis. As mulheres são mais propensas a experimentarem uma mobilidade descendente e encontrarem mais barreiras para experimentarem a mobilidade ascendente, se comparada aos homens imigrantes. Os autores apontam que o pico da mobilidade ascendente acontece entre 18 anos e 22 anos de permanência no mercado de trabalho nos EUA. Portanto, mulheres imigrantes encontram mais barreiras e se deparam com um mercado que não absorve suas habilidades e experiências na chegada aos EUA.

O trabalho de Akresh (2008) vai de encontro com os achados sobre tempo de residência no destino apresentados por Dutra (2012), Lozano-Ascencio e Gandini (2012), Fernández e Ortega (2008), Vidal-Coso e Miret-Gamundi (2014), Adserà, Ferrer e Herranz (2020) e Adserà e Chiswick (2007) e, portanto, demonstra, mais uma vez, a importância da variável “tempo de residência no país de destino” a ser analisada para a compreensão da situação no mercado de trabalho.

A partir das perspectivas teóricas e das pesquisas empíricas apresentadas acima sobre as principais questões que tangem à situação de nativas e imigrantes internacionais no mercado de trabalho, busco testar as seguintes hipóteses:

3.2 Hipóteses

Hipótese 1: *A origem étnica nacional impacta, positiva ou negativamente (dependendo do país de origem), nos grupos ocupacionais e nos rendimentos das imigrantes internacionais, comparadas com brasileiras brancas ou não brancas. Em outras palavras, imigrantes internacionais do Sul global (Haiti, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai) recebem menores rendimentos e inserem em ocupações de menor prestígio quando comparadas às mulheres nativas brasileiras, principalmente*

comparadas as brasileiras brancas, mas não é o caso daquelas oriundas do Norte global (Portugal, Japão, EUA, França e Itália), que estão em melhores posições ocupacionais e tendem a ter maiores rendimentos que as nativas em geral.

Hipótese 2: *Os grupos com 11 anos ou mais de residência tendem a estar em melhor situação ocupacional e obterem maiores salários do que os grupos de menos de 10 anos, quando comparadas às brasileiras brancas ou não brancas.*

Hipótese 3: *As mulheres imigrantes estão mais suscetíveis a sofrerem com o fenômeno de desperdício de cérebros quando comparadas às mulheres brasileiras, e esse fator atinge principalmente as imigrantes que residem a menos de 10 anos no Brasil. O fator sobreeducação é maior entre mulheres do Sul global quando comparada aos demais grupos.*

4. Metodologia e dados

Este capítulo dedica-se a apresentar a metodologia e os dados que são utilizados nesta pesquisa, afim de testar as hipóteses propostas acima.

4.1 Características da base de dados

As perguntas que norteiam este trabalho são a) A origem étnica/racial/nacional impacta no grupos ocupacionais em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho brasileiro?; b) Mulheres do Sul global se encontram em desvantagem no mercado de trabalho brasileiro, se comparadas às mulheres do Norte global? E ambas comparadas às brasileiras, há desvantagens?; c) Mulheres imigrantes vivenciam maior “desperdício de cérebro” comparadas às nativas?; d) As mulheres imigrantes recebem melhores, piores, ou iguais rendimentos se comparadas às brasileiras? Para responder tais questões, este trabalho utiliza de uma importante fonte de dados administrativos: a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS de 2017. O ano de 2017 foi escolhido por ser o ano mais recente que tive acesso aos dados da RAIS até o momento da pesquisa. São 22.544.930 milhões de vínculos de mulheres e esse é o censo das mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro.

A RAIS é um registro administrativo declarado anualmente de forma obrigatória por todos os empregadores com CNPJ e abrange o território nacional. Através dos dados da RAIS podemos ter uma apresentação dos dados do ano de referência (ALMEIDA,

2019). Trata-se de uma das principais bases de dados sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. Através dessa base, o governo pode criar políticas públicas de combate à desigualdade de emprego e renda, e outros órgãos (empresas, sindicatos, acadêmicos, etc.) usam na tomada de decisões em diversas áreas da sociedade (CAVALCANTI *et al.*, 2015). Tal fonte tem como objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Caso seja necessário a identificação dos trabalhadores, para estudos longitudinais por exemplo, ela é feita através do Cadastro de Pessoa Física (CPF), da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e do Programa de Integração Social ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) (RAIS, 2016).

A base de dados da RAIS possui algumas limitações. Cavalcanti *et al.* (2015) destacam que a maior barreira encontrada nesta base trata-se da omissão e também da declaração fora do prazo legal dos estabelecimentos. Também são encontrados diversos erros de preenchimento, com informações incompletas e faltantes.

Outro ponto que vale chamar a atenção quanto à limitação da RAIS é a falta de informações referentes aos empregadores. No caso das análises dos imigrantes isso é importante, pois, muitos imigrantes trabalham durante um tempo, às vezes, por anos, como empregados, para depois montarem os seus próprios negócios, serem proprietários, empreendedores, empregadores. Ao deixarem de ser empregados formais e tornarem-se donos dos seus próprios negócios, eles saem da RAIS. Não existem mais informações sobre os mesmos. Dessa forma, quando o imigrante sai do banco da RAIS não se sabe o real motivo: se está simplesmente desempregado; se foi para o setor informal (voluntária ou involuntariamente); ou se virou empreendedor, empregador, dono do seu próprio negócio.

4.2 Delimitações dos dados da RAIS 2017

Como trabalho apenas com as mulheres nativas e as imigrantes, foi criado um filtro em que se excluiu todas as pessoas do sexo masculino. É importante salientar que, pelo fato da RAIS trazer apenas informações de pessoas registradas formalmente no mercado de trabalho brasileiro, isso faz com que os dados não representem o universo total dos imigrantes e nem das pessoas que trabalham. Portanto, o universo estimado

de trabalhadoras que será apresentado aqui, é de 30% para o mercado formal, enquanto no mercado informal esse número é bem menor de mulheres, cerca de 18% (NOBREGA *et al*, 2020). Para maior proximidade dos números de pessoas dentro do mercado de trabalho, é necessário que haja o diálogo com outros grandes registros administrativos citados anteriormente, neste trabalho analiso apenas os dados administrativos da RAIS.

Do total de 22.544.930 milhões de vínculos de mulheres, temos que 22.497.838 milhões são de brasileiras, 3.264 mil são de naturalizadas brasileiras, e 43.828 mil são de imigrantes. A RAIS possui uma limitação ligada as mulheres naturalizadas brasileiras, uma vez que, ao se naturalizarem, elas perdem dentro do banco de dados as informações ligadas ao país de nascimento, e, portanto, neste estudo essas mulheres não entram nas análises nem como brasileiras e nem como imigrantes, devido à falta de informações. Com isso, são retirados 3.264 mil vínculos de mulheres naturalizadas brasileiras, restando para as análises 22.541.666 vínculos no total.

Dentro da RAIS, a trabalhadora pode ter mais de um vínculo/emprego, isso pode ocorrer em duas situações, a primeira é o caso da trabalhadora que esteja empregada em duas ou mais empresas ao mesmo tempo, a segunda é caso em que elas mudam de emprego durante aquele ano (NORONHA, 2018). Isso faz com que elas possam estar presentes nos registros anuais mais de uma vez (CAVALCANTI *et al.*, 2016), visto que os dados da RAIS disponibilizados pelo Ministério da Economia tem como unidade de análise vínculos e não trabalhadoras. Mas no caso dessa pesquisa, os dados são desagregados até o nível dos indivíduos, constando apenas um registro por pessoa.

Para que isso ocorra realizo o mesmo procedimento que Noronha (2018), isto é, transformo o vínculo/emprego em indivíduo, procedimento similar ao que foi adotado pelos pesquisadores do Observatório de Migrações Internacionais (Obmigra). Nessa transformação de vínculo/emprego para indivíduos, utilizo como identificador das trabalhadoras o número do PIS, para as mulheres com vínculo ativo em 31/12 de 2017, permanecendo o vínculo/emprego que possuir o maior salário no mês de dezembro de 2017. Vale ressaltar que apenas os vínculos ativos são selecionados, pois os vínculos inativos significam demissão antes da data de 31/12 de 2017 e com isso perde-se a informação sobre o salário dessas trabalhadoras. Antes de ser

realizada a limpeza dos dados, são identificados 22.541.666 milhões de vínculos dentro do mercado formal brasileiros em 2017. Realizados os procedimentos descritos acima, para transformação de vínculo em pessoa, permanecem 16.797.251 milhões de mulheres brasileiras e imigrantes sem duplicações de vínculo/emprego. Esse valor representa 78,5% de todos os vínculos encontrados para as mulheres em 2017. Desse total temos que 16.766.246 são mulheres brasileiras e 31.005 são mulheres imigrantes.

Para este trabalho são consideradas as brasileiras e as imigrantes dos principais grupos de nacionalidades que compõe o mercado formal. A escolha pelas principais nacionalidades de imigrantes surge com a representatividade desse grupo frente as demais nacionalidades (Anexo A.1). Com base na literatura que trata dos diferenciais entre imigrantes do Norte global e do Sul global¹⁷, são criados dois grandes grupos, cada um composto pelas cinco principais nacionalidades que mais possuem imigrantes no mercado formal. Fazem parte das principais nacionalidades do Sul global haitianas, paraguaias, argentinas, bolivianas, e uruguaias, com 15.742 mil mulheres. Já as mulheres das principais nacionalidades do Norte global são portuguesas, japonesas, norte-americanas, francesas e italianas, com 4.577 mil mulheres.

Em relação ao Grupo do Sul global, a frequência relativa de cada grupo é: haitianas, com 24,4% do total de imigrantes, paraguaias com 9,8%, argentinas com 6,7%, bolivianas com 5,2% e por fim uruguaias, com 4,6% (Tabela 1). Essas mulheres do Sul global representam 51% (15.742 mil) do total de todas as imigrantes no mercado formal brasileiro.

Tabela 1: As cinco principais nacionalidades do Sul global, no mercado de trabalho formal brasileiro, 2017 - RAIS.

SUL GLOBAL	Freq.	%
Haitiana	7.557	24,4%
Paraguaia	3.051	9,8%
Argentina	2.086	6,7%
Boliviana	1.617	5,2%
Uruguaia	1.431	4,6%
Outras nacionalidades	15.263	49,2%

¹⁷ Os países que compõem o Norte e o Sul global não podem ser homogeneizados dentro do grupo geral, portanto, ainda que seja usada tal terminologia como forma de separar os grupos oriundos do Norte e Sul global, as diferenciações dos grupos são pontuadas no decorrer das análises.

Total Sul global	15.742	51%
Total Imigrantes	31.005	100%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

As nacionalidades do Norte global no mercado formal brasileiro são: portuguesas, com 7,2%, japonesas, com 2,4%, norte-americanas com 2%, francesas com 1,5% e por fim as italianas com 1,5% do total de imigrantes no mercado formal brasileiro (Tabela 2). O Grupo de mulheres do Norte global representa 15% (4.577 mil) do total de todas as imigrantes dentro do mercado formal brasileiro.

Tabela 2: As cinco principais nacionalidades do Norte global, no mercado de trabalho formal brasileiro, 2017 - RAIS.

NORTE GLOBAL	Freq.	%
Portuguesa	2.257	7,3%
Japonesa	754	2,4%
Norte-Americana	622	2%
Francesa	475	1,5%
Italiana	469	1,5%
Outras nacionalidades	26.428	85,2%
Total Norte global	4.577	15%
Total Imigrantes	31.005	100%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Quando analisada apenas as mulheres imigrantes, o grupo das 10 principais nacionalidades presentes no mercado formal brasileiro representa 66% do total de imigrantes em 2017, com 20.319 mil mulheres imigrantes com vínculo ativo. Portanto, trata-se de um grupo bastante significativo de ser analisado, em que se encontram mais da metade das imigrantes.

Já, entre as brasileiras, essas são separadas entre mulheres brancas e não brancas, afim de compara-las com as imigrantes, já que no Brasil as questões quanto à cor/raça são fundamentais para mensurarmos desigualdades e discriminação no mercado de trabalho brasileiro. Temos 16.766.246 milhões de mulheres brasileiras. Ao criarmos um grupo de mulheres brancas (brancas e amarelas) e outro de mulheres não brancas (pretas, pardas e indígenas), 5.130.551 milhões de casos são perdidos por falta de classificação/preenchimento dos dados sobre cor/raça dessas mulheres dentro da RAIS (a explicação da perda dos dados é feita posteriormente), ficando 7.061.148

milhões de mulheres brasileiras brancas (60,7%) e 4.574.547 (39,3%) milhões mulheres brasileiras não brancas (Gráfico 1).

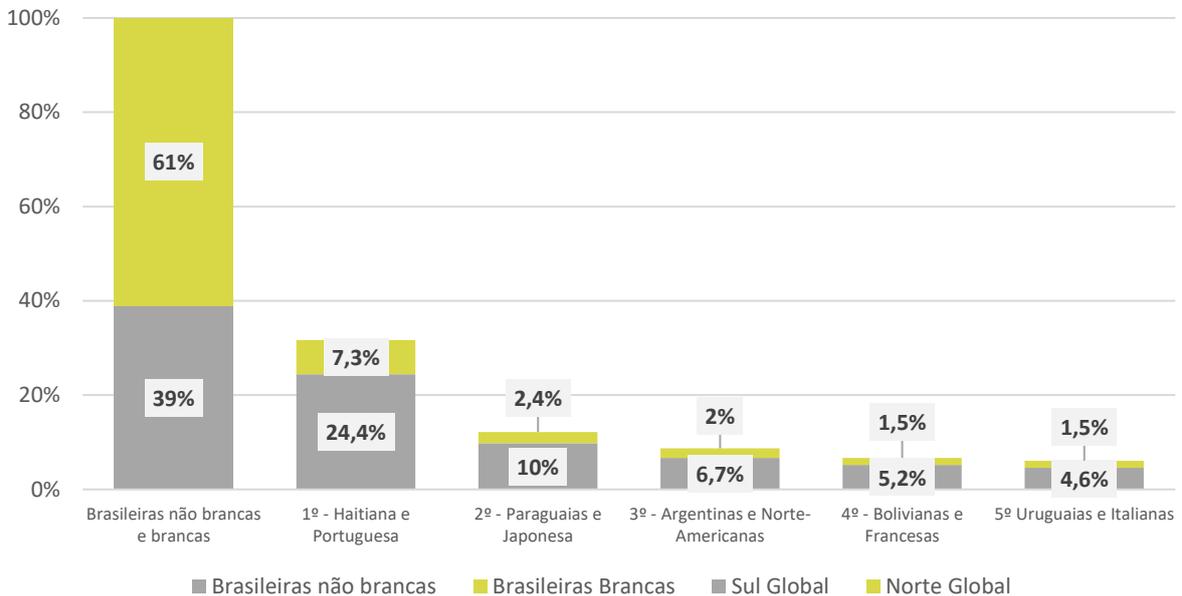


Gráfico 1 - Participação do grupo das 10 principais nacionalidades de imigrantes do Norte global e do Sul global e de brasileiras brancas e não brancas no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A partir dessas delimitações, a amostra de mulheres passa a ser de 11.635.695 milhões de brasileiras e 20.319 mil mulheres imigrantes, totalizando 11.656.014 milhões de mulheres.

Ainda sobre a questão de raça/cor do indivíduo, duas informações precisam ser levadas em conta. A primeira é que: servidores públicos não possuem informações de raça/cor no banco da RAIS. O número total de pessoas na categoria “Não Identificado/Ignorado” é de 5.137.023 milhões de casos. Desses casos, 5.130.551 milhões são de mulheres brasileiras com falta de declaração de cor ou raça, em que 3.362.747 milhões desses casos são de mulheres que se encontram no setor público. Entre as imigrantes, tivemos 3.102 mil casos com falta de identificação de Cor ou Raça, sendo que 583 apenas no setor público. A segunda informação trata-se da variável raça/cor não ser uma variável autodeclarada. Na RAIS a declaração é feita por quem preenche o formulário, provavelmente um funcionário do Recurso Humano

da empresa. Isso pode levar a preenchimentos equivocados e até mesmo ao não preenchimento, o que acarreta em erros e dados em branco ou inválidos.

Para compreendermos a distribuição da raça/cor dentro da RAIS 2017, inicialmente é necessário apresentar a distribuição do setor público e privado. O setor privado é o setor da economia em que as mulheres mais se concentram no total, com mais de 13,4 milhões de mulheres, enquanto setor público conta com 3,3 milhões mulheres. Essa diferença entre os setores é encontrada também quando analisado por grupo de brasileiras e imigrantes (Gráfico 2).

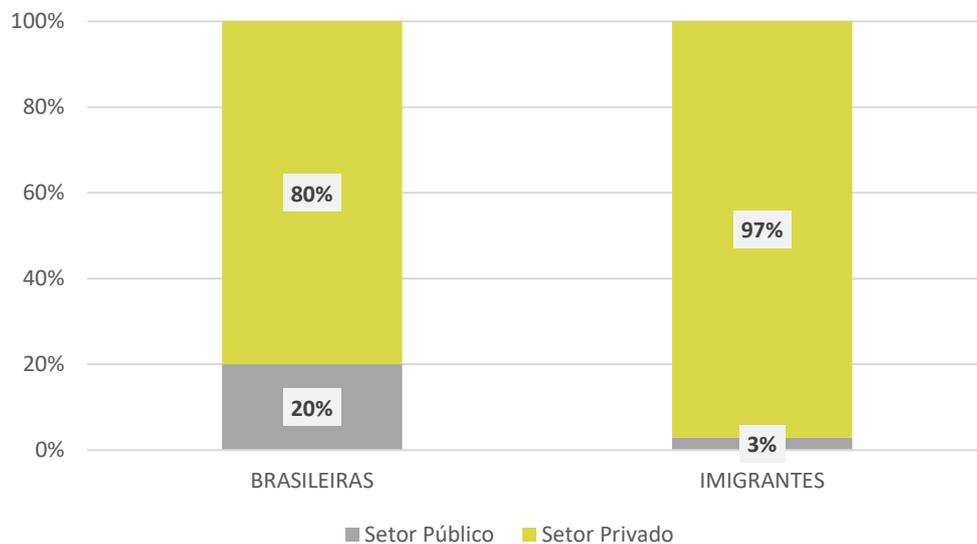


Gráfico 2 - Distribuição percentual das mulheres no setor público e privado, por grupo de brasileiras e imigrantes, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Traçando o panorama do setor público, em termos relativos, são as mulheres brasileiras que possuem maior perda relativa de informação dentro do setor público, assim como já foi demonstrado (Gráfico 2). A segunda maior perda dos dados de raça/cor para o setor público se reflete no grupo de mulheres do Norte global, são 403 mulheres. Já as mulheres do Sul global a perda é menor, são apenas 180 mulheres que se encontram no setor público. Portanto, com tamanha perda de cor ou raça para o setor público, principalmente para as brasileiras, opto por excluir da análise as mulheres que se encontram com vínculo ativo dentro do setor público. Ficando apenas as mulheres com vínculo ativo dentro do setor privado, totalizando 11.655.431 milhões

de mulheres (vale lembrar que ao criarmos o grupo de mulheres brasileiras brancas e não brancas (Gráfico 1), já havíamos perdido 3.362.747 milhões de casos, portanto o valor demonstrado acima reflete o total da perda após a retirada dos dados).

Entre as estrangeiras, as trabalhadoras do Norte global foi o grupo com maior perda no setor público. Essas mulheres possuem características que fazem com que sejam privilegiadas e consigam acessar mais o setor público do que o grupo do Sul global. O setor público possui como características a estabilidade e segurança financeira, maior exigência por qualificação, menos horas trabalhadas, no geral não há idade fixada e os salários são mais altos que no setor privado (MARCONI, 2003).

A escolha por manter somente o setor privado, devido à lacuna sobre informação de cor/raça no setor público, vai de encontro à literatura que trabalha com o tema. Isto porque a literatura que analisa o mercado de trabalho brasileiro demonstra que tanto a origem étnico nacional quanto à cor/raça são fatores apontados como geradores de desigualdades e, portanto, devem ser considerados nas análises de estratificação social. Um exemplo são os estudos que demonstram que brasileiros negros e imigrantes latinos acabam recebendo menores rendimentos se comparado aos brasileiros brancos. As pessoas que se declaram brancas se concentram mais nos estratos superiores do que os pardos e os negros (SANTOS 2009; VILELA; COLLARES; NORONHA, 2015; SILVEIRA, 2019). Dessa forma, como já exposto, para as análises das mulheres brasileiras são consideradas a cor Branca (mulheres Brancas e Amarelas) e as não brancas (Pretas, Pardas e Indígenas), ambas como referência. No caso das imigrantes, a origem étnica nacional é o fator de comparação.

Analisando a distribuição de raça/cor dentro da RAIS para o setor privado, das 11.655.431 milhões de mulheres, 2.519 mil casos são de “Não Identificado/Ignorado” e são de imigrantes do Norte e Sul Global. As mulheres brasileiras não apresentam casos para “Não Identificado/Ignorado” dentro do setor privado, dado que ao separarmos brancas e não brancas esses casos acabam não entrando nas categorias. Portanto, ficam para as análises: 7.061.148 milhões são brasileiras brancas, 4.574.547 milhões são brasileiras não brancas/negras. As imigrantes, por não possuírem separação de raça/cor, não perdem os dados de “Não Identificado/Ignorado” e permanecem sendo 4.174 mil imigrantes do Norte global e 15.562 mil de imigrantes do Sul global.

Para as análises opto em considerar a variável raça e cor apenas para separar as brasileiras em grupos de brancas (brancas e amarelas) e não brancas (pretas, pardas e indígenas) sendo esses grupos os de referências nas análises. Tal decisão fundamenta-se nos resultados do trabalho de Medeiros *et al.* (2019) que demonstra que, para a compreensão da situação de estrangeiro(a)s no mercado de trabalho, o fator origem é de extrema importância, entretanto, o fator raça e cor não é significativo em nenhum dos modelos de regressão analisados. Visto que os autores fizeram uso da RAIS entre os anos de 2010 e 2014 e não evidenciaram impacto da raça para as imigrantes, opto por não fazer uso desta variável em relação a este grupo no intuito de manter a comparabilidade com brasileiras brancas ou não brancas.

A próxima delimitação estabelecida neste estudo refere-se à seleção somente de pessoas entre 18 e 60 anos. A definição pela idade mínima de 18 anos surge devido à ideia de que pessoas nesta idade dispõem de maior probabilidade de conclusão do ensino básico e inserção no mercado laboral do que aquelas com menor idade (VILELA, 2011). Já a idade máxima de 60 anos deve-se ao fato de ser essa a idade mínima de aposentadoria para mulheres no Brasil até novembro de 2017. Com isso, das 11.655.431 milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, ao filtrarmos por idade, esse total passa a ser de 11.324.770 mil mulheres. Em que 6.841.979 milhões são brasileiras brancas, 4.464.232 milhões brasileiras não brancas, 3.322 mil do Norte global e 15.237 mil do Sul global.

As mulheres brasileiras possuem uma distribuição nas faixas de maneira bem semelhante para as brancas e não brancas, como pode ser visto logo em seguida. Já as imigrantes possuem diferenças mais acentuadas dentro de algumas faixas de idade, principalmente se a comparação for entre os dois grupos do Norte ou do Sul.

As nativas possuem como característica o mercado de trabalho formado por pessoas jovens, em que 64,8% de brancas e 69,8% de não brancas estão na faixa de 18 a 39 anos de idade. Na faixa de 40 a 60 anos se encontram 35,2% de mulheres brancas e 30,2% das mulheres não brancas.

Entre as imigrantes, as mulheres do Sul global se aproximam das características das mulheres nativas, elas são 78,8% de mulheres entre 18 e 39 anos e 21,2% de mulheres entre 40 e 60 anos de idade. Já as mulheres do Norte global apresentam

concentração similares nas faixas etárias de 18 a 39 (51,4%) e 40 a 60 (48,6%) anos de idade.

Os dados corroboram com as características gerais das autorizações que foram concedidas a imigrantes nos últimos anos, de 2011 até 2016. Segundo Quintino e Tonhanti (2017), os imigrantes, na faixa de idade entre 20 e 49 anos, foram o grupo etário com mais frequência em autorizações concedidas em 2016, com 80,6% dos pedidos concedidos em 2016.

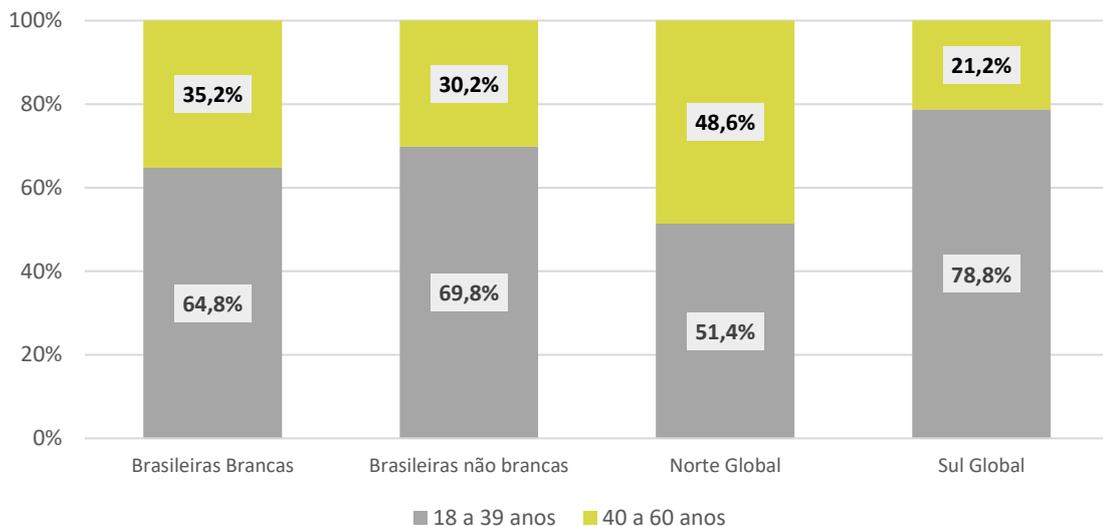


Gráfico 3 - Faixas de idade, em percentual, de mulheres brasileiras brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, no ano de 2017 - RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A última delimitação refere-se à utilização de uma amostra do banco de dados, por questões metodológicas e técnicas. Por se tratar de um censo do mercado formal de trabalho, com dados para mais de 11 milhões de casos (após os recortes feitos anteriormente), opto por manter apenas os casos em que mulheres brasileiras estejam empregadas nas mesmas empresas que empregam as mulheres imigrantes, sejam estas do Norte, sejam do Sul global. A filtragem é feita através do CNPJ das empresas, onde só permanecem na base as trabalhadoras de estabelecimentos que empregam pelo menos uma imigrante internacional oriunda dos grupos étnicos nacionais principais. Dessa forma, a amostra a ser analisada é de 1.017.374 milhão de mulheres, o que representa 9% dos casos totais de brasileiras e o total das imigrantes. Desse total, temos que 651.459 mil são de brasileiras brancas, 365.915

mil são de brasileiras não brancas, 3.322 mil são de mulheres imigrantes do Norte global e 15.237 mil são de imigrantes do Sul global. Vale destacar que mantenho todas as imigrantes, isto é, a amostra¹⁸ é somente de brasileiras. Essa é representativa das trabalhadoras brasileiras no país.

Sendo assim, na RAIS do ano de 2017, após todas as delimitações apresentadas quanto a questão de vínculo, nacionalidade, cor/raça, setor público, idade e CNJP, o universo trabalhado de mulheres é de 1.035.933 milhão de mulheres. A seguir apresento as variáveis analisadas nesse estudo para os testes das hipóteses.

4.2.1 As variáveis

Os microdados da RAIS apresentam tanto informações relativas às trabalhadoras, quanto às empresas onde elas estão empregadas. Dentre todas as variáveis disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais, selecionamos as variáveis que ajudam a responder as perguntas deste trabalho¹⁹. A partir de algumas variáveis (observadas) outras foram criadas (latentes) para as análises. As variáveis dependentes são: Sobreeducação (uma *proxy* para mensurar desperdício de cérebro), *lnrenda* (logarítimo de renda mensal) e Grupos Ocupacionais Superiores e Inferiores (grupos no topo e na base ocupacional). Já a variável independente de teste é: origem étnica/nacional/racial (isto é, o país de nascimento das imigrantes comparadas às brasileiras (brancas ou não brancas). A intenção é ver o efeito da origem nacional das imigrantes do Norte global e do Sul global em relação as brasileiras brancas e as não brancas. Assim como já mencionado anteriormente, assumo não usar da variável cor/raça para a análise das imigrantes, apenas para as brasileiras, dados que a raça/cor não se mostrou significativa nas análises de origem e situação ocupacional realizado por Medeiros *et al.* (2019).

As variáveis independentes de controle para os diferentes modelos de análises são: idade centralizada, idade centralizada ao quadrado, grau de instrução, tipo de ocupação, logaritmo de horas trabalhadas, fator de deficiência, setor econômico da

¹⁸ Nos trabalhos de Medeiros et al. (2019) e Almeida (2019) também foram apresentadas amostradas da população, inclusive menores que a amostra deste trabalho.

¹⁹ Para saber as demais variáveis, consultar o layout dos microdados da RAIS 2017, disponível para acesso através do link: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged/>

empresa, tamanho da empresa, grandes grupos ocupacionais e regiões²⁰. A variável tempo de residência no país de destino é constituída para a formação de dois grupos de análises: a) imigrantes com 10 anos ou menos de residência no Brasil; e b) aquelas com 11 anos ou mais de residência no país. Essa variável é considerada para a análise de amostras diferentes, portanto ela não é inserida como variável independente no modelo. Isso ocorre porque essa variável existe somente para as trabalhadoras estrangeiras, mas não para brasileiras, e a mesma deve ser considerada em nossa análise dado sua importância como fator de impacto na situação dessas imigrantes no mercado de trabalho na sociedade hospedeira.

Como já exposto, para as imigrantes, tempo de residência é um fator importante para se explicar como o tempo impacta na inserção de determinados grupos ocupacionais e nos rendimentos no mercado de trabalho. Com base nos trabalhos dos autores Lozano-Ascencio e Gandini (2012) e Adserà, Ferrer e Herranz (2020), mulheres estrangeiras com menos de 10 anos de residência no país de destino ocupam piores ocupações se comparadas às mulheres com mais de 10 anos. Segundo os autores esse é o tempo que levaria para as imigrantes recuperarem seu status profissional. Dessa forma, cada modelo de análise é examinado duas vezes, sendo um onde comparo brasileiras brancas, brasileiras não brancas e imigrantes internacionais com 10 anos ou menos de residência no Brasil e outro em que examino as variações entre as nativas brancas e não brancas e imigrantes internacionais com 11 anos ou mais de residência. As variáveis dependentes e independente e suas descrições se encontram nos quadros 1 e 2 abaixo.

As variáveis dependentes e independente de teste:

Quadro 1: Variáveis dependentes e independente de teste, 2017 – RAIS

<i>Variáveis Dependentes</i>		
Variável	Tipo	Descrição
<i>Sobreeducação</i>	Binária	Variável sobreeducação: construída através da ocupação, grau de instrução e o nível educacional exigido pela ocupação
<i>Inrenda</i>	Contínua	Logaritmo natural de rendimentos do mês

²⁰ A variável raça não entra como variável independente nos modelos. Ela forma um termo interativo com a variável país de nascimento Brasil.

Grupos Ocupacionais Superiores e Inferiores	Binária	<p>1- Grupos ocupacionais superiores (Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes; Profissionais da Ciência e Artes)</p> <p>0- Outros grupos ocupacionais</p> <p>1- Grupos ocupacionais inferiores (Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca; Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais; Operadores de Máquinas; e Trabalhadores de manutenção e reparação)</p> <p>0- Outros grupos ocupacionais</p>
--	---------	---

Variáveis independentes teste

Origem étnica nacional: menos de 10 anos ou mais de 11 anos²¹	Binária	<p>1 - Argentinas</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Bolivianas</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Haitianas</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Paraguaiais</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Uruguaias</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Francesas</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Italianas</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Japonesas</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Norte-americanas</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p> <p>1- Portuguesas</p> <p>0 - Brasileiras Brancas ou não brancas</p>
---	---------	---

Elaboração: Própria feita pela autora.

As variáveis dependentes neste trabalho tratam-se da *Sobreeducação, Lrrenda e Grupos Ocupacionais Superiores ou Inferiores*. Através delas é possível verificar se há ou não variações e desigualdades entre mulheres brasileiras e imigrantes no

²¹ Para origem étnica nacional, são feitos quatro modelos: i) origem étnica nacional para imigrantes que residem 10 anos ou menos, tendo como referência as mulheres brasileiras brancas; ii) origem étnica nacional para imigrantes que residem 10 anos ou menos, tendo como referência as mulheres brasileiras não brancas; iii) origem étnica nacional para imigrantes que residem 11 anos ou mais, tendo como referência as mulheres brasileiras brancas; e iv) origem étnica nacional para imigrantes que residem 11 anos ou mais, tendo como referência as mulheres brasileiras não brancas.

mercado de trabalho e, se sim, o quão grande são essas desigualdades, considerando a origem étnico/nacional.

A variável *sobreeducação* visa mensurar se as mulheres estão em ocupações em que o número de anos de estudo é superior ao nível de escolaridade considerado necessário para aquela ocupação, no sentido de mensurar o desperdício de cérebro. Para criar essa variável, utilizo a variável ocupação (CBO) e nível educacional das mulheres. As autoras Sala (2005) e Vilela (2008), construíram a variável *sobreeducação* seguindo os critérios: através da variável anos de estudo, criaram uma média de escolaridade para cada grupo ocupacional. Em seguida, estimaram a diferença entre escolaridade do indivíduo, anos de estudos, e a escolaridade média para o grupo ocupacional em que ele se encontra, tanto para os trabalhadores nativos quanto para os imigrantes. Se os trabalhadores estivessem com escolaridade superior ao nível esperado para o grupo ocupacional, ele é considerado *sobreeducado* (=1) (VILELA, 2008, p.94; SALA, 2005, p.104), do contrário ele não está *sobreeducado* em sua posição ocupacional (=0).

Na RAIS a variável escolaridade se encontra categórica, distribuída da seguinte maneira: 1) analfabeto, 2) até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental, 3) 5ª ano Completo do Ensino Fundamental, 4) do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental, 5) Ensino Fundamental Completo, 6) Ensino Médio Incompleto, 7) Ensino Médio Completo, 8) Educação Superior Incompleta, 9) Educação Superior Completa, 10) Mestrado Completo e 11) Doutorado Completo. Por não se tratar de uma variável em anos de estudos, mas sim categórica, não tiro a média de anos que as mulheres estudaram como foi feita por Sala (2005) e Vilela (2008).

Para isso, utilizo do trabalho de Fernandes e Menezes-Filho (2012). Os autores criam grupos de educação através de anos escolares concluídos. Os grupos apontados pelos autores são: pessoas que estudaram de 0 a 3 são analfabetos, as que estudaram até 4 anos possuem Ensino Fundamental Incompleto, entre 5 e 7 anos de estudo 5º ano Completo, até 8 anos tem até o 9º ano Incompleto, entre 9 e 10 anos Ensino Fundamental Completo, até 11 anos Ensino Médio Incompleto, entre 12 a 14 anos Ensino Médio Completo e 15 ou mais Superior Completo. Nota-se que os autores deixaram margem de 1 ou 2 anos em alguns níveis escolares, dado que alguns alunos demoram mais tempo para concluírem aquela série escolar.

Através do grupo de educação criado pelos autores Fernandes e Menezes-Filho (2012), é possível atribuir anos de estudo para as mulheres de cada faixa escolar e dessa forma minimizar a falta de informação sobre anos de estudo. O grupo criado por eles não abarca todo o universo de níveis de escolaridades presentes dentro da RAIS. Para tanto, seguindo os mesmos critérios adotado pelos autores, após o nível de Ensino Superior são atribuídos mais anos de escolaridade.

Dessa forma crio a distribuição de anos de estudo da seguinte maneira: 1) analfabetas, 3 anos de escolaridade, 2) até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental, 4 anos de escolaridade, 3) 5ª ano Completo do Ensino Fundamental, 7 anos, 4) do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental, 8 anos, 5) Ensino Fundamental Completo, 10 anos, 6) Ensino Médio Incompleto, 11 anos, 7) Ensino Médio Completo, 14 anos, 8) Educação Superior Incompleta, 17 anos, 9) Educação Superior Completa, 18 anos, 10) Mestrado Completo, 20 anos e 11) Doutorado Completo, 24 anos. Após atribuir valores a cada nível escolar, foi possível construir a variável sobreeducação seguindo o modelo proposto por Sala (2005) e Vilela (2008).

A variável *lnrenda* (logaritmo natural da renda) é constituída pelo logaritmo natural do valor do salário nominal recebido na data de referência do ano de 2017 (31 de dezembro). O logaritmo natural é usado para transformar a distribuição de rendimento em uma curva normal que é um pressuposto para análise de regressão linear. Outra variável dependente utilizada é “*Grupos Ocupacionais Superiores*” e “*Grupos Ocupacionais Inferiores*”. O primeiro grupo, das ocupações superiores, trata-se da união das ocupações localizadas no topo dos grandes grupos ocupacionais que são: a) Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes e b) Profissionais da Ciência e Artes. Estar dentro desse grupo significa estar nas ocupações de prestígio laboral. São ocupações que exigem maior nível de instrução e qualificação, e que pagam os melhores salários. Ao escolher essas ocupações, consigo ver quais grupos conseguem alcançar as posições de maior prestígio, tanto para as imigrantes do Sul global quanto para as do Norte global. Já o segundo grupo, ocupações inferiores, reúne as ocupações próximas a base ocupacional, esse grupo é formado por: a) Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca; b) Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais; c) Operadores de Máquinas; e d) Trabalhadores de manutenção e reparação. Tratam-se de ocupações com baixo requisito educacional e baixos

salários. As mulheres que se encontrarem dentro deste grupo, significam que estão em pior situação ocupacional.

A variável de teste refere-se à *origem étnica/nacional*. Ela é criada a partir das variáveis: país de nascimento e cor/raça (neste caso, somente para as brasileiras). Os grupos de referência são os de brasileiras brancas e não brancas. A ideia é que brasileiras brancas (brancas e amarelas) estão em melhores situações dentro do mercado de trabalho se comparadas as imigrantes, principalmente aquelas oriundas do Sul global, como proposto pelas hipóteses já apresentadas. Quando a comparação é entre brasileiras não brancas e imigrantes, as diferenças devem ser reduzidas.

Quadro 2: Variáveis independentes de controle, 2017 - RAIS

Variáveis independentes controle		
Variável	Tipo	Categorias
Idade Centralizada	Linear	Idade do indivíduo centralizada na média
Idade centralizada ao quadrado	Linear	Idade do indivíduo centralizada na média ao quadrado
Grau de Instrução		
Educa2	Binária	1- Ensino fundamental completo e médio incompleto 0- Analfabeto ou ensino fundamental incompleto
Educa3	Binária	1- Ensino médio completo ou superior incompleto 0 - Analfabeto ou ensino fundamental incompleto
Educa4	Binária	1- Ensino superior completo ou mais 0- Analfabeto ou ensino fundamental incompleto
Deficiência		
Física	Binária	1-Deficiência Física 0-Não Deficiente
Auditiva	Binária	1-Deficiência Auditiva 0-Não Deficiente
Visual	Binária	1-Deficiência Visual 0-Não Deficiente
Mental/Cognitiva	Binária	1-Deficiência Mental/Cognitiva 0-Não Deficiente
Múltipla	Binária	1-Deficiência Múltipla 0-Não Deficiente
Tipo de ocupação²²		

²² Excluo o grupo ocupacional (Ocup1) de Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares, visto que existem grupos de imigrantes que não apresentam casos. Vale lembrar que essa variável é independente no modelo de regressão para rendimentos salariais.

Ocup2	Binária	1- Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes 0- Trabalhadores de manutenção e reparação
Ocup3	Binária	1- Profissionais da Ciência e Artes 0- Trabalhadores de manutenção e reparação
Ocup4	Binária	1- Técnicos de nível médio 0- Trabalhadores de manutenção e reparação
Ocup5	Binária	1- Serviços Administrativos 0- Trabalhadores de manutenção e reparação
Ocup6	Binária	1- Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados 0- Trabalhadores de manutenção e reparação
Ocup7	Binária	1- Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca 0- Trabalhadores de manutenção e reparação
Ocup8	Binária	1- Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais 0- Trabalhadores de manutenção e reparação
Ocup9	Binária	1- Operadores de Máquinas 0- Trabalhadores de manutenção e reparação
Logaritmo de Horas mensais trabalhadas	Linear	Quantidade de horas contratuais por semana
Setor econômico		
Industria	Binária	1-Industrial 0- Agricultura
Comércio/serviços	Binária	1-Comércio e Serviços 0- Agricultura
Doméstico	Binária	1- Doméstico 0- Agricultura
Tamanho da empresa		
Média	Binária	1- Entre 40 e 99 funcionários 0-Entre 4 e 49 empregados
Grande	Binária	1-Acima de 100 funcionários 0-Entre 4 e 49 empregados
CNPJ do estabelecimento	Contínua	Identificador do estabelecimento
Grandes Regiões		
Norte	Binária	1-Região Norte 0-Região Sudeste
Nordeste	Binária	1-Região Nordeste 0-Região Sudeste
Centrooeste	Binária	1-Reinião Centrooeste 0-Região Sudeste
Sul	Binária	1-Região Sul 0-Região Sudeste

Elaboração: Própria feita pela autora.

Afim de entender o impacto líquido/real da origem étnica nacional, faço uso de algumas variáveis de controle que me auxiliam na compreensão das desigualdades dentro do mercado de trabalho brasileiro. Inicialmente devo considerar as características da mulher trabalhadora, que estão ativas dentro do mercado formal brasileiro, através da idade, do grau de instrução e se possui alguma deficiência. Sequencialmente, devo considerar a inserção dessas mulheres dentro do mercado de trabalho, considerando os grandes grupos ocupacionais bem como as horas trabalhadas. Por fim, devo controlar os setores econômicos, e a localização geográfica dentro do Brasil, pois o local no qual as mulheres tendem a se inserir no mercado de trabalho tem impacto sobre oportunidades salariais e ocupacionais.

As variáveis de *idade centralizada*, *grau de instrução*, *deficiência* e tipos de *ocupações*, bem como as *horas trabalhadas* são variáveis ligadas ao nível individual. A variável *grau de instrução* trata-se de uma variável categórica, através dela são criados quatro níveis de instrução 1) Ensino Fundamental Completo ou Médio Incompleto; 2) Ensino Médio completo ou Superior Incompleto; 3) Ensino Superior Completo ou mais, em que categoria de referência são as mulheres Analfabetas ou com Ensino Fundamental Incompleto. A variável deficiência é criada através das categorias já disponibilizadas na RAIS, são elas: 1) Física; 2) Auditiva; 3) Visual; 4) Mental e Cognitiva; e 5) Múltipla. Para cada categoria crio uma variável binária sendo a categoria de referência “não tem fator de deficiência”.

Os *tipos de ocupação* se referem as ocupações disponibilizadas pela RAIS. Através da Classificação Brasileira de Ocupações são criados os Grandes Grupos Ocupacionais. São eles: 1) Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes; 2) Profissionais das ciências e das artes; 3) Técnicos de nível médio; 4) Trabalhadores de serviços administrativos; 5) Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados; 6) Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca; 7) Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais; 8) Operadores de Máquina e 9) Trabalhadores de manutenção e reparação (sendo essa a categoria de referência). As *horas trabalhadas* tratam-se da quantidade de horas que o trabalhador formal fez dentro da empresa durante o mês.

As variáveis ligadas as características do mercado laboral estão ligadas as variáveis como *setor econômico*, *tamanho da empresa* e *grandes regiões*. O *setor econômico* é estabelecido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), sendo 1) Agricultura (categoria de referência); 2) Indústria e 3) Comércio e Serviços.

Outra variável é o *tamanho da empresa*, são consideradas empresas a) pequenas, entre 4 e 39 funcionários (categoria de referência); b) empresas médias, entre 40 e 99 funcionários; e c) empresas grandes, acima de 100 funcionários. Através da qual é possível ver as características da empresa impactando na situação de mulheres imigrantes e brasileiras quanto ao rendimento, ocupações e ao desperdício de cérebro. Além do tamanho da empresa, no nível estrutural do modelo de análise, o CNPJ da empresa é considerado como variável que mensura a cultura organizacional da empresa. Também é trabalhada a variável *grandes regiões* em que essas mulheres se encontram. A intenção ao trazer as grandes regiões brasileiras é compreender de que forma a região influencia na situação destas mulheres no mercado de trabalho. Como já exposto por outros estudos (VILELA; SAMPAIO, 2015; SILVA; SILVA FILHO, 2017), mulheres que se encontram na região Sudeste – dado que se trata de uma região com maior desenvolvimento econômico e com grande concentração de empresas e por isso com melhores oportunidades de trabalho e melhores rendimentos – conseguem uma melhor inserção no mercado de trabalho se comparadas às mulheres das demais regiões. Por isso, utilizo de cinco variáveis binárias, uma para cada região do país, sendo a Sudeste a categoria de referência.

Após a exposição e a explicação da constituição das variáveis a serem consideradas nas análises estatísticas, a seguir apresento os modelos de regressão utilizados.

4.3 Delimitação dos modelos

Afim de testar as hipóteses levantadas por este trabalho é utilizada o *Multilevel mixed-effects linear regression* e *Multilevel mixed-effects logistic regression*. Enquanto no modelo de regressão clássico o intercepto e o coeficiente de inclinação são parâmetros fixos, o modelo multinível ou hierárquico deve ser aplicado em situações em que o conjunto de dados a serem investigados possuem uma estrutura hierárquica, em que as unidades experimentais se encontram incorporado em unidades maiores, e portanto, podem possuir parâmetros aleatórios que sofrem

influência do nível hierárquico mais alto (SOARES; MENDONÇA, 2003; NETO, 2008; LIMA, 2014).

O modelo de regressão multinível segue a seguinte fórmula $Y = x\beta + z\theta$. Neste modelo o X é a matriz associada com o vetor de parâmetros aleatórios, Y é o vetor de resposta, e Z é a matriz para efeitos aleatórios.

A seguir, o quadro com a descrição dos modelos de regressão utilizados.

Quadro 3 - Modelos de regressão dos dados da RAIS 2017

MODELO	VARIÁVEL DEPENDENTE	AMOSTRA		ESTIMAÇÃO
Modelo 1.1	Sobreeducação	Modelo estimado para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 10 anos ou menos no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 1.2	Sobreeducação	Modelo estimado para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 11 anos ou mais no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 2.1	Sobreeducação	Modelo estimado para mulheres brasileiras não brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 10 anos ou menos no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 2.2	Sobreeducação	Modelo estimado para mulheres brasileiras não brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 11 anos ou mais no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
MODELO	VARIÁVEL DEPENDENTE	AMOSTRA		ESTIMAÇÃO
Modelo 3.1	Renda (\ln renda)	Modelo estimado para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 10 anos ou menos no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects linear regression</i>
Modelo 3.2	Renda (\ln renda)	Modelo estimado para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 11 anos ou mais no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects linear regression</i>
Modelo 4.1	Renda (\ln renda)	Modelo estimado para mulheres brasileiras não brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 10 anos ou menos no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects linear regression</i>

Modelo 4.2	Renda (<i>Lnrenda</i>)	Modelo estimado para mulheres brasileiras não brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 11 anos ou mais no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects linear regression</i>
-------------------	--------------------------	--	--	---

MODELO	VARIÁVEL DEPENDENTE	AMOSTRA	ESTIMAÇÃO	
Modelo 5.1	Grupos Ocupacionais Superiores	Modelo estimado para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 10 anos ou menos no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 5.2	Grupos Ocupacionais Superiores	Modelo estimado para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 11 anos ou mais no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 6.1	Grupos Ocupacionais Superiores	Modelo estimado para mulheres brasileiras não brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 10 anos ou menos no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 6.2	Grupos Ocupacionais Superiores	Modelo estimado para mulheres brasileiras não brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 11 anos ou mais no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>

MODELO	VARIÁVEL DEPENDENTE	AMOSTRA	ESTIMAÇÃO	
Modelo 7.1	Grupos Ocupacionais Inferiores	Modelo estimado para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 10 anos ou menos no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 7.2	Grupos Ocupacionais Inferiores	Modelo estimado para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 11 anos ou mais no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 8.1	Grupos Ocupacionais Inferiores	Modelo estimado para mulheres brasileiras não brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 10 anos ou menos no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>
Modelo 8.2	Grupos Ocupacionais Inferiores	Modelo estimado para mulheres brasileiras não brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global.	Imigrantes que residem 11 anos ou mais no Brasil	<i>Multilevel mixed-effects logistic regression</i>

Elaboração: Própria feita pela autora.

A seguir apresento algumas análises descritivas que ajudam a pensar sobre os efeitos das variáveis independentes sobre as dependentes. Mas vale destacar que tais descrições são sugestões de efeitos/associações e não uma análise consistente, com

controle, para a identificação do real impacto dessa associação, o que apresento mais para frente nas análises dos modelos de regressão.

5. Análises descritivas

I. Análise Geral

Ao analisar o grau de instrução das mulheres no mercado de trabalho no Brasil entre as nativas, destacam-se 43,2% de brasileiras brancas com Ensino Médio Completo e as não brancas com 57%. Já o Ensino Superior Completo é a segunda faixa em que as brasileiras mais se encontram, sendo brancas com 38,3% e as não brancas com 21,5%. As brasileiras brancas possuem 2% com Mestrado e Doutorado, já para as brasileiras não brancas esse valor é de 0,4% (Gráfico 4).

As imigrantes do Norte global se destacam com Educação Superior Completa 58,6%, seguida de Ensino Médio Completo 30,6%. O grupo de mulheres do Norte global são as com maior porcentagem de Mestrado e Doutorado, frente aos demais grupos, 7,5% dessas mulheres estão nesta faixa. Já as imigrantes do Sul global, possuem a maior concentração no Ensino Médio 52,4%, seguido do Ensino Fundamental 29,4%. Trata-se do grupo com maior porcentagem na faixa educacional de Analfabetos, em que 3,7% dessas mulheres se encontram (Gráfico 4).

Os dados demonstram que as mulheres do Norte global possuem um perfil mais escolarizado, frente às demais nacionalidades. O Sul global é o grupo com escolaridade mais baixa. Esse grupo possui 1,4% de mulheres na faixa de Mestrado e Doutorado, enquanto brasileiras brancas 2%. Já as brasileiras não brancas não conseguem chegar nem a 1%, elas são 0,4% nesta faixa (Gráfico 4).

No que diz respeito às imigrantes internacionais, os achados vão de encontro ao trabalho de Oliveira (2016) e Araujo *et al.* (2016). Oliveira (2016) demonstra que, entre os anos de 2010 e 2016, a mão de obra no mercado formal brasileiro é composto por imigrantes com níveis de escolaridade mais altos, em que 34% dos estrangeiros tinham Ensino Médio Completo, 30% com Ensino Superior Completo, e apenas 10% com Ensino Fundamental Completo. Oliveira (2016, p.67) destaca que entre os sul-americanos, os países com mais concentração em Ensino Médio Completo são bolivianos (44,5%), paraguaios (46,2%), uruguaios (46,4%) e peruanos (40,1%). Já Araújo *et al.* (2016) apresentam que o número de autorizações concedidas a

imigrantes também possui um perfil escolar mais alto. Em 2015, do total de autorizações concedidas, 43,25% são para imigrantes com Ensino Superior Completo e 29,91% para Nível Médio Completo. Vale ressaltar que tanto Oliveira (2016) quanto Araújo *et al.* (2016) traçam análises para homens e mulheres imigrantes.

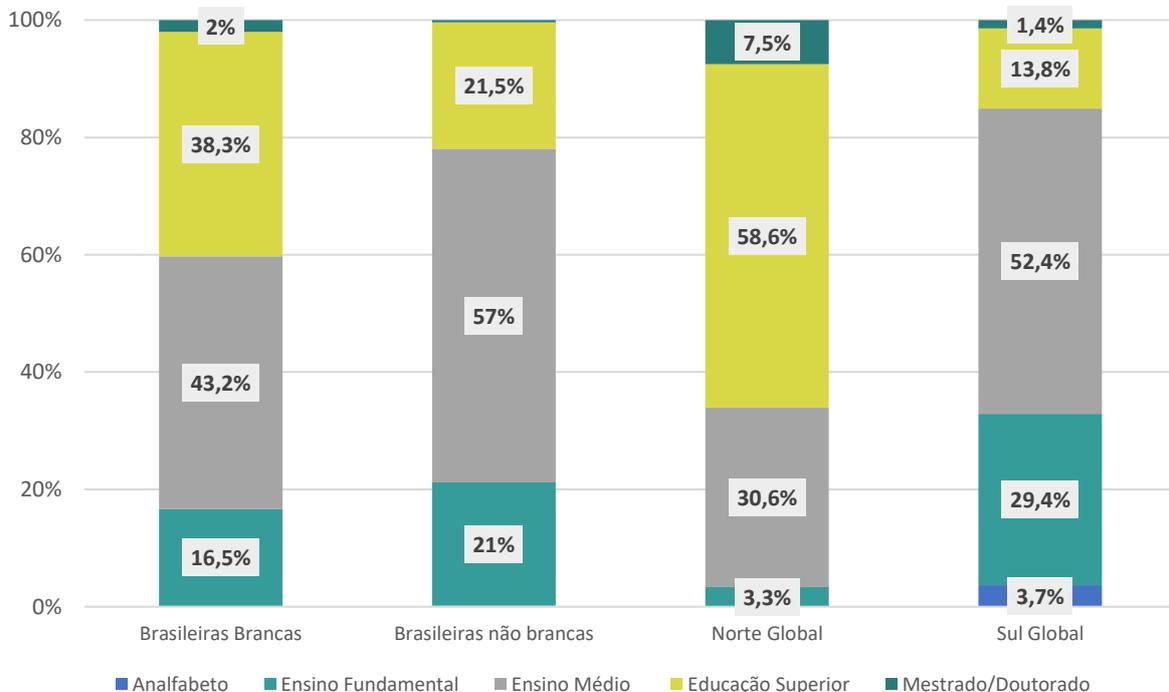


Gráfico 4 - Distribuição percentual de brasileiras brancas e não brancas e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, segundo grupos educacionais, 2017 - RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

*Valores não incluídos no gráfico possuem significância menor que 1%.

Quando feita a análise pelo grupo do Norte global, as francesas (79%), as norte-americanas (66,8%), as italianas (59,6%) e as portuguesas (54%) se concentram em maior proporção na faixa de Ensino Superior Completo. As japonesas se concentram mais na faixa de Ensino Médio Completo, com 52%. A segunda faixa de maior concentração para as francesas (11%) e norte-americanas (18,5%) é o Mestrado/Doutorado, para italianas (30,2%) e portuguesas (35%) é o Ensino Médio, e para as japonesas (45,3%) é o Ensino Superior Completo (Gráfico 5).

Comparadas as brasileiras, as imigrantes possuem um perfil mais escolarizado, com mais mulheres concentradas no Ensino Superior Completo e no Mestrado/Doutorado, enquanto a realidade brasileira ainda é de grande maioria com Ensino Médio Completo seguido de Ensino Superior Completo. Chamo atenção para as analfabetas,

que não apresentam casos entre as italianas, norte-americanas e as japonesas do Norte global, já entre as brasileiras, francesas e portuguesas há casos que não chegam a 1% nesta faixa de escolaridade (Gráfico 5).

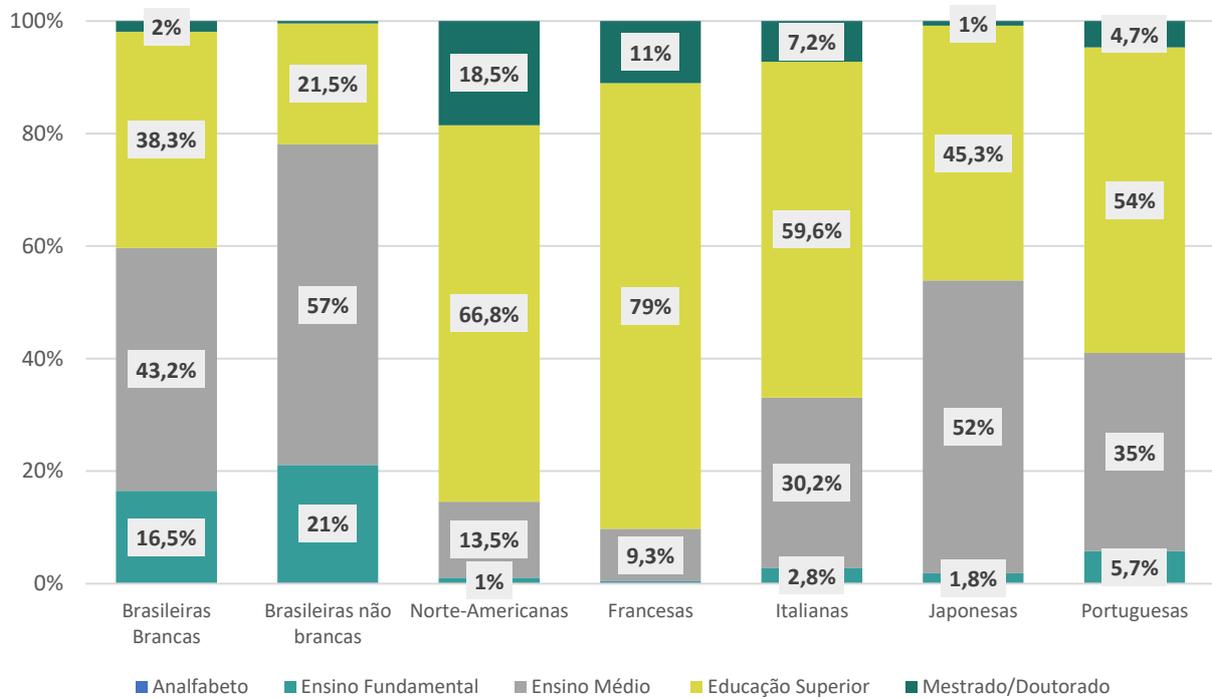


Gráfico 5 - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, no mercado de trabalho formal, segundo grupos educacionais, 2017 - RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

*Valores não incluídos no gráfico possuem significância menor que 1%.

Ao analisar a educação das mulheres do Norte Global através do tempo de chegada, o que se observa é que entre às recém-chegadas, as francesas (76,5%) apresentam maior concentração com Ensino Superior Completo, seguida das norte-americanas (64,5%), italianas (54,6%) e portuguesas (53,7%). As japonesas se aglutinam mais no Ensino Médio Completo com 49,5% das mulheres. Entre as recém-chegadas, 90,4% das francesas estão concentradas nas faixas Superior Completo e Mestrado/Doutorado, norte-americanas são 88,4% nestas faixas, italianas 62%, portuguesas 61% e as japonesas 49% (Gráfico 6).

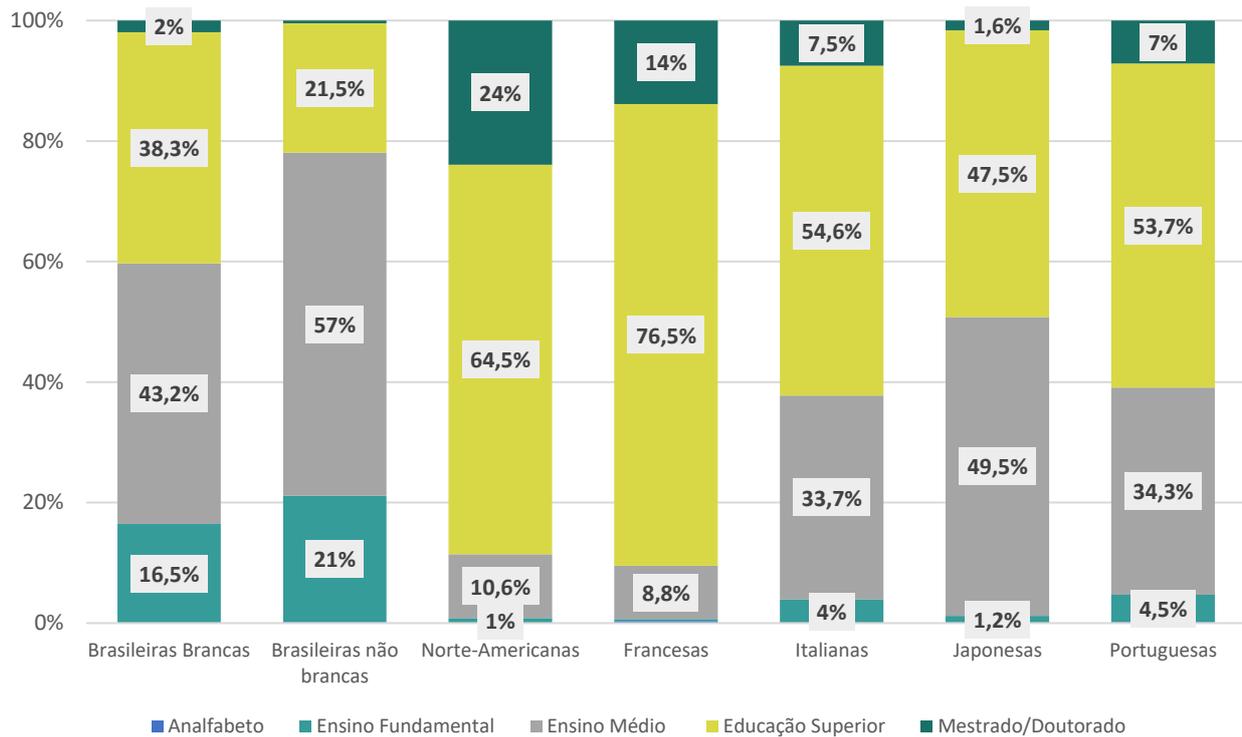


Gráfico 6 - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, que residem 10 anos ou menos no Brasil, segundo grupos educacionais, 2017 – RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

*Valores não incluídos no gráfico possuem significância menor que 1%.

Entre as mulheres do Norte global que estão residindo no Brasil 11 anos ou mais, a escolarização das mulheres permanece alta. Com Ensino Superior Completo se concentram as francesas 84,3%, norte-americanas 71%, italianas 64,5%, portuguesas 54,5%, já as japonesas se concentram mais no Ensino Médio Completo 53,6%. As francesas ainda permanecem sendo a nacionalidade que mais se aglutinam nas faixas Ensino Superior Completo e Mestrado/Doutorado com 89,7% das mulheres, seguida de norte-americanas 79%, italianas 72,4%, portuguesas 58% e japonesas 44% (Gráfico 7).

Tanto entre as mulheres que residem 11 anos ou mais quanto às mulheres recém-chegadas, a alta escolaridade é uma característica das imigrantes do Norte global, a exceção são as mulheres japonesas. Ambos os grupos se encontram em melhor situação educacional que as brasileiras, visto que mulheres brasileiras brancas são 40,2% na concentração de Ensino Superior Completo e Mestrado/Doutorado, já entre as não brancas, a situação é ainda mais alarmante, em que apenas 22% das mulheres

se concentram nessas faixas. A única nacionalidade que mais se aproxima da situação das brasileiras brancas são as japonesas que residem 11 anos ou mais.

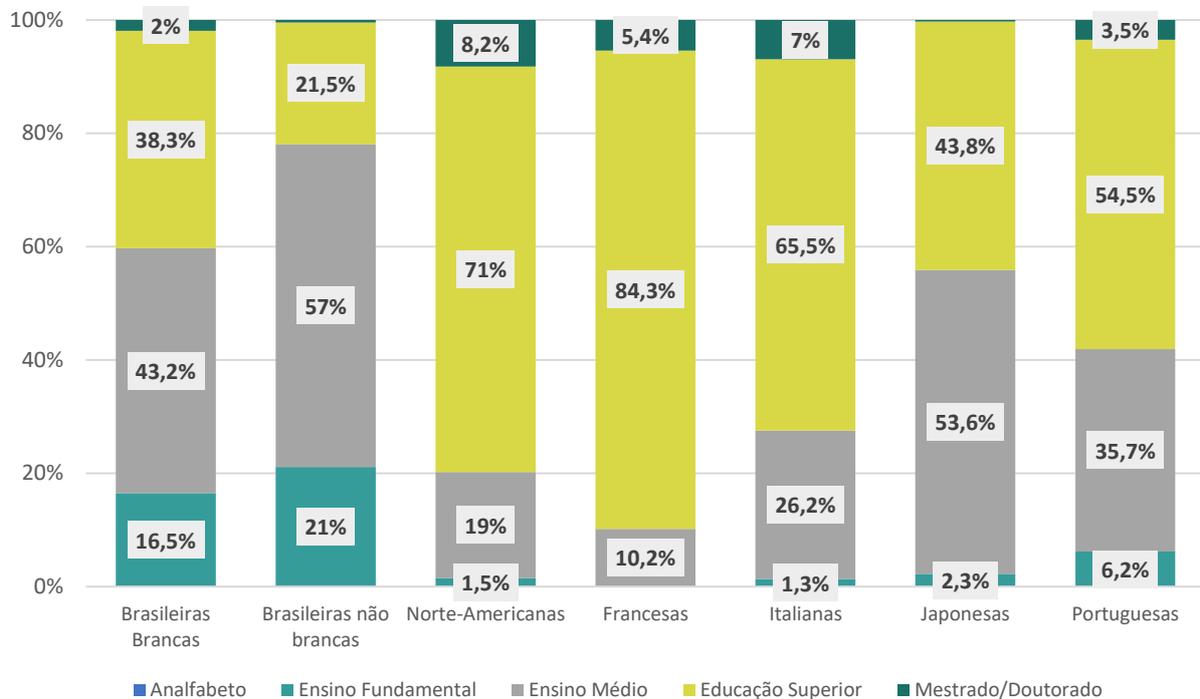


Gráfico 7 - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, que residem 11 anos ou mais no Brasil, segundo grupos educacionais, 2017 – RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

*Valores não incluídos no gráfico possuem significância menor que 1%.

Ao analisar a escolaridade das mulheres do Sul global, as argentinas apresentam um perfil mais escolarizado, elas se destacam nas faixas de Ensino Superior Completo 47%. Já as paraguaias (60,6%), uruguaias (57%), bolivianas (55,5%) e haitianas (50,2%) se destacam no Ensino Médio Completo.

A segunda faixa de escolaridade com maior destaque para as argentinas é o Ensino Médio Completo, 42,6%. Já para as uruguaias (27,4%) e bolivianas (24,8%) é o Ensino Superior Completo. As haitianas (40,7%) e as paraguaias (27%) têm o Ensino Fundamental Completo. Destacam-se as argentinas com 3% das mulheres com Mestrado/Doutorado, uruguaias com 2,2% e as bolivianas com 1%. Para argentinas e uruguaias não são encontrados casos de mulheres sem escolaridade/analfabetas, diferentemente das haitianas que apresentam um percentual significativo (7,2%) de

mulheres sem escolaridade. Entre as brasileiras, as bolivianas e as paraguaias, há casos de mulheres analfabetas, porém esses casos não chegam a 1% (Gráfico 8).

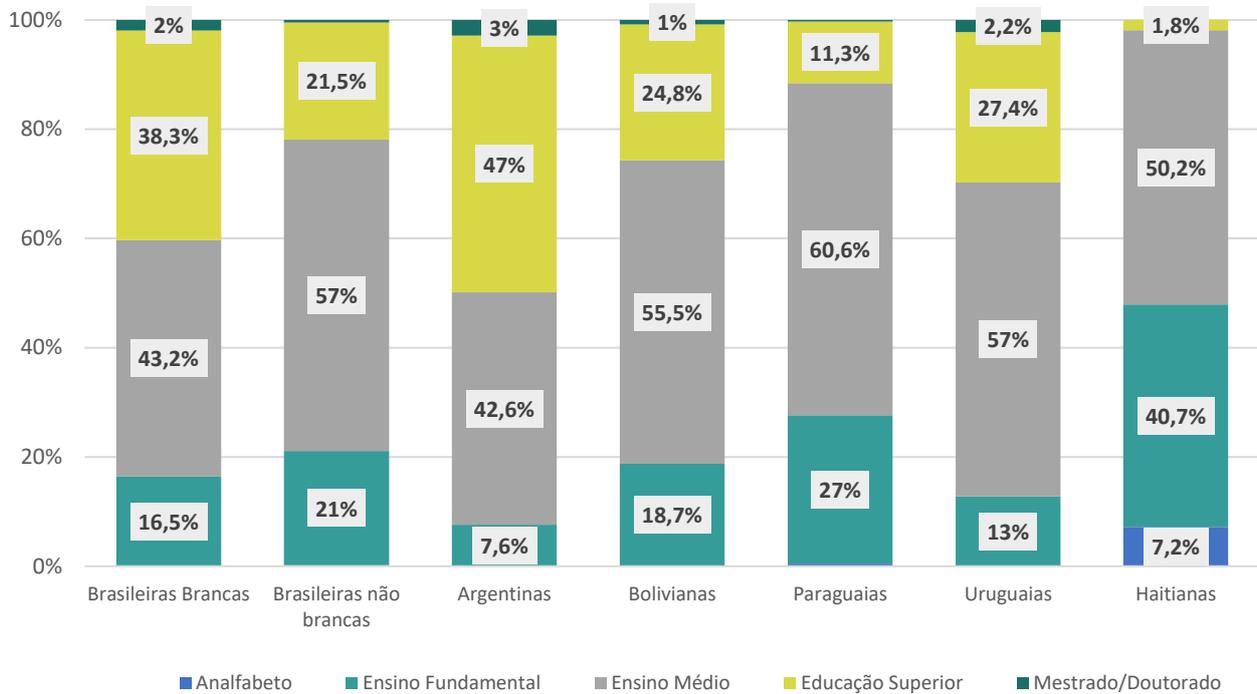


Gráfico 8 - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, no mercado de trabalho formal, segundo grupos educacionais, 2017 - RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

*Valores não incluídos no gráfico possuem significância menor que 1%.

Ao realizar a análise através do tempo de chegada das imigrantes do Sul global, entre as recém-chegadas todas as nacionalidades se destacam no Ensino Médio Completo, sendo o maior percentual nesta faixa para as uruguaias com 68% e paraguaias com 60%. Diferentemente dos resultados encontrados para as mulheres do Norte global, aqui a grande concentração das mulheres do Sul global se dá nas faixas Analfabeto, Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Completo. Nessas faixas se encontram 98% das haitianas, 91% das paraguaias, 82% das uruguaias, 77% das bolivianas e 55% das argentinas. A grande concentração nessas faixas também é encontrada para as brasileiras, 60% das brancas e 78% das negras. A situação educacional das brasileiras brancas se aproxima da situação das argentinas, ainda que argentinas estejam mais escolarizadas. Já a situação educacional das brasileiras negras se aproxima da situação das bolivianas. As demais nacionalidades se encontram menos escolarizadas que as brasileiras negras. Nas faixas Educação Superior Completa e Mestrado/Doutorado, destacam-se as argentinas com 45% das

mulheres, seguida por bolivianas 22,8%, uruguaias 18%, paraguaias 9% e haitianas 1,7% (Gráfico 9).

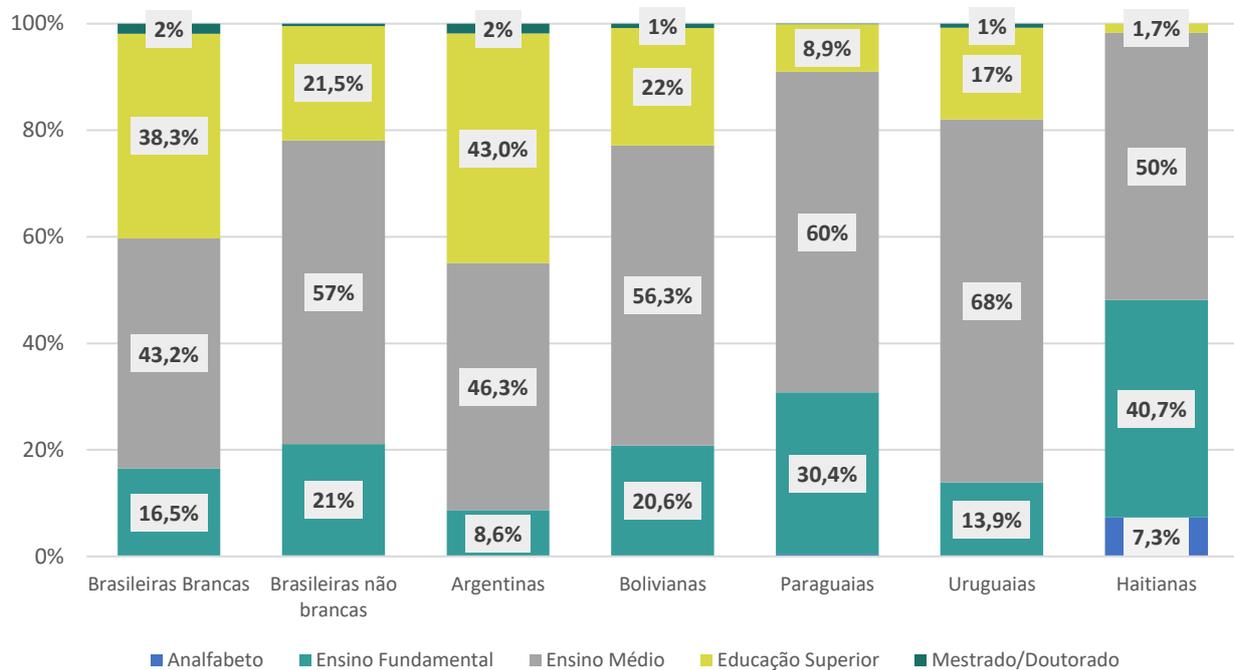


Gráfico 9 - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, que residem 10 anos ou menos no Brasil, segundo grupos educacionais, 2017 – RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

*Valores não incluídos no gráfico possuem significância menor que 1%.

Para as imigrantes do Sul global que residem a 11 anos ou mais no país, se concentram no Ensino Médio Completo as mulheres paraguaias 61,5%, bolivianas 54,4%, haitianas 52,7% e uruguaias 47,6%. As argentinas se destacam no Ensino Superior Completo, com 52,4% das mulheres. Ao analisar a concentração dessas mulheres nas faixas escolares Analfabetos, Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Completo, para alguns grupos foi encontrado uma grande redução nessas faixas, já para outros a situação é similar ao encontrado para as imigrantes recém-chegadas. Argentinas (43%) e uruguaias (60%) que residem 11 anos ou mais se encontram mais bem escolarizadas do que suas co-étnicas recém-chegadas, já que nessas faixas houve uma redução. No que diz respeito às paraguaias (83,7%), bolivianas (70,6%) e haitianas (94,5%), observa-se uma menor concentração nessas faixas também, entretanto os valores não estão tão distantes dos que foram encontrados para as recém-chegadas. Para as faixas de Educação Superior Completa e Mestrado/Doutorado, observa-se uma grande concentração de argentinas e

uruguayas, com 56,7% e 40,3% respectivamente. As demais nacionalidades nesta faixa se distribuem da seguinte maneira, bolivianas 29,2%, paraguaias 16,2% e haitianas 5,3% (Gráfico 10). Para todas as nacionalidades foi observado que o fator tempo faz aumentar a escolaridade das mulheres, ainda que para alguns grupos nacionais de forma menos significativa do que para outros.

Após as análises para as imigrantes do Sul que residem 10 anos ou menos ou 11 anos ou mais, fica evidente que essas mulheres possuem como característica uma grande concentração em faixas escolares mais baixas. Entretanto, o que se observa é que o fator tempo de residência foi positivo para as mulheres que vivem 11 anos ou mais no Brasil, essas mulheres apresentam uma maior escolarização quando comparadas as recém-chegadas.

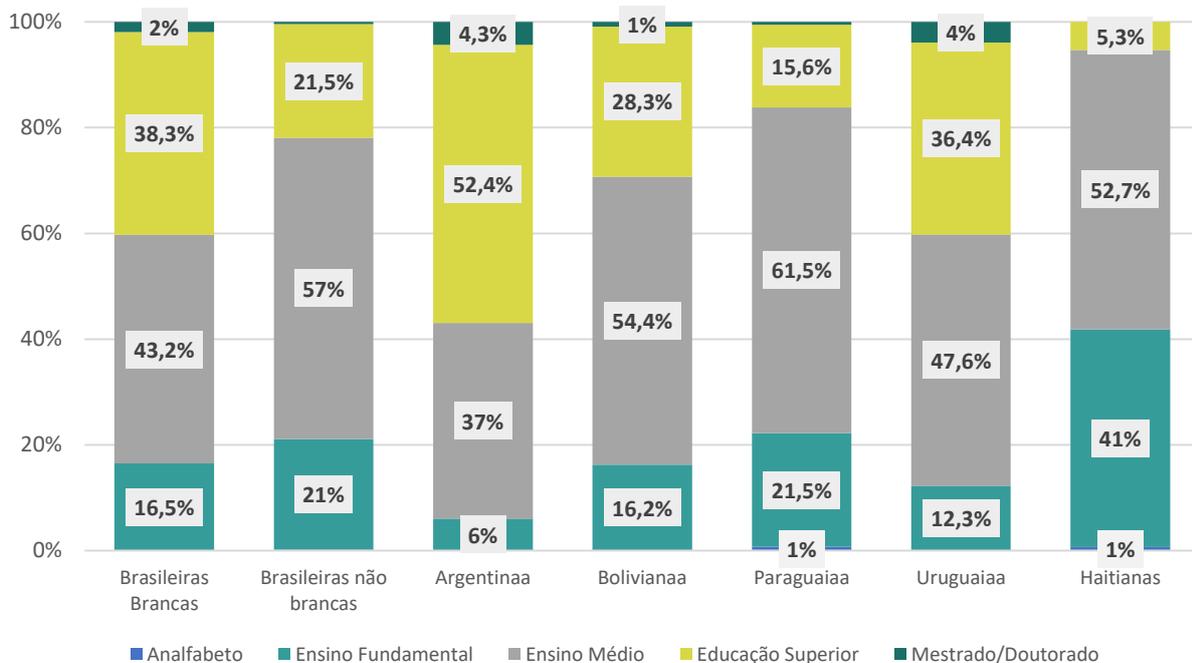


Gráfico 10 - Distribuição percentual de brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, que residem 11 anos ou mais no Brasil, segundo grupos educacionais, 2017 – RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

*Valores não incluídos no gráfico possuem significância menor que 1%.

Verifico a inserção das mulheres nos Grandes Grupos Ocupacionais, através da Classificação Brasileira de Ocupações. Os grupos ocupacionais em que no geral as mulheres, imigrantes e brasileiras, se aglutinam são Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados com 26% e Trabalhadores de serviços

administrativos com 24,3%. Analisando o grupo de mulheres brasileiras, 22% das brancas e 33% das negras, são Trabalhadoras dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. No caso das brasileiras, o que observo é que quanto mais próximo da base (ocupações de menor prestígio) ou do topo (ocupações de maior prestígio) das ocupações, menor é a proporção de mulheres se aglutinando; elas estão mais concentradas nas ocupações intermediárias.

Já em relação as mulheres do Norte global, elas estão concentradas no grupo Profissionais das ciências e das artes 29,8% e Trabalhadoras de serviços administrativos 25%. No caso das mulheres do Sul global, a maior inserção é nos grupos de Trabalhadoras dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados com 39,8% e Trabalhadores operadores de máquina 17,5% (Tabela 3). Em relação às imigrantes, o que identifico é que, enquanto as mulheres do Norte global conseguem se destacar em ocupações mais próximas ao topo dos grupos ocupacionais (por exemplo em Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes, em que 18% das mulheres se encontram), as mulheres do Sul global se destacam em ocupações mais próximas à base da hierarquia ocupacional (Trabalhadores operadores de máquina 17,5%), e esse achado vai de acordo com o nível escolar anteriormente apresentado, em que as imigrantes do Norte global possuem um nível escolar mais alto frente aos demais grupos (Gráfico 4 e Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS

Grupos Ocupacionais	Brasileiras Branca	Brasileiras não brancas	Norte Global	Sul Global	Total
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	4,6%	1,3%	18%	3%	3,4%
Profissionais das ciências e das artes	20%	9,5%	29,8%	6%	16%
Técnicos de nível médio	16%	13,4%	11,6%	4,3%	15%
Trabalhadores de serviços administrativos	21,5%	29,8%	25%	10,5%	24,3%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	22%	33%	13%	39,8%	26%
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	0,3%	0,3%	0,2%	1,5%	0,3%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9,3%	6,2%	1,8%	17%	8,3%
Trabalhadores operadores de máquina	6%	6%	0,6%	17,5%	6,2%
Trabalhadores de manutenção e reparação	0,3%	0,4%	0,1%	0,3%	0,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A análise feita para as mulheres do Norte global demonstra que norte-americanas (56%), francesas (35,2%) e italianas (27,4%) são as que mais se concentram em ocupações próximas ao topo, na ocupação de Profissionais das ciências e das artes. Japonesas e portuguesas estão em maior proporção no grupo ocupacional de Trabalhadoras de serviços administrativos, 40% e 28,3% respectivamente. Comparada às brasileiras, elas estão em ocupações de maior prestígio. As brasileiras no geral estão em desvantagem frente as nacionalidades do Norte Global. Para se ter uma ideia das diferenciações ocupacionais, enquanto as brasileiras brancas são 24,5% e brasileiras não brancas são 10,8% na concentração das duas primeiras ocupações (topo), as imigrantes norte-americanas são 70% nas mesmas ocupações, as francesas 68,9%, as italianas 46,4%, portuguesas 42,8% e as japonesas 24,4% (Tabela 4). Através desta análise comparativa, uma questão surge: será que o fator origem, além do nível educacional, influencia a situação ocupacional dessas mulheres dentro do mercado de trabalho brasileiro? Através de análises estatísticas controladas, realizadas no próximo capítulo, é possível verificar se a origem é um fator que impacta na situação ocupacional.

Tabela 4: Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS

Grupos Ocupacionais	Brasileiras Branca	Brasileiras não brancas	Norte-Americanas	Francesas	Italianas	Japonesas	Portuguesas
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	4,6%	1,3%	14,1%	33,6%	18,6%	8,2%	18,8%
Profissionais das ciências e das artes	20%	9,5%	56%	35,2%	27,4%	16,2%	24%
Técnicos de nível médio	16%	13,4%	11,8%	12,1%	14,8%	11,4%	10,7%
Trabalhadores de serviços administrativos	21,5%	29,8%	11,6%	11,4%	24,0%	40,0%	28,3%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	22%	33%	5,4%	6,4%	13,6%	20%	14,9%
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	0,3%	0,3%	0%	0%	0%	1%	0,1%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9,3%	6,2%	1%	0,9%	1,3%	1,9%	2,4%
Trabalhadores operadores de máquina	6%	6%	0,2%	0,5%	0,3%	1,0%	0,8%
Trabalhadores de manutenção e reparação	0,3%	0,4%	0%	0%	0%	0,2%	0,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Analisando os grandes grupos ocupacionais através do tempo de residência no Brasil, entre as mulheres do Norte global as mulheres que residem 10 anos ou menos estão distribuídas da seguinte maneira, as francesas conseguem se aglutinar na ocupação no topo dos grupos ocupacionais, elas são 40,6% em Membros superiores do poder público e dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes. Já as norte-americanas (60,2%) e italianas (28,5%) estão mais concentradas no grupo Profissionais das ciências e das artes. As japonesas (38%) e portuguesas (23,3%) em Trabalhadores de serviços administrativos (Tabela 5). Isso demonstra que estamos tratando de mulheres que ao chegaram no Brasil estão altamente qualificada e conseguem acessar os melhores grupos ocupacionais dentro do mercado de trabalho brasileiro, o que sugere que elas não apresentam grandes dificuldades quanto à valorização de suas qualificações/credenciais. Os maiores destaques são norte-americanas (75,7%) e francesas (72,3%), que estão com mais de 70% das mulheres aglutinadas nas duas primeiras ocupações do topo dos grandes grupos. Cabe verificar, através de análises controladas, se o que impacta na melhor posição ocupacional das mulheres do Norte global está associada ao fator origem nacional, mantendo todo o resto constante.

Tabela 5: Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, que residem 10 anos ou menos no Brasil, 2017 – RAIS

Grupos Ocupacionais	Brasileiras Branca	Brasileiras não brancas	Norte-Americanas	Francesas	Italianas	Japonesas	Portuguesas
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	4,6%	1,3%	15,5%	40,6%	19,8%	10,4%	22,0%
Profissionais das ciências e das artes	20%	9,5%	60,2%	31,7%	28,5%	16,3%	22,4%
Técnicos de nível médio	16%	13,4%	10,9%	9,9%	16,9%	10,0%	10,9%
Trabalhadores de serviços administrativos	21,5%	29,8%	8,7%	8,9%	18,0%	37,9%	23,3%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	22%	33%	3,5%	7,2%	15,1%	22,1%	16,8%
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	0,3%	0,3%	0%	0%	0%	0%	0%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9,3%	6,2%	0,8%	1,0%	1,7%	1,7%	2,8%
Trabalhadores operadores de máquina	6%	6%	0,3%	0,7%	0%	1,7%	1,5%
Trabalhadores de manutenção e reparação	0,3%	0,4%	0%	0%	0%	0%	0,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Já as mulheres do Norte global que residem 11 anos ou mais no Brasil, o que identifico é que há uma queda do percentual de concentração nas ocupações de maior nível hierárquico para algumas nacionalidades. Norte-americanas concentram-se mais em Profissionais das ciências e das artes, com 47,9%, assim como suas co-étnicas recém-chegadas. Já as francesas também se concentram em Profissionais das ciências e das artes com 42% das mulheres, comparadas as francesas recém-chegadas observa-se uma queda ocupacional, antes elas estavam mais concentradas em Membros superiores do poder público e dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes. Para as italianas também é observada uma queda no percentual delas em ocupações de maior nível hierárquico entre as que residem a 11 anos ou mais, com 31% das mulheres em Trabalhadores de serviços administrativos. Entre as japonesas (41,5%) e as portuguesas (30,6%) elas continuam concentradas no grupo de Trabalhadores de serviços administrativos (Tabela 6). No caso deste grupo, um maior tempo de residência não lhe proporcionou uma melhora quanto à situação ocupacional no país de destino. Os dados sugerem que as mulheres que chegaram a mais tempo no Brasil encontram maiores barreiras para transferir as habilidades do que as recém-chegadas. Dessa forma, destaco a importância em considerar o tempo de residência no país hospedeiro na análise. Cabe ressaltar que mesmo a situação ocupacional das mulheres que residem 11 anos ou mais ser inferior as recém-chegadas, ainda assim elas têm altos níveis educacionais e encontram-se em uma melhor situação ocupacional dentro do Brasil se comparada as nativas. Resta saber se, além da educação, a origem étnica/nacional influencia a inserção das imigrantes em uma melhor posição ocupacional. Os dados descritivos sugerem que sim, dado que há diferenças intragrupos (Norte e Sul) mesmo entre grupos com níveis educacionais bastante semelhantes.

Tabela 6: Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte global, que residem 11 anos ou mais no Brasil, 2017 - RAIS

Grupos Ocupacionais	Brasileiras Branca	Brasileiras não brancas	Norte-Americanas	Francesas	Italianas	Japonesas	Portuguesas
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	4,6%	1,3%	11,3%	19,7%	17,2%	6,6%	17,3%
Profissionais das ciências e das artes	20%	9,5%	47,9%	42,2%	26,2%	16,1%	24,7%
Técnicos de nível médio	16%	13,4%	13,4%	16,3%	12,4%	12,4%	10,7%
Trabalhadores de serviços administrativos	21,5%	29,8%	17,0%	16,3%	31,0%	41,5%	30,7%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	22%	33%	8,8%	4,8%	11,7%	18,7%	14,0%

Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	0,3%	0,3%	0%	0%	0%	1,7%	0,1%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9,3%	6,2%	1,6%	0,7%	0,7%	2,0%	2,2%
Trabalhadores operadores de máquina	6%	6%	0%	0%	0,7%	0,6%	0,4%
Trabalhadores de manutenção e reparação	0,3%	0,4%	0%	0%	0%	0,3%	0%
Total	100%						

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Se tratando das mulheres imigrantes do Sul global, a situação ocupacional é bem diferente do cenário demonstrado anteriormente das mulheres do Norte Global. Assim como já havia sido apresentado na Tabela 3, 39,8% das mulheres do Sul estão mais aglutinadas nas ocupações de Trabalhadoras dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. Nesse grupo ocupacional as haitianas são 48%, as paraguaias 40,5%, as uruguaias 40% e as argentinas 25%. Bolivianas tratam-se de um caso que chama atenção, se comparadas às demais nacionalidades. A ocupação em que essas mulheres mais se aglutinam está próxima à base ocupacional, Trabalhadoras da produção de bens e serviços industriais com 43,2% e a segunda maior concentração é uma ocupação próxima ao topo ocupacional, Profissionais das ciências e das artes com 16,7%.

As argentinas se encontram em melhor situação econômica do que as brasileiras, 67,2% se aglutinam nos quatro primeiros grupos ocupacionais, enquanto brasileiras brancas são 62,2% e brasileiras não brancas são 54%, em seguida temos as uruguaias com 52,2%. Já nos quatro últimos grupos ocupacionais, temos a maior concentração de haitianas com 48,5%, bolivianas com 45% e paraguaias com 32% (Tabela 7). Esse efeito do país de origem é melhor verificado através das análises estatísticas com efeito controlado, realizadas no próximo capítulo.

Tabela 7: Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS

Grupos Ocupacionais	Brasileiras Branca	Brasileiras não brancas	Argentinas	Bolivianas	Paraguaias	Uruguaias	Haitianas
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	4,6%	1,3%	13,8%	2,6%	1,9%	7,0%	0,1%
Profissionais das ciências e das artes	20%	9,5%	19,6%	16,7%	3,6%	13,8%	0,1%
Técnicos de nível médio	16%	13,4%	11,2%	8,1%	5,2%	9,6%	0,6%
Trabalhadores de serviços administrativos	21,5%	29,8%	22,6%	12,3%	16,8%	21,9%	2,6%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	22%	33%	25%	15,2%	40,5%	40,1%	48,1%
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	0,3%	0,3%	0,8%	0,5%	4,3%	0,8%	1,0%

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9,3%	6,2%	5,1%	43,2%	18,8%	4,4%	16,3%
Trabalhadores operadores de máquina	6%	6%	1,7%	1,1%	8,7%	2,4%	30,9%
Trabalhadores de manutenção e reparação	0,3%	0,4%	0%	0,3%	0,3%	0,2%	0,4%
Total	100%						

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Traçando a análise em relação ao tempo de residência das mulheres do Sul global, o que observo é que as que residem 10 anos ou menos no Brasil estão aglutinadas principalmente no setor Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, com exceção das bolivianas. Neste grupo temos uruguaiais 50,8%, haitianas 47,5%, paraguaias 42,7% e argentinas 29,6%. Já as bolivianas são 48,7% em Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (Tabela 8).

Chamo atenção para as haitianas, dentre todas as nacionalidades do Sul, essa é a única nacionalidade que apresenta uma concentração tão alta em um grupo ocupacional tão próximo à base, são 31,3% das mulheres concentradas em Trabalhadores operadores de máquina, isso demonstra o quão difícil é a inserção desse grupo dentro do mercado formal brasileiro.

Tabela 8: Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, que residem 10 anos ou menos no Brasil, 2017 - RAIS

Grupos Ocupacionais	Brasileiras Branca	Brasileiras não brancas	Argentinas	Bolivianas	Paraguaias	Uruguaiais	Haitianas
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	4,6%	1,3%	12,2%	1,4%	1,3%	6,1%	0,1%
Profissionais das ciências e das artes	20%	9,5%	17,0%	15,7%	2,5%	7,5%	0,1%
Técnicos de nível médio	16%	13,4%	10,2%	4,9%	4,1%	6,2%	0,6%
Trabalhadores de serviços administrativos	21,5%	29,8%	22,0%	11,0%	15,2%	21,0%	2,5%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	22%	33%	29,7%	16,2%	41,7%	50,8%	47,6%
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	0,3%	0,3%	1,2%	0,6%	5,2%	1,0%	1,0%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9,3%	6,2%	5,6%	48,8%	19,0%	4,9%	16,4%
Trabalhadores operadores de máquina	6%	6%	2,0%	1,2%	10,9%	2,3%	31,3%
Trabalhadores de manutenção e reparação	0,3%	0,4%	0%	0,2%	0,2%	0,2%	0,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Já entre as mulheres que residem 11 anos ou mais, as argentinas conseguem melhores posições ocupacionais frente ao restante das nacionalidades do Sul global, quando comparadas às brasileiras. Elas ocupam em 23,4% o grupo de Profissionais

das ciências e das artes, demonstram que após um tempo dentro do mercado de trabalho elas tendem a melhorar o status ocupacional no Brasil. Já para as demais nacionalidades o tempo não se mostrou um fator importante para o aumento do status ocupacional, já que as mulheres ainda se encontram concentradas dentro do mesmo grupo ocupacional das recém-chegadas (Tabela 9).

Analisando as mulheres do Sul global em relação as ocupações e levando em consideração a escolaridade, as análises sugerem que o impacto maior está ligado ao nível escolar das mulheres. E que quanto maior a escolaridade, maior as chances de alcançarem ocupações melhores, assim acontece com as argentinas. Entretanto, como as mulheres do Sul global possuem, no geral, um nível escolar mais baixo, isso pode propiciar com que não consigam vivenciar uma ascensão ocupacional, mesmo após alguns anos no país de destino. Contudo, origem étnica nacional também parece ser um fator importante para explicar a situação das imigrantes no mercado de trabalho. Apenas através das análises controladas é possível descobrir se há efeito do país de origem sobre as ocupações das mulheres, o que apresento no capítulo seguinte.

Tabela 9: Distribuição percentual dos Grupos Ocupacionais de mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Sul global, que residem 11 anos ou mais no Brasil, 2017 - RAIS

Grupos Ocupacionais	Brasileiras Branca	Brasileiras não brancas	Argentinas	Bolivianas	Paraguaias	Uruguaias	Haitianas
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	4,6%	1,3%	16,2%	4,0%	2,9%	7,7%	0%
Profissionais das ciências e das artes	20%	9,5%	23,4%	18,1%	5,7%	19,3%	0,7%
Técnicos de nível médio	16%	13,4%	12,6%	12,1%	7,2%	12,5%	0,7%
Trabalhadores de serviços administrativos	21,5%	29,8%	23,3%	14,0%	19,6%	22,8%	4,1%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	22%	33%	18,6%	14,0%	38,3%	30,8%	72,6%
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	2,7%	0,6%	0%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9,3%	6,2%	4,3%	36%	18,5%	3,9%	11,6%
Trabalhadores operadores de máquina	6%	6%	1,2%	0,9%	4,6%	2,4%	8,2%
Trabalhadores de manutenção e reparação	0,3%	0,4%	0%	0,5%	0,6%	0,1%	2,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

II. Sobreeducação

Vale lembrar que a sobreeducação está ligada a escolarização das mulheres ser superior ao que a ocupação exige, fazendo com que as mulheres subutilizem suas habilidades, o que gera uma sobreeducação na ocupação ou sobrequalificação ou o que podemos chamar de “desperdício de cérebros”.

De 1.035.933 milhão mulheres no mercado formal brasileiro, 57,7% não estão sobreeducadas e 42,2% estão sobreeducadas. Contudo, como esperado, é possível verificar que há um percentual maior de mulheres sobreeducadas entre as imigrantes do que entre as brasileiras e essa sobreeducação é maior entre as mulheres oriundas do Norte global. As imigrantes do Norte global possuem 58,6% das mulheres sobreeducadas, já para as mulheres do Sul global esse percentual é de 49,2% que ainda é superior ao das brasileiras.

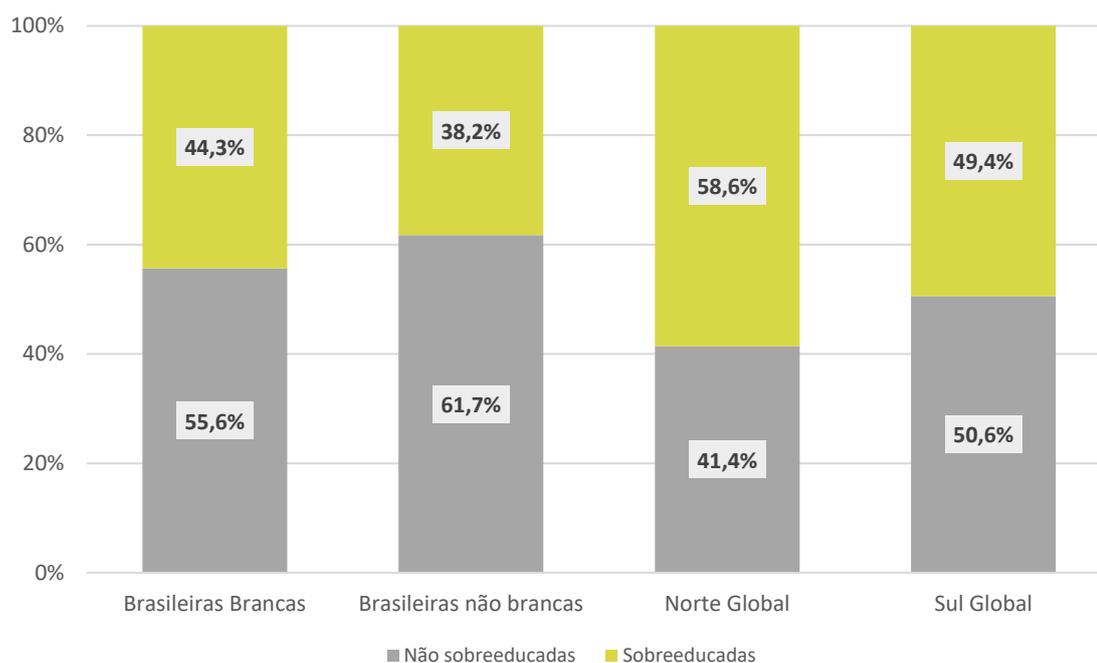


Gráfico 11 - Distribuição percentual de sobreeducadas e não sobreeducadas para mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul Global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Ao verificar a sobreeducação através do tempo de chegada das imigrantes, o que observo é que as mulheres do Norte global, tanto as recém-chegadas (63%) quanto as que estão a mais tempo (55%) no Brasil se encontram em maior proporção de

sobreeducadas (Tabela 10 e 11). Entretanto, a sobreeducação impacta de forma maior as recém-chegadas. Já as mulheres do Sul global, observa-se para as recém-chegadas uma maior proporção de mulheres que não estão sobreeducadas, 51,4%. Contudo, diferentemente das imigrantes do Norte global, para as mulheres do Sul global, que estão a mais tempo no Brasil, a sobreeducação sobressai com 52,2% (Tabela 10 e 11).

A possível explicação para o efeito encontrado para as mulheres do Norte global é que mesmo essas mulheres possuindo um perfil de alta escolaridade e se aglutinando nas ocupações mais próximas ao topo dos grupos ocupacionais, ainda assim podem estar em desvantagem frente as mulheres nativas que possuem o mesmo nível escolar, isso porque há muitas mulheres sem conseguir a valorização de suas qualificações. Dialogando com a teoria da Assimilação Segmentada, essas mulheres não conseguem transferir para o destino as habilidades que foram obtidas na origem, e nem mesmo após um tempo de permanência no destino, sendo esse efeito observado para as mulheres que residem 11 anos ou mais. Entre as recém-chegadas mesmo que alguns grupos consigam se destacar nas ocupações mais privilegiadas, elas ainda são 63% das sobreeducadas, demonstrando que há sim barreiras para alcançar as melhores ocupações dentro do mercado. Pois mesmo que as mulheres tenham um nível escolar mais alto que as brasileiras, elas ainda encontram barreiras e o capital humano adquirido anteriormente não é valorizado e/ou recuperado.

Já as mulheres do Sul global possuem o perfil ocupacional diferente das mulheres do Norte global, elas apresentam um nível escolar mais baixo e se aglutinam em ocupações intermediárias ou baixas. Em razão de apresentarem tais características, essas mulheres possuem uma menor concentração de sobreeducação, portanto, elas conseguem se inserirem nas ocupações que se encaixam com suas qualificações. Observo que após 11 anos de residência as mulheres apresentam maiores concentrações de mulheres sobreeducadas, isso vai de encontro a educação das mulheres que residem a mais tempo no Brasil, elas apresentam maior escolarização quando comparadas as recém-chegadas. Portanto, ao aumentar a escolaridade a sobreeducação também aumenta.

Os dados sugerem também que, para as mulheres do Norte global, as dificuldades são maiores para a valorização e/ou recuperação do capital humano, dado que a

sobreeducação tem maior impacto sobre esse grupo, quando comparadas com aquelas do Sul global. Contudo, os resultados descritivos sugerem que o tempo é um fator favorável para a redução do desperdício de cérebro entre as imigrantes do Norte global, mas não entre as do Sul global. Estas parecem encontrar barreiras ainda maiores, dado maior tempo de residência no Brasil quanto à adequação qualificação/ocupação, dialogando com a Teoria da Assimilação Segmentada. Dessa forma, é importante verificar se origem étnica/nacional é um fator importante para explicar a sobreeducação, assim como a escolarização das mulheres.

Tabela 10: Distribuição percentual e frequência total de Sobreeducação e com 10 anos ou menos de residência no Brasil, para mulheres migrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS

10 ANOS OU MENOS DE RESIDÊNCIA NO BRASIL			
Nacionalidade	Não sobreaducadas	Sobreaducadas	Freq. Total
Norte Global	37,1%	63%	1.533
Sul Global	51,4%	48,6%	11.891

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Tabela 11: Distribuição percentual e frequência total de Sobreeducação e com 11 anos ou mais de residência no Brasil, para mulheres migrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS

11 ANOS OU MAIS DE RESIDÊNCIA NO BRASIL			
Nacionalidade	Não sobreaducadas	Sobreaducadas	Freq. Total
Norte Global	45,1%	55%	1.789
Sul Global	47,8%	52,2%	3.346

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A baixa transferibilidade e depreciação do capital humano que foi adquirido na origem é destacado dentro dos estudos de Chiswick *et al.* (2002) e Adserà e Chiswick (2007), demonstrando que a(o)s imigrantes comparada(o)s com a(o)s nativa(o)s sofrem maior queda no status ocupacional, e estão em pior situação ocupacional dentro do mercado de trabalho. E é esse o efeito encontrado para as imigrantes do Norte global, mesmo possuindo altos níveis educacionais e se concentrados em setores mais privilegiados, ainda assim sofrem com a depreciação do capital humano e com isso apresentam

maior sobreeducação. Essas mulheres poderiam estar em uma situação ainda mais favorável se as barreiras para transferência das habilidades não fossem tão grandes.

Já em relação as mulheres do Sul Global, que possuem como característica uma migração mais recente (CAVALCANTI *et al.*, 2015), no geral elas se concentram nas faixas de escolaridade Ensino Médio Completo (52,4%) e Ensino Fundamental Completo (29,4%) (ver dados Gráfico 4). As imigrantes recém-chegadas, 85,9% estão sobreeducadas no Ensino Médio, o que demonstra que essas mulheres não conseguiram transferir suas habilidades e conhecimentos para o Brasil e com isso acabam em ocupações que exigem menos escolarização (dado que algumas nacionalidades apresentam maiores escolaridade, exemplo das argentinas em que 47% das mulheres possuem Educação Superior Completa, ver Gráfico 8). Para essas imigrantes, o tempo de residência contribui para consigam recuperar melhor o capital humano, ainda que 55,6% esta sobreeducada após 11 anos. Já para as mulheres mais escolarizadas, o maior tempo de residência faz a sobreeducação ser maior, passando de 13% para 40% com Ensino Superior Completo e de 0,6% para 4% no Mestrado/Doutorado. Demonstrando que quanto maior a escolaridade, maiores as dificuldades para a valorização e/ou recuperação do capital humano.

Mulheres do Sul global com baixa escolaridade sofrem menos com o desperdício de cérebros do que as que possuem maior escolaridade. Como a escolaridade dessas mulheres aumenta com o tempo de residência, são as mulheres mais escolarizadas que se deparam com maior sobreeducação e desperdício de cérebros. Ainda que a maior escolaridade intensifique a sobreeducação vivenciada por essas mulheres, a origem deve ser levada em conta como fator que impacta na transferência de habilidades. O fato de serem imigrantes já faz com que essas mulheres não consigam transferir todas as capacitações adquiridas na origem. O efeito origem já foi mencionado nos trabalhos de Sala (2005) e Vilela, Collares e Noronha (2015), que destacam que o mercado de trabalho brasileiro valoriza mais os atributos dos nativos brasileiros, do que os atributos dos imigrantes do Cone Sul, visto que o mercado é um gerador de desigualdade e que determinados grupos são discriminados por suas origens e/ou cor ou raça.

Tabela 12: Distribuição percentual e frequência total de Sobreeducação, Tempo de Residência e Grau de Instrução, para mulheres migrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS

SOBREEDUCAÇÃO, TEMPO DE RESIDÊNCIA E GRAU DE INSTRUÇÃO						
	Analfabetos	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Superior	Mestrado/Doutorado	Freq. Total
10 ANOS OU MENOS						
Norte global	Não Sobreeducadas	0,4%	6,2%	40,7%	52,6%	568
	Sobreeducadas	0%	0%	17,5%	64%	965
Sul global	Não Sobreeducadas	9,1%	64,3%	21,4%	5,2%	6.108
	Sobreeducadas	0%	0,3%	85,9%	13,2%	5.783
11 ANOS OU MAIS						
Norte global	Não Sobreeducadas	0%	8,8%	51,8%	39,4%	807
	Sobreeducadas	0%	0,2%	20,3%	72,5%	982
Sul global	Não Sobreeducadas	0,6%	32,8%	46,2%	20,5%	1.599
	Sobreeducadas	0%	0,2%	55,6%	40,1%	1.747

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

III. Renda

Nessa seção são apresentadas algumas distribuições através da rendimentos salariais das mulheres. De 1.035.933 milhão de mulheres no mercado formal brasileiro em nossa amostra, apenas 1.010.745 milhões de mulheres apresentam dados relativos a renda. São 25.188 mil casos perdidos, em decorrência de erros no preenchimento dos dados ou pelo não preenchimento. Para a análise da renda, temos 633.764 mil brasileiras brancas, 358.543 mil brasileiras não brancas, 3.295 mil imigrantes do Norte global e 15.140 mil imigrantes do Sul global. Vale lembrar que no ano de 2017, o salário mínimo era de R\$937,00.

Mulheres brasileiras brancas (43,4%) e não brancas (64,3%) recebem no geral entre 1 e 2 salários mínimos. Entretanto as brasileiras não brancas são as que apresentam maior aglutinação (na comparação entre os grupos) na faixa de até 1 salário mínimo, com 5% das mulheres, elas se encontram em maior desvantagem salarial frente as brasileiras brancas, 83,3% dessas mulheres estão concentradas nas faixas salariais que vão até 3 salários enquanto as brancas são 63,7% (Tabela 13).

As imigrantes também apresentam como principal faixa salarial entre 1 e 2 salários mínimos, sendo que as do Norte global representam 30,7% nesta faixa de renda e as do Sul global 79,6%. As imigrantes do Sul estão aglutinadas nas faixas salariais menores, com 90,8% dessas mulheres recebendo até 3 salários mínimos, e apenas

9% das mulheres conseguem acessar os demais rendimentos. As imigrantes do Norte global se distribuem melhor dentro das demais faixas salariais, elas apresentam maior destaque nas faixas acima de 3 salários mínimo, com 45,4%. Trata-se do grupo com maior porcentagem de mulheres recebendo mais de 30 salários, com 4,6% das mulheres (Tabela 13).

Tabela 13: Distribuição percentual e frequência total de Rendimentos para mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS

Rendimento	Brasileiras Branca	Brasileiras não brancas	Norte Global	Sul Global	Freq. Total
Até R\$937,00 (<1SM)	2,5%	5%	2,8%	3%	34.444
De R\$ 937,01 a R\$ 1874,00 (1 a 2 SM)	43,4%	64,4%	30,7%	79,6%	519.004
De R\$ 1874,01 a R\$ 2811,00 (2 a 3 SM)	17,8%	13,9%	12,0%	8,3%	164.679
De R\$ 2811,01 a R\$ 4685,00 (3 a 5 SM)	14,1%	9%	13,1%	3%	122.415
De R\$ 4685,01 a R\$ 9370,00 (5 a 10 SM)	13,7%	5,8%	17,7%	2,8%	108.869
De R\$ 9370,01 a R\$ 14055,00 (10 a 15 SM)	4,7%	1,3%	9,2%	1,3%	35.084
De R\$ 14055,01 a R\$ 18740,00 (15 a 20 SM)	1,9%	0,3%	5%	0,9%	13.274
De R\$ 18740,01 a R\$ 28110,00 (20 a 30 SM)	1,2%	0,2%	5%	0,7%	8.647
Acima de R\$28110,01 (>30 SM)	0,6%	0,1%	4,6%	0,5%	4.329
Total	100%	100%	100%	100%	1.010.745

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Levando em consideração o tempo de residência das mulheres na análise sobre rendimentos, ser imigrante do Norte global e possuir alta escolaridade faz com que essas mulheres consigam se distribuir melhor entre as faixas salariais, principalmente nos rendimentos mais altos, e entre as recém-chegadas observo uma concentração maior de mulheres nos rendimentos mais altos, já entre as que residem 11 anos ou mais a distribuição nessas faixas é um pouco menor. Entretanto, ainda assim muitas imigrantes ainda estão concentradas nos rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos, são 29,2% de recém-chegadas e 32% com mais de 11 anos no país. As recém-chegadas se distribuem melhor entre as faixas salariais acima de 3 salários mínimos com 58,3%, enquanto as que estão a mais tempo são 51,3% nas mesmas faixas. Nos rendimentos acima de 30 salários mínimos, o destaque são as mulheres recém-chegadas com 7,8% das mulheres, quanto as demais são apenas 2% (Tabela 14).

Tabela 14: Distribuição percentual e frequência total de Rendimentos e Tempo de Residência, para mulheres imigrantes do Norte global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS

NORTE GLOBAL: RENDIMENTO E TEMPO DE RESIDÊNCIA			
Rendimento	10 ANOS OU MENOS	11 ANOS OU MAIS	Freq. Total
Até R\$937,00 (<1SM)	3,1%	2,5%	92
De R\$ 937,01 a R\$ 1874,00 (1 a 2 SM)	29,2%	32%	1.010
De R\$ 1874,01 a R\$ 2811,00 (2 a 3 SM)	9,4%	14,2%	394
De R\$ 2811,01 a R\$ 4685,00 (3 a 5 SM)	11%	15%	433
De R\$ 4685,01 a R\$ 9370,00 (5 a 10 SM)	17,6%	17,7%	583
De R\$ 9370,01 a R\$ 14055,00 (10 a 15 SM)	9,8%	8,7%	304
De R\$ 14055,01 a R\$ 18740,00 (15 a 20 SM)	5,1%	5%	164
De R\$ 18740,01 a R\$ 28110,00 (20 a 30 SM)	7%	3%	162
Acima de R\$28110,01 (>30 SM)	7,8%	2%	153
Total	100%	100%	3.295

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Já para as mulheres do Sul Global, o perfil escolar baixo vai de encontro aos baixos rendimentos. Essas mulheres, assim como as do Norte global, também estão mais concentradas nos rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos, mas em maior proporção, com 85,6% das recém-chegadas e 58,2% das que residem 11 anos ou mais. Observo que o tempo de residência contribui para que as mulheres consigam receber melhores salários (e com o tempo também aumentam a escolaridade), enquanto as imigrantes com 11 anos ou mais de residência conseguem ser 22,9% nas faixas acima de 3 salários mínimos, as recém-chegadas são apenas 5,3%.

Para as mulheres do Sul o tempo de residência parece ser é um fator que contribui para que essas mulheres consigam, ainda que pouco, um aumento dos salários. Diferentemente do caso das imigrantes no Norte global que o fator tempo de residência não parece ser tão importante, e que os maiores rendimentos são encontrados para as recém-chegadas.

Muito desse efeito pode estar relacionado com a característica de migração mais recente deste grupo de mulheres do Sul (CAVALCANTI *et al.*, 2015), que vieram para o Brasil principalmente depois de 2010. Tratam-se de mulheres oriundas de outros países do Sul global, muitas possuem como característica a migração forçada (IOM, 2020), essas mulheres provavelmente encontram grandes barreiras na chegada para transferência de capital humano, mas após um tempo dentro do Brasil conseguem aumentar bem pouco seus rendimentos. Já outras mulheres buscam a migração motivadas por fatores econômicos e os benefícios que a migração pode trazer, essas provavelmente são as que embarcam com um perfil mais escolarizado, elas até

conseguem se distribuir melhor dentro das faixas salariais. Entretanto, elas também se deparam com barreiras na transferência do capital humano, fazendo com que muitas mulheres, nem mesmo após muitos anos residindo no Brasil, o aumento dos salários não é tão significativo assim.

Observo que a origem pode ser um importante fator que influencia a situação socioeconômica e ocupacional das imigrantes dentro do mercado de trabalho, já que há diferenças dentro dos grupos do Norte e do Sul global, quando comparadas com as brasileiras, como pode ser visto a seguir.

Tabela 15: Distribuição percentual e frequência total de Rendimentos e Tempo de Residência, para mulheres imigrantes do Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 – RAIS

SUL GLOBAL: RENDIMENTO E TEMPO DE RESIDÊNCIA			
Rendimento	10 ANOS OU MENOS	11 ANOS OU MAIS	Freq. Total
Até R\$937,00 (<1SM)	2,5%	4%	435
De R\$ 937,01 a R\$ 1874,00 (1 a 2 SM)	85,6%	58,2%	12.055
De R\$ 1874,01 a R\$ 2811,00 (2 a 3 SM)	6,5%	14,8%	1.262
De R\$ 2811,01 a R\$ 4685,00 (3 a 5 SM)	1,6%	8,3%	460
De R\$ 4685,01 a R\$ 9370,00 (5 a 10 SM)	1,6%	7,2%	425
De R\$ 9370,01 a R\$ 14055,00 (10 a 15 SM)	0,7%	3,2%	193
De R\$ 14055,01 a R\$ 18740,00 (15 a 20 SM)	0,6%	1,7%	128
De R\$ 18740,01 a R\$ 28110,00 (20 a 30 SM)	0,5%	1,5%	107
Acima de R\$28110,01 (>30 SM)	0,4%	1%	75
Total	100%	100%	15.14

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A média de rendimentos foi de R\$ 3.069,32 para todas as mulheres. Quando feita a média de rendimento para os grupos, as mulheres brasileiras brancas são as mulheres que mais se aproximam da média geral, já as nativas não brancas e as imigrantes do Sul global ficam abaixo da média geral e as imigrantes do Norte possuem a média mais alta entre os grupos.

As mulheres brancas recebem R\$3.794,15, esse valor é R\$723,86 reais acima da média geral. Já as mulheres não brancas se destacam por estarem bem abaixo da média geral, a média delas é de R\$2.180,99, esse valor é R\$889,30 a menos que a média, esse efeito também é observado para as imigrantes do Sul global, que recebem R\$2.268,20, sendo R\$802,09 menor que a média geral. Se tratando das imigrantes do Norte global, a renda média delas é superior à média geral, elas

recebem em média R\$7.435,52, esse valor é R\$4.365,23 maior que a média geral (Gráfico 12).

Os trabalhos anteriormente apresentados, ajudam a ilustrar os dados aqui encontrados. Os trabalhos de Vilela (2011), Peres (2012), Dutra (2012), Vilela, Collares e Noronha (2015), Dutra *et al.* (2015), Oliveira (2016), Cavalcanti e Brasil (2017), Simões *et al.*, (2017), Silva (2018,) Suzuki (2019), Adserà *et al.* (2020), sugerem que a origem étnica é um fator importante dentro do mercado laboral, e que determinados grupos são discriminados negativamente por suas origens e/ou cor ou raça, já outros encontram uma seletividade positiva dentro do Brasil.

As imigrantes do Norte global se encontram em melhor posição ocupacional se comparado as do grupo do Sul. Aquele grupo possui como característica uma migração de mão de obra altamente qualificada e que, ao entrarem no Brasil, conseguem melhores rendimentos salariais (DUTRA *et al.*, 2015; OLIVEIRA, 2016; Cavalcanti e Brasil, 2017). Para esse grupo a mobilidade ocupacional ocorre em curto prazo, diferente dos grupos do Sul Global.

Já as mulheres do Sul Global, na atualidade, seus fluxos migratórios acontecem de forma mais intensa dentro da América Latina. Esses deslocamentos se dão na maioria por motivos de: migração forçada, violência e conflito, crises econômicas, instabilidade política e também desastres naturais (OIM, 2020). Alguns coletivos de imigrantes do Sul possuem como característica o perfil de baixa escolarização e com isso acabam se inserindo em setores mais baixos (VILELA; SAMPAIO, 2015). Mesmo os grupos que possuem altos níveis de escolaridades quando comparados aos brasileiros eles acabam desvalorizados, e recebem menores rendimentos, e acabam se aglutinando em setores menos valorizados (Sala, 2005). Os imigrantes do Sul encontram mais barreiras para validar o capital humano no Brasil.

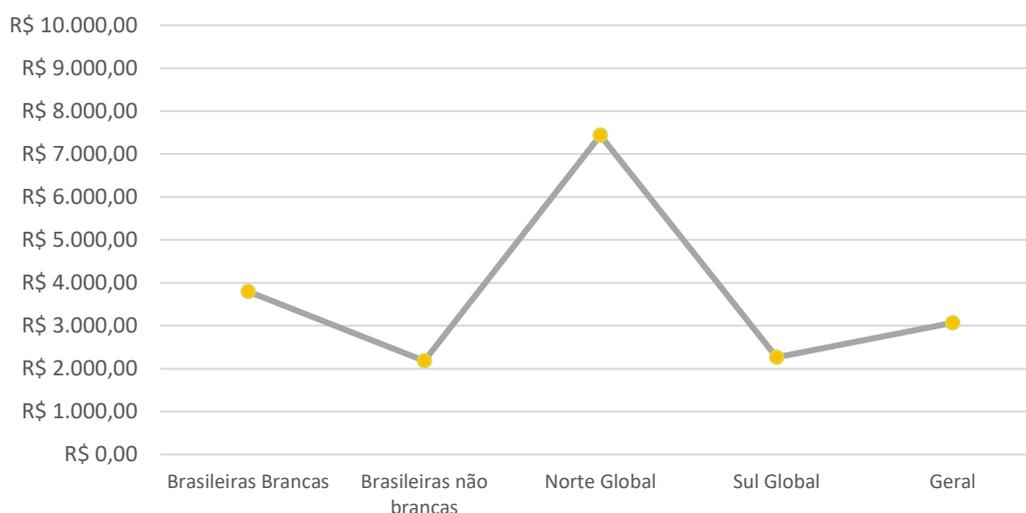


Gráfico 12 - Distribuição percentual da Média de Rendimentos das mulheres brasileiras, brancas e não brancas, e imigrantes do Norte e Sul global, no mercado de trabalho formal, 2017 - RAIS

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

6. Análise dos modelos de regressão

Após a apresentação dos dados descritivos, introduzo os resultados obtidos através dos modelos de regressão. Os primeiros modelos analisados possuem Sobreeducação como variável dependente, em seguida os modelos de Renda e os Grupos Ocupacionais Superiores e Inferiores.

I. Sobreeducação

Comparadas a brasileiras brancas, as imigrantes recém-chegadas haitianas são as que apresentam efeitos negativos de origem étnica/nacional impactando a sobreeducação, elas possuem 24% de chances a menos de estarem sobreeducadas, comparadas às brasileiras brancas. Diferentemente, ser argentina ou uruguaia impacta positivamente a sobreeducação, fazendo com que argentinas tenham 90% de chances a mais de estarem sobreeducadas e as uruguaias 43% de chances a mais do que as brasileiras brancas. Para paraguaias e bolivianas não encontro efeito estatisticamente significativo de origem para explicar a sobreeducação em relação as nativas brancas (Modelo 1.1). Já as imigrantes que residem 11 anos ou mais, ser argentina impacta em 87% as chances de estar sobreeducada em relação as nativas brancas, para uruguaias o efeito é de 61% (Modelo 1.2). Para as nacionalidades paraguaiá, boliviana e haitiana não são identificados valores estatisticamente

significantes para a sobreeducação. Portanto, o que se observa é que argentinas recém-chegadas sofrem mais com o desperdício de cérebros que suas co-étnicas que residem a mais tempo. Já as uruguaias, a sobreeducação é maior para as que residem 11 anos ou mais, demonstrando que nem mesmo com o maior tempo de residência elas conseguem recuperar o capital humano. Os outros grupos não apresentam problemas de sobreeducação, se comparadas às brasileiras brancas.

Em relação as mulheres recém-chegadas do Norte global (Modelo 1.1) comparadas às nativas brancas, origem étnica/nacional impacta positivamente na sobreeducação. Ser norte-americana aumenta em 184% as chances de estar sobreeducada em relação às brasileiras brancas, já entre as francesas as chances são de 167%, para portuguesas 98% e para japonesas 55%. As italianas não apresentam coeficientes estatisticamente significativos. Entre as imigrantes do Norte global que residem a 11 anos ou mais, ser francesa reflete em 171% de chances a mais de sobreeducação frente as nativas brancas, as italianas em 127%, as norte-americanas em 86%, as portuguesas em 72% e as japonesas em 62% (Modelo 1.2).

Para as mulheres do Norte global, há uma redução da sobreeducação para as nacionalidades norte-americanas e portuguesa, sugerindo que essas mulheres tendem a recuperar um pouco do capital humano adquirido na origem. Já para as francesas e japonesas, nem mesmo após um maior tempo de permanência no país elas conseguem diminuir a sobreeducação, o que observo é um aumento, apontando uma tendência de que o tempo não contribui para recuperação das habilidades não transferidas na chegada. E as italianas que antes não apresentavam valores significantes entre as recém-chegada, após 11 anos sofre com alta sobreeducação. Vale ressaltar que essa análise com amostra separada por tempo de residência no país não permite analisar o efeito do tempo de residência sobre as chances de maior ou menor sobreeducação. Para isso é necessária uma análise longitudinal de painel, algo que fica aqui como proposta para estudos futuros.

Tabela 16: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Sobreeducação para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras brancas como grupo de referência.

TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 1.1	Haitianas	0,760***	-24%
	Argentina	1,898***	90%
	Uruguia	1,431***	43%

10 anos ou menos no Brasil	Portuguesa	1,978***	98%
	Japonesa	1,553***	55%
	Norte-Americana	2,839***	184%
	Francesa	2,666***	167%
TEMPO	VARIÁVEL	EXPONENCIAL	%
11 anos ou mais no Brasil	Argentina	1,865***	87%
	Uruguaia	1,608***	61%
	Portuguesa	1,717***	72%
	Japonesa	1,622***	62%
	Norte-Americana	1,856***	86%
	Francesa	2,710***	171%
	Italiana	2,268***	127%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A significância dos coeficientes <0,01***

Entretanto, se o grupo de referência for de brasileiras não brancas/negras (Modelo 2.1) na comparação com as imigrantes do Sul global recém-chegadas, as chances de haitianas estarem sobreeducadas é de 23% a menos que as nativas. Já para argentinas e uruguaias, há uma elevação expressiva em relação a sobreeducação, ser argentina eleva em 189% as chances de estar sobreeducada frente as nativas negras, e as uruguaias em 97%. Nesta comparação, a nacionalidade paraguaia também possui chances de estar sobreeducada frente as brasileiras negras, em 14%. Já na comparação com as mulheres que residem 11 anos ou mais (Modelo 2.2), argentinas passam a estarem 222% sobreeducadas, as uruguaias 163% e as paraguaias 31%. Logo, o que observo é que a sobreeducação das argentinas, uruguaias e paraguaias que residem a mais tempo no país é superior do que as que residem a menos tempo. Mais uma vez, isso sugere que o tempo não é um fator que possa a vir a contribuir para melhor situação dessas mulheres no mercado no que diz respeito ao desperdício de cérebro. Porém, outras análises com dados longitudinais, como já exposto, devem ser feitas para testar tais conjecturas.

Para as mulheres do Norte global recém-chegadas, a análise feita em comparação as nativas negras (Modelo 2.1) demonstra que serem norte-americanas elevam em 401% as chances dessas mulheres estarem sobreeducadas em comparação às nativas negras, as francesas 316%, as portuguesas 223%, as japonesas 153% e as italianas em 141% de sobreeducação comparada as brasileiras negras. Para as mulheres que residem a 11 anos ou mais (Modelo 2.2), as chances de sobreeducação são maiores, fazendo com que as francesas tenham 409% de chances a mais de estarem

sobreeducadas que as nativas negras, as italianas em 345%, portuguesas 235%, e as japonesas em 193%. Para as mulheres norte-americanas (237%), ainda que a sobreeducação seja altíssima na comparação com as negras, elas apresentam percentuais mais baixos com o maior tempo de residência no país. Na comparação com as nativas negras, as mulheres do Norte global apresentam valores ainda mais altos de sobreeducação, o que sugere que a origem dessas mulheres é um fator que contribui para o desperdício de cérebros.

Tabela 17: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Sobreeducação para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras não brancas/negras como grupo de referência.

TEMPO	VARIÁVEL	EXPONENCIAL	%
MODELO 2.1 10 anos ou menos no Brasil	Haitianas	0,768***	-23%
	Paraguaia	1,136***	14%
	Argentina	2,892***	189%
	Uruguaia	1,975***	97%
	Portuguesa	3,234***	223%
	Japonesa	2,563***	156%
	Norte-Americana	5,009***	401%
	Francesa	4,164***	316%
	Italiana	2,412***	141%
TEMPO	VARIÁVEL	EXPONENCIAL	%
MODELO 2.2 11 anos ou mais no Brasil	Paraguaia	1,310***	31%
	Argentina	3,222***	222%
	Boliviana	1,247***	25%
	Uruguaia	2,630***	163%
	Portuguesa	3,350***	235%
	Japonesa	2,929***	193%
	Norte-Americana	3,369***	237%
	Francesa	5,088***	409%
	Italiana	4,446***	345%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A significância dos coeficientes <0,01***

A partir das análises apresentadas acima, o desperdício de cérebros é maior entre as imigrantes do Norte global, são essas mulheres que também apresentam maior escolaridade frente as demais imigrantes e nativas. Essas mulheres são as que mais sofrem com a fraca transferência de suas habilidades e capacitações obtidas na origem. As imigrantes do Sul global, mesmo apresentando menor nível educacional, também são impactadas por uma maior sobreeducação que as brasileiras, principalmente comparadas às negras. A partir deste resultado posso afirmar, com

99% de confiança, que não se trata apenas do fator escolaridade, mas origem étnico nacional é também um fator importante para explicar a sobreeducação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Embora não tenha testado a questão do efeito do tempo de residência, as análises sugerem que, nem mesmo com o maior tempo de residência no Brasil esse quadro se altera para as imigrantes do Norte e do Sul global, demonstrando que a Teoria da Assimilação não dá suporte explicativo para esses achados, mas sim a Teoria da Assimilação Segmentada. Esta teoria argumenta que nem mesmo com o maior tempo de residência no país hospedeiro essas imigrantes conseguiriam recuperar o status ocupacional da origem, indo de encontro aos resultados aqui encontrados.

Esses achados em relação as nacionalidades do Sul também vão de encontro ao trabalho de Vilela (2008), que identificou que argentinos, uruguaios, paraguaios (entre outras nacionalidades não estudadas neste trabalho) possuem mais de 50% de chances de estarem sobreeducadas em suas ocupações, e que o efeito da sobreeducação é maior para imigrantes internacionais.

Os achados corroboram somente em parte as conjecturas da *hipótese 3*, quais sejam: *“As mulheres imigrantes estão mais suscetíveis a sofrerem com o fenômeno de desperdício de cérebros quando comparadas às mulheres brasileiras, e esse fator atinge principalmente as imigrantes que residem a menos de 10 anos no Brasil. O fator sobreeducação é maior entre mulheres do Sul global quando comparada aos demais grupos”*. Visto que: a) imigrantes são mais suscetíveis a sofrerem com o fenômeno do desperdício de cérebros, independente do tempo que residem no país, com exceção das bolivianas e de paraguaias comparadas com brasileiras brancas, haitianas com brasileiras brancas e não brancas, e italianas comparadas às brasileiras brancas; b) entretanto, a propensão ao desperdício de cérebros não coaduna com os grupos de mulheres recém-chegadas, mas pelo contrário, foi identificado que as mulheres que residem a mais tempo no Brasil apresentam maior predisposição a estarem sobreeducadas dentro das suas ocupações, com exceção das norte-americanas, que se encontram mais sobreeducadas no grupo de recém-chegadas; c) contudo, são as mulheres do Norte global que apresentam as maiores probabilidades de terem desperdício de cérebros e não as do Sul global.

II. Renda

Ao analisar a situação dos grupos étnicos nacionais quanto aos rendimentos, as imigrantes recém-chegadas do Sul global comparadas as nativas brancas, as haitianas são as que apresentam efeitos negativos de origem étnica nacional sobre a renda. Para essas mulheres o impacto negativo é de 2% na renda comparada as brasileiras brancas. Diferentemente, paraguaias, argentinas e bolivianas apresentam efeitos positivos da origem étnica/nacional sobre a renda. Isto quer dizer que esses grupos tendem a receber melhores salários que as brasileiras brancas, quando o país de origem é considerado. Ser argentina impacta positivamente a renda em 7%, se boliviana em 6% e paraguaia em 2% (Modelo 3.1). Já o impacto dos grupos étnicos nacionais quanto aos rendimentos das imigrantes que residem 11 anos ou mais, o fator origem étnica nacional não foi estatisticamente significativo para a maioria das nacionalidades do Sul global. Apenas para argentinas a origem étnica nacional é um fator importante para explicar as variações salariais entre elas e as brasileiras brancas, impactando positivamente em 5% a renda daquelas (Modelo 3.2).

Entre as recém-chegadas do Norte global, a maioria apresenta efeitos positivos e significantes (exceto japonesas), sendo as mulheres norte-americanas com maior efeito sobre a renda. As imigrantes norte-americanas são as que possuem maior efeito positivo de origem nacional sobre a renda comparada as mulheres brasileiras brancas, com 47%. Já para as francesas o efeito é de 38%, italianas 8% e portuguesas 7% sobre a renda (Modelo 3.1). Entre as que residem 11 anos ou mais, novamente apenas para as japonesas a origem nacional não é um fator de impacto sobre a renda. Para as demais nacionalidades os efeitos da origem étnica/nacional sobre a renda se mostram positivos, mas com percentuais menores do que as recém-chegadas. Ser francesa eleva em 17% a renda, ser italiana em 11%, norte-americana 10% e portuguesa em 5% a renda comparada as brasileiras brancas (Modelo 3.2).

Tabela 18: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Renda para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras brancas como grupo de referência.

TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 3.1	Haitianas	0,980***	-2%
	Paraguaia	1,025***	2%
	Argentina	1,071***	7%

10 anos ou menos no Brasil	Boliviana	1,063***	6%
	Portuguesa	1,072***	7%
	Norte-Americana	1,471***	47%
	Francesa	1,383***	38%
	Italiana	1,085***	8%
TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 3.2 11 anos ou mais no Brasil	Argentina	1,053***	5%
	Portuguesa	1,051***	5%
	Norte-Americana	1,102***	10%
	Francesa	1,166***	17%
	Italiana	1,115***	11%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A significância dos coeficientes <0,01***

Quando a comparação é entre as imigrantes recém-chegadas do Sul global e nativas não brancas/negras (Modelo 4.1), o efeito positivo sobre a renda é maior para argentinas (18%) e bolivianas (12%), e a renda impactada negativamente pela origem de haitianas em menos 2%. No caso de uruguaias e paraguaias, a origem étnica nacional não se apresenta estatisticamente significativo. Já para as mulheres que residem 11 anos ou mais (Modelo 4.2), o efeito da origem étnico/nacional sobre renda é maior para as argentinas elevando em 22% a renda. Ser boliviana impacta a renda em 11%, e ser uruguaia em 9%.

Imigrantes do Norte global comparadas às nativas negras, a origem étnica nacional impacta em 69% para francesas, 68% para norte-americanas, 24% entre italianas e 21% entre portuguesas sobre a renda. No caso das japonesas, origem étnica nacional não é um fator importante para explicar as diferenças salariais dessas mulheres. Para as mulheres que residem 11 anos ou mais, a renda apresenta um crescimento para as nacionalidades italianas, passando de 24% para 38%, e para as portuguesas de 21% para 24%. Para as demais nacionalidades, a renda se mostra significativa, porém, com menor efeito do que foi observado entre as recém-chegadas, ser francesa aumenta em 48% a renda das mulheres, e ser norte-americanas aumenta em 34% a renda (Modelo 4.2).

Tabela 19: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Renda para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras não brancas/negras como grupo de referência.

TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 4.1 10 anos ou menos no Brasil	Haitianas	0,980***	-2%
	Argentina	1,180***	18%
	Boliviana	1,121***	12%
	Portuguesa	1,208***	21%
	Norte-Americana	1,676***	68%
	Francesa	1,687***	69%
	Italiana	1,244***	24%
TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 4.2 11 anos ou mais no Brasil	Argentina	1,216***	22%
	Boliviana	1,110***	11%
	Uruguaia	1,090***	9%
	Portuguesa	1,236***	24%
	Norte-Americana	1,344***	34%
	Francesa	1,475***	48%
	Italiana	1,380***	38%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A significância dos coeficientes <0,01***

Quando analiso os rendimentos através do fator origem étnica nacional, observo que os efeitos do país de origem são maiores para as mulheres do Norte Global que para as mulheres do Sul global, demonstrando maiores vantagens para as imigrantes oriundas no Norte global quando comparadas com brasileiras brancas ou não brancas. Outro ponto a ressaltar é que as imigrantes que se encontram residindo a mais tempo no Brasil não são as que têm maiores chances de obterem os melhores salários, ao contrário, em geral, são aquelas mais recentes no país que apresentam as maiores propensões de terem melhores salários do que as brasileiras brancas ou não brancas, principalmente.

Para as imigrantes do Sul global, algumas origens nacionais impactam positivamente no alcance salarial. Comparadas as brasileiras negras são argentinas, bolivianas (10 anos ou menos) e uruguaias (11 anos ou mais) que conseguem melhores rendimentos. Já na comparação com as mulheres nativas brancas, são argentinas, bolivianas (10 anos ou menos) e paraguaias (10 anos ou menos) que conseguem os melhores salários.

Na perspectiva apresentada por Sala (2005), que haveriam grupos do Cone Sul que conseguiriam se destacar frente aos nativos, conseguindo melhores rendimentos, identifico nesse grupo argentinas, paraguaias e uruguaias. Já o grupo que se encontra em maior desvantagem dentro do mercado de trabalho, identifico o de haitianas, pois elas apresentam coeficientes negativos, demonstrando que o fato de ser haitiana, comparada ao fato de ser brasileira, mantendo todo o resto constante (nível educacional, idade, tempo de residência, ter deficiência, ocupação, horas trabalhadas, etc.) impacta negativamente (2% a menos) o rendimento da imigrante. Os achados para as mulheres haitianas vão de encontro os resultados do trabalho de Medeiros *et al.* (2019).

Vilela *et al* (2015) argumentam que os grupos do Sul global possuem as menores médias salariais frente aos brasileiros, e que brasileiros negros apresentam melhor situação de rendimento comparado aos bolivianos, paraguaios e uruguaios. E tanto os brasileiros negros quanto os imigrantes estão em pior situação no mercado se comparado aos brasileiros brancos. Neste trabalho, analisando as mulheres nativas e as imigrantes do Sul, no geral as mulheres do Sul global apresentam média salarial superior às mulheres nativas negras, demonstrando que as imigrantes estão em melhor situação (com exceção das haitianas) que as nativas negras.

Vilela (2008) demonstra que os imigrantes internacionais vivenciam uma seletividade positiva, e que apresentam níveis de escolaridade mais altos que os nativos. Identifico as argentinas, assim como também é feito nos trabalhos de Sala (2005), Vilela (2011), Medeiros *et al.* (2019), trata-se do grupo do Sul global que consegue os melhores retornos da escolaridade e recebem melhores rendimentos comparada as brasileiras, considerando sua origem étnica/nacional.

Ao controlar as variáveis ligadas ao indivíduo, todas as nacionalidades do Norte global apresentam efeitos positivos sobre a renda (principalmente na comparação com as nativas negras), e também apresentam as maiores médias salariais, frente as nativas brancas e não brancas/negras. A exceção é para a nacionalidade japonesa, já que para essas mulheres a origem não tem efeito sobre a renda, independentemente do tempo de chegada, demonstrando que para esse grupo são outros fatores que explicam os diferenciais de renda e não a origem étnica nacional.

Assim como foi realçado pelos autores Suzuki (2019), Dutra *et al.* (2015), Cavalcanti e Brasil (2017), essas imigrantes encontram melhores oportunidades dentro do mercado de trabalho, fazendo com que esse grupo de imigrantes consigam acessar os melhores rendimentos.

Os achados confirmam em parte a *hipótese 1*, qual seja: “a origem étnica nacional impacta, positiva ou negativamente (dependendo do país de origem), nos grupos ocupacionais e rendimento das imigrantes internacionais, comparadas com brasileiras brancas ou não brancas. As imigrantes internacionais do Sul global (Haiti, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai) recebem menores rendimentos e inserem em ocupações de menor prestígio quando comparadas às mulheres nativas brasileiras brancas, principalmente, mas não é o caso daquelas oriundas do Norte global (Portugal, Japão, EUA, França e Itália), que estão em melhores posições ocupacionais e tendem a ter maiores rendimentos”. Visto que, a) encontro efeitos tanto positivos quanto negativos (no caso de haitianas) no impacto de origem étnico nacional sobre rendimentos salariais; b) somente as haitianas que tem probabilidades maiores de obterem rendimentos menores do que brasileiras, brancas ou não brancas para as recém-chegadas. Para todos os outros grupos, do Sul e do Norte global (exceção das japonesas), a origem nacional tem impacto positivo sobre os rendimentos na comparação com as brasileiras, e torna-se ainda maior se a comparação for com as nativas não brancas; c) as imigrantes em geral (com exceção de haitianas, paraguaias, uruguaias e japonesas), comparadas as brasileiras negras, têm maiores chances de obterem melhores rendimentos salariais, do que quando comparadas com brasileiras brancas; d) são as imigrantes do Norte global que apresentam os estimadores positivos mais elevados.

No que diz respeito à *hipótese 2*, qual seja: “os grupos com 11 anos ou mais de residência tendem a estar em melhor situação ocupacional e obterem maiores salários do que os grupos de menos de 10 anos, quando comparadas às brasileiras brancas ou não brancas”, os resultados não a validam. Em geral, são as imigrantes tanto do Norte, quanto do Sul global, com 10 anos ou menos de residência no Brasil que apresentam os maiores estimadores positivos, do que as que residem 11 anos ou mais no país. Vale destacar que para as nacionalidades haitiana, paraguaias e japonesa não são identificados o efeito do da origem étnico nacional independente do tempo de residência das imigrantes. Essas nacionalidades não apresentam

coeficientes significativos para as análises, e, portanto, não são identificadas diferenças salariais explicadas por origem étnico/nacional quando comparadas com as mulheres brancas ou não brancas.

III. Grupos Ocupacionais Superiores e Inferiores

Nesta seção são analisados as probabilidade de inserções das imigrantes, comparadas às brasileiras, nos Grupos Ocupacionais Superiores (união de: a) Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes, e b) Profissionais da Ciência e Artes); e nos Grupos Ocupacionais Inferiores (união de: a) Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca; b) Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais; c) Operadores de Máquinas; e d) Trabalhadores de manutenção e reparação).

Iniciando pelos Grupos Ocupacionais Superiores, comparadas as nativas brancas, entre as imigrantes do Sul global recém-chegadas, apenas as argentinas apresentam efeito positivo sobre as ocupações superiores, com 65% de chances de se encontrarem nessas ocupações. Ser haitiana impacta negativamente, com menos 99% das chances de alcançarem esse grupo. Assim também acontece com paraguaias, com menos 82% de chances e uruguaiais com menos 27% de chances. Já para bolivianas não foram encontrados efeitos significativos para esses grupos ocupacionais (Modelo 5.1). Para as mulheres que residem 11 anos ou mais, as argentinas apresentam 173% de chances a mais de estarem nesse grupo, comparadas as brasileiras brancas e as uruguaiais 55% de chances. Para as demais nacionalidades, o efeito é negativo, demonstrando que haitianas possuem menos 98% de chances de alcançarem esse grupo superior e as paraguaias menos 57%. Para as bolivianas não foram encontrados efeitos significativos (Modelo 5.2). Para as imigrantes do Sul, as argentinas são as com maior probabilidade de alcançarem as posições próximas ao topo, e essa probabilidade aumenta com o maior tempo de residência. As uruguaiais conseguem com o maior tempo de residência ocuparem esse grupo. Haitianas e paraguaias nem mesmo com o maior tempo conseguem alcançar essas ocupações mais privilegiadas no mercado formal brasileiro, quando comparadas às brasileiras brancas.

As imigrantes do Norte global recém-chegadas, todas as nacionalidades, assim como já era de se esperar, apresentam chances altas e positivas de alcançarem esse grupo ocupacional superior de maior prestígio. As mulheres norte-americanas são o maior destaque, com 1047% de chances de estarem nesse grupo comparadas as nativas brancas, francesas 848% de chances, italianas 273%, portuguesas 200% e japonesas 135% de chances de alcançarem esse grupo de maior prestígio (Modelo 5.1), em relação às brasileiras brancas. Já entre as que residem 11 anos ou mais no Brasil, as francesas recebem o maior destaque, com 581% das chances de estarem nesse grupo superior, as norte-americanas 535%, italianas 291%, portuguesas 270% e japonesas 109% das chances de alcançarem esse grupo de prestígio (Modelo 5.2). Analisando o tempo de residência, as mulheres norte-americanas, francesas e japonesas, apresentam maiores chances de estarem nesse grupo de maior prestígio sendo recém-chegadas. Já para portuguesas e italianas, estarem no grupo de maior tempo de residência encontram-se as maiores chances de estarem nas ocupações mais prestigiosas, quando comparadas às brasileiras brancas.

Tabela 20: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Grupos Ocupacionais Superiores para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras brancas como grupo de referência.

TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 5.1 10 anos ou menos no Brasil	Haitianas	0,007***	-99%
	Paraguaia	0,184***	-82%
	Argentina	1,649***	65%
	Uruguaia	0,728***	-27%
	Portuguesa	3,004***	200%
	Japonesa	2,352***	135%
	Norte-Americana	11,468***	1047%
	Francesa	9,479***	848%
	Italiana	3,733***	273%
TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 5.2 11 anos ou mais no Brasil	Haitianas	0,024***	-98%
	Paraguaia	0,429***	-57%
	Argentina	2,735***	173%
	Uruguaia	1,550***	55%
	Portuguesa	3,702***	270%
	Japonesa	2,090***	109%
	Norte-Americana	6,355***	535%
	Francesa	6,808***	581%
	Italiana	3,914***	291%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A significância dos coeficientes <0,01***

Na comparação com as nativas negras, as recém-chegadas do Sul global apresentam impacto positivo para as origens argentina com 247% de chances a mais de estarem em ocupações de prestígio, boliviana com 87% e uruguaia com 48% de chances. Já para haitianas e paraguaias o impacto é negativo, fazendo com que haitianas tenham 98% de chances a menos que as brasileiras negras de alcançarem essas posições e as paraguaias 62% a menos (Modelo 6.1). Entre as imigrantes que residem 11 anos ou mais, apenas haitianas não conseguem impacto positivo, elas possuem 95% de chances a menos de estarem nessas ocupações. Ser argentinas faz com que as chances sejam de 526% de estarem em ocupações de prestígio, as uruguaias 260% e bolivianas 147%. Não foram encontrados valores significativos para as paraguaias (Modelo 6.2). Os maiores estimadores do efeito da variável origem étnico nacional sobre a posição ocupacional encontram-se entre argentinas, uruguaias e boliviana com 11 anos ou mais de residência no país.

Entre as mulheres do Norte global, o efeito da origem nacional sobre as ocupações superiores se mostrou significativa para todas as nacionalidades. Entre as recém-chegadas, as chances de mulheres norte-americanas estarem nas ocupações próximas ao topo são de 2601% comparada as nativas negras, as francesas são de 1930%, as italianas são de 705%, portuguesas 557% e japonesas 410% (Modelo 6.1). Entre as mulheres que residem 11 anos ou mais, as francesas possuem 1538% de chances a mais de estarem em ocupações de prestígio comparada as nativas negras, as norte-americanas 1433%, portuguesas 885%, italianas 848% e japonesas 377% de chances de estarem nessas ocupações próximas ao topo (Modelo 6.2). Para as imigrantes norte-americanas e francesas apresentam maiores chances entre as recém-chegadas, já as portuguesas, italianas e japonesas entre as que residem 11 anos ou mais.

Tabela 21: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Grupos Ocupacionais Superiores para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras não brancas/negras como grupo de referência.

TEMPO	VARIÁVEL	EXPONENCIAL	%
MODELO 6.1 10 anos ou menos no Brasil	Haitianas	0,015***	-98%
	Paraguaia	0,380***	-62%
	Argentina	3,468***	247%
	Boliviana	1,870***	87%
	Uruguaia	1,483***	48%
	Portuguesa	6,574***	557%

	Japonesa	5,104***	410%
	Norte-Americana	27,009***	2601%
	Francesa	20,298***	1930%
	Italiana	8,047***	705%
TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
11 anos ou mais no Brasil	Haitianas	0,0517***	-95%
	Argentina	6,2625***	526%
	Boliviana	2,4690***	147%
	Uruguaia	3,5957***	260%
	Portuguesa	9,8503***	885%
	Japonesa	4,7711***	377%
	Norte-Americana	15,3313***	1433%
	Francesa	16,3754***	1538%
	Italiana	9,479***	848%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A significância dos coeficientes <0,01***

Analisando os grupos Ocupacionais Inferiores, comparadas as nativas brancas, entre as imigrantes do Sul global recém-chegadas são as bolivianas que apresentam as maiores chances de estarem nos grupos da base ocupacional com 508%, seguida das haitianas 446% e paraguaias com 195%. As imigrantes uruguaias e argentinas são as nacionalidades que apresentam chances negativas de estarem nesse grupo inferior, com 46% a menos e 43% a menos de chances respectivamente, que as brasileiras brancas (Modelo 7.1). Entre as mulheres do Sul global que residem 11 anos ou mais, as chances mais altas ainda são para bolivianas, com 236% comparada as nativas brancas, seguida das paraguaias com 78% das chances. As argentinas e uruguaias apresentam chances negativas de estarem neste grupo, com menos 67% e menos 58% das chances. Já para as haitianas não foram encontrados estimadores estatisticamente significativos (Modelo 7.2). Entre as imigrantes do Sul, o que se percebe é que após um maior tempo de permanência no Brasil essas mulheres diminuem as chances (ainda que pouco) de estarem em ocupações próximas a base ocupacional, comparadas as brasileiras brancas, sugerindo que possa haver uma melhora ocupacional.

Para as mulheres do Norte global recém-chegadas, comparada as nativas brancas, todas as nacionalidades apresentam chances negativas de estarem nesses grupos próximos à base. Assim como era de se esperar, dada a grande concentração dessas mulheres nas ocupações superiores. As norte-americanas são as que apresentam maior chance negativa, com menos 94%, seguida de francesas menos 90%, italianas

menos 89%, japonesas menos 84%, e portuguesas menos 73% (Modelo 7.1). Já para as que residem 11 anos ou mais, são as francesas com as maiores chances negativas, com menos 96% de chances de alcançarem as ocupações de menor prestígio, seguida por norte-americanas e italianas com menos 92% das chances, portuguesas menos 84% e japonesas menos 79% (Modelo 7.2).

Tabela 22: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Grupos Ocupacionais Inferiores para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras brancas como grupo de referência.

TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 7.1 10 anos ou menos no Brasil	Haitianas	5,465***	446%
	Paraguaia	2,949***	195%
	Argentina	0,567***	-43%
	Boliviana	6,083***	508%
	Uruguaia	0,538***	-46%
	Portuguesa	0,271***	-73%
	Japonesa	0,160***	-84%
	Norte-Americana	0,060***	-94%
	Francesa	0,100***	-90%
Italiana	0,106***	-89%	
TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 7.2 11 anos ou mais no Brasil	Paraguaia	1,779***	78%
	Argentina	0,333***	-67%
	Boliviana	3,356***	236%
	Uruguaia	0,424***	-58%
	Portuguesa	0,158***	-84%
	Japonesa	0,210***	-79%
	Norte-Americana	0,082***	-92%
	Francesa	0,038***	-96%
	Italiana	0,076***	-92%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

A significância dos coeficientes <0,01***

Se o grupo de referência for de brasileiras não brancas/negras na comparação com as imigrantes do Sul global recém-chegadas, as bolivianas continuam sendo o grupo com maiores chances de estarem nas ocupações mais próximas à base ocupacional, com 836% das chances. Seguida de haitianas com 664% e paraguaias com 352% das chances. Não foram apresentados valores significantes para argentinas e uruguias (Modelo 8.1). Para as que residem 11 anos ou mais, as bolivianas lideram as chances com 302%, seguidas por paraguaias 116% e haitianas com 81%. Já as imigrantes argentinas e uruguias apresentam chances negativas de ocuparem esses grupos, com menos 59% e menos 47% respectivamente (Modelo 8.2). O que observo

é que na comparação com as nativas negras, as chances dessas mulheres bolivianas, haitianas e paraguaias aumentam, demonstrando que a origem é um fator de impacto, e neste caso impacta para que essas origens ocupem mais esses grupos inferiores e de menos prestígio.

Comparada as nativas negras, as imigrantes do Norte global recém-chegadas, todas as nacionalidades apresentam chances negativas de estarem nesses grupos menos privilegiados. A nacionalidade que apresenta a menor chance de estar nesse grupo são as norte-americanas com menos 92%, seguidas de francesas menos 86%, italianas menos 85%, japonesas menos 74% e as portuguesas menos 61% de chances comparadas as nativas negras (Modelo 8.1). Já para as imigrantes que residem a mais tempo no país, a mesma tendência é encontrada, as mulheres possuem menores chances de ocuparem essas posições, as francesas apresentam menos 95% das chances, norte-americanas e italianas menos 90%, portuguesas menos 79% e as japonesas menos 72% das chances comparadas as nativas negras (Modelo 8.2).

Tabela 23: Exponenciais e porcentagens dos estimadores do modelo de regressão de Grupos Ocupacionais Inferiores para Origem Nacional de imigrantes, através do tempo de residência, que possuem mulheres brasileiras não brancas/negras como grupo de referência.

TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 8.1 10 anos ou menos no Brasil	Haitianas	7,636***	664%
	Paraguaia	4,522***	352%
	Boliviana	9,361***	836%
	Portuguesa	0,386***	-61%
	Japonesa	0,257***	-74%
	Norte-Americana	0,082***	-92%
	Francesa	0,137***	-86%
	Italiana	0,153***	-85%
TEMPO	VARIÁVEL	EXPONECIAL	%
MODELO 8.2 11 anos ou mais no Brasil	Haitianas	1,807***	81%
	Paraguaia	2,160***	116%
	Argentina	0,412***	-59%
	Boliviana	4,019***	302%
	Uruguaia	0,526***	-47%
	Portuguesa	0,208***	-79%
	Japonesa	0,278***	-72%
	Norte-Americana	0,103***	-90%
	Francesa	0,048***	-95%
Italiana	0,097***	-90%	

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.
A significância dos coeficientes <0,01***

Ao analisar as ocupações de maior e menor prestígio dentro do mercado formal brasileiro, assim como já era esperado, as imigrantes do Norte global conseguem as maiores chances de se inserirem em ocupações superiores e as menores em grupos ocupacionais hierarquicamente inferiores, comparadas tanto com as nativas negras quanto às brancas. O tempo não é um fator positivo para todas as nacionalidades, as norte-americanas e francesas estão em melhor situação (grupo superior) entre as recém-chegadas, suas co-étnicas que residem a mais de 11 anos também possuem altas chances de estarem nesse grupo, porém, para as recém-chegadas a probabilidade é maior. Já as demais nacionalidades, o tempo contribui com as chances de conseguirem estar nas ocupações mais prestigiosas.

Os achados nesta pesquisa vão de encontro com o que Suzuki (2019) apresenta sobre os imigrantes oriundos de países do Norte global, segundo a autora esse grupo encontra mais facilidade na inserção e mobilidade ocupacional no mercado de trabalho se comparada(o)s aos do Sul global. Vale lembrar que entre as nacionalidades do Norte global há diferenças entre os grupos. As mulheres japonesas, por exemplo, não apresentam valores significativos para rendimentos, já outras nacionalidades como as norte-americanas e francesas conseguem se destacar com melhores rendimentos e com a maior probabilidade de estarem em ocupações superiores. Também não se deve esquecer que é este grupo que se depara com a alta sobreeducação, demonstrando que mesmo essas mulheres conseguindo os melhores salários e conquistando as melhores posições ocupacionais superiores, elas poderiam estar em uma situação ainda melhor se não fossem as barreiras e o desperdício de cérebros enfrentadas por elas.

Com isso Suzuki (2019) aponta que a origem étnica/nacional é um fator importante a ser considerado, pois a origem influencia na trajetória ocupacional dos grupos de imigrantes. Já Dutra *et al.* (2015) ao trabalhar com as portuguesas demonstra que se tratam de um grupo altamente escolarizado e que conseguem se inserir nas melhores ocupações dentro do mercado de laboral, indo de encontro aos achados deste trabalho.

Já as mulheres do Sul global são encontradas as maiores assimetrias do mercado laboral brasileiro. Enquanto para alguns grupos a origem se mostra positiva no alcance de melhores posições ocupacionais, para outros a origem influencia para que as mulheres se encontrem nas piores ocupações. As chances de alcançarem as posições superiores (mais privilegiadas) são positivas para argentinas e uruguaias e o tempo é um fator benéfico que faz com que essas mulheres consigam maiores chances de estarem dentro dessas ocupações com o maior tempo de residência no país. As demais nacionalidades encontram maiores barreiras para alcançarem essas posições ocupacionais, principalmente comparadas as nativas brancas, e o tempo se mostra benéfico para algumas nacionalidades, como bolivianas comparadas às nativas negras. Entretanto, são as mulheres bolivianas, haitianas e paraguaias as que se deparam com as maiores chances de estarem nas ocupações inferiores, comparada às nativas. Para essas mulheres, inseridas nos grupos ocupacionais inferiores, o tempo se mostra benéfico na redução da probabilidade de estarem neste grupo, ainda que os percentuais permaneçam altos.

Assim como foi demonstrado por Vilela (2011), a(o)s argentina(o)s estão em melhor situação ocupacional frente a(o)s nativa(o)s e outras nacionalidades do Sul global (como, por exemplo uruguaia(o)s, paraguaia(o)s e boliviana(o)s). Segundo Vilela (2011), isso acontece, pois, comparado a(o)s brasileira(o)s, esse grupo é discriminado positivamente, ou seja, seus atributos produtivos são mais valorizados, como educação, experiência no mercado, e as ocupações.

Destaco o grupo de mulheres haitianas e bolivianas. As haitianas, independentemente do tempo de residência no Brasil, deparam-se com maiores dificuldades, apresentando as menores probabilidades de inserção nos grupos ocupacionais superiores, comparadas as brasileiras brancas ou não brancas. Uma possível explicação pode ser que elas apresentam baixa similaridade cultural e linguística com o Brasil, por ser uma migração mais recente no país, provavelmente tem poucas redes sociais, e muitas trabalhadoras acabam se inserindo nos setores mais baixos e próximos à base ocupacional, e com menores exigências de escolaridade. Isso contribui para que as barreiras encontradas para essas mulheres sejam maiores dentro do mercado laboral. Assim como é mencionado tanto por Villen (2012), Vilela e Sampaio (2015) e Mamed (2018), o(a)s haitiano(a)s acabam se aglutinando nas ocupações mais baixas, se deparam com menores salários e ficam sujeitos a

exploração. Suzuki (2019) destaca que o(a)s haitiano(a)s se deparam com empregos que oferecem pouca ou nenhuma mobilidade ocupacional, havendo uma grande perda de capital humano e maior dificuldade de recuperação do status ocupacional adquirido na origem. As explicações apresentadas acima conseguem nortear as altas probabilidades que foram encontradas para as haitianas de estarem nas ocupações da base e de recebem menores rendimentos, mas não são essas as mulheres que estão em pior situação ocupacional no mercado de trabalho. Ainda que as haitianas se deparem com grandes barreiras, elas conseguem estar em melhor situação ocupacional que as bolivianas.

As bolivianas, comparada as nativas negras, conseguem maiores chances de se encontrarem em ocupações superiores. Mas são elas também, comparadas as nativas brancas e negras, que se encontram com as maiores chances de estarem dentro dos grupos inferiores, superando inclusive as haitianas. Esse achado pode estar relacionado a situação em que muitas bolivianas se deparam no Brasil. Silva (2006) destaca que a grande maioria se encontra no setor de costura, um segmento que não exige muita escolaridade e nem experiência prévia; o rendimento é com base na quantidade de roupas produzidas, portanto, quanto maior a facilidade com a costura, maiores são as possibilidades de rendimento neste setor. Com a pouca mobilidade dentro do setor, muitos apostam nas chances de conseguirem suas próprias oficinas de costura após um tempo de residência no país. A possível explicação para a grande concentração das haitianas nas ocupações inferiores, pode estar ligado ao fato de muitas ao chegaram ao Brasil se aglutinam no setor de costura, e nem mesmo após o maior tempo de residência conseguem sair deste setor (como pode ser visto nas Tabelas 7, 8 e 9). Assim como demonstrado na teoria da Assimilação Segmentada, o mercado cria barreiras para que os imigrantes permaneçam nos setores mais precários, e mesmo após algum tempo grande parte continuaria dentro desse setor.

Mais uma vez, os achados validam em parte as afirmativas da *hipótese 1 - “a origem étnica nacional impacta, positiva ou negativamente (dependendo do país de origem), nos grupos ocupacionais e nos rendimentos das imigrantes internacionais, comparadas com brasileiras brancas ou não brancas. As imigrantes internacionais do Sul global (Haiti, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai) recebem menores rendimentos e inserem em ocupações de menor prestígio quando comparadas às*

mulheres nativas brasileiras brancas, principalmente, mas não é o caso daquelas oriundas do Norte global (Portugal, Japão, EUA, França e Itália), que estão em melhores posições ocupacionais e tendem a ter maiores rendimentos” – visto que a origem étnica nacional impacta positivamente apenas as mulheres argentinas do Sul global, e todas as nacionalidades do Norte global. O impacto negativo da origem étnica nacional encontra-se entre haitianas, paraguaias, uruguaias no alcance dos grupos superiores, e o positivo sobre os grupos inferiores para bolivianas, haitianas e paraguaias. As imigrantes do Norte global são as mulheres que estão em melhor situação ocupacional e conseguem alcançar de forma mais expressiva as ocupações mais prestigiosas.

Já para a hipótese 2 “os grupos com 11 anos ou mais de residência tendem a estar em melhor situação ocupacional e obterem maiores salários do que os grupos de menos de 10 anos, quando comparadas às brasileiras brancas ou não brancas”, as afirmativas não se mostram válidas para todos os grupos, visto que a) comparadas as nativas brancas, a situação ocupacional só se mostra mais significativa após 11 anos de residência para argentinas, uruguaias, portuguesas e italianas no grupos ocupacionais superiores; b) comparada as nativas negras, o tempo é mais significativa para argentinas, uruguaias, bolivianas, portuguesas, italianas e japonesas; c) os efeitos são maiores para as recém-chegadas, haitianas, paraguaias, norte-americanas, francesas e japonesas, comparadas as nativas brancas, e comparada as nativas negras para as norte-americanas e francesas, nos grupos superiores; d) para os grupos inferiores, as recém-chegadas bolivianas, haitianas e paraguaias, possuem maior probabilidade de estarem nos grupos inferiores é maior que suas co-étnicas que residem 11 anos ou mais.

7. Considerações Finais

Esse trabalho se propôs compreender a situação socioeconômica e ocupacional entre mulheres imigrantes internacionais e mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho formal brasileiro. O que os dados demonstram é que origem étnica nacional é um fator que impacta tanto positivamente quanto negativamente sobre a situação das imigrantes no mercado de trabalho brasileiro na comparação com as nativas, e que não se trata apenas de uma questão educacional. Entretanto, não se pode

relativizar/homogeneizar que as origens do Norte estão em melhor situação, ou que as origens do Sul em pior situação se comparadas as nativas, ou que todas as nativas estão em melhor situação que as imigrantes. Isso porque há diversos fatores que influenciam na situação socioeconômica ocupacional das imigrantes e brasileiras no mercado de trabalho formal brasileiro.

Ao indagar na introdução deste trabalho, se *“origem étnica/nacional impacta na situação socioeconômica e ocupacional das mulheres imigrantes internacionais, comparadas às nativas brasileiras?”*, a resposta é sim. A origem étnica nacional impacta positivamente, em geral, para todas as imigrantes do Norte Global comparada às nativas brancas e também às negras. No mercado de trabalho formal brasileiro, são as imigrantes do Norte global que apresentam as maiores probabilidades de obterem melhores rendimentos e também ocuparem os grupos ocupacionais de maior prestígio, e são elas que apresentam as menores chances de se inserirem nas ocupações da base da hierarquia ocupacional. A exceção são as japonesas em que a origem não se mostrou significativa nas análises de renda. Para as mulheres do Sul global, a origem impacta tanto positivamente quanto negativamente comparadas as nativas brancas e também negras. As mulheres argentinas, bolivianas e uruguaias são mais propensas a obterem melhores rendimentos que as brasileiras brancas e não brancas. Apenas as argentinas apresentam probabilidades de estarem nos grupos superiores comparada às nativas brancas, e as argentinas, bolivianas e uruguaias comparadas as nativas negras, sendo observado para todos esses grupos uma maior chance após 11 anos de residência, demonstrando que o tempo é fator benéfico para melhor alcance ocupacional. As boliviana, haitianas e paraguaias encontram-se mais propensas a ocuparem os grupos ocupacionais inferiores, próximo a base ocupacional.

Já ao questionar, se *“mulheres do Sul global se encontram em desvantagem no mercado de trabalho brasileiro, se comparadas às mulheres do Norte global? E ambas comparadas às brasileiras, há desvantagens?”*, as maiores desvantagens dentro do mercado formal brasileiro são encontradas para as mulheres brasileiras negras, na comparação com as imigrantes e nativas brancas. Com exceção das haitianas, todas as nacionalidades ao serem comparadas com as nativas negras tendem a receber melhores salários e conquistarem melhores posições ocupacionais dentro do mercado de trabalho, quando consideramos a origem étnica/nacional.

As mulheres do Sul global, frente aos resultados encontrados para as mulheres do Norte, deparam-se com maiores barreiras, principalmente ligada as questões de renda e grupos ocupacionais superiores, ao considerar o país de origem das imigrantes. São as imigrantes do Norte global que se concentram nas faixas salariais mais altas e também nas ocupações de maior prestígio dentro dos grupos ocupacionais. Comparada as nativas, as imigrantes do Norte global se encontram em maior vantagem que as brasileiras brancas e negras, assim como as do Sul também se encontram, com exceção das haitianas e bolivianas (ocupações inferiores).

Quais mulheres de quais países encontram-se em vantagem ou em desvantagem no mercado de trabalho comparadas às nativas do Brasil? Entre o grupo do Norte global, comparada as nativas brancas e negras, as norte-americanas e as francesas se destacam recebendo melhores rendimentos e ocupando os grupos de maior prestígio dentro do mercado formal, principalmente entre as recém-chegadas. Já as francesas, italianas e portuguesas também se encontram em vantagem frente as nativas, mas os efeitos são maiores entre as mulheres que residem a mais de 11 anos no Brasil. Para as japonesas, a origem é um fator benéfico para a análise de posição ocupacional, fazendo com que elas consigam alcançar as ocupações de prestígio, comparadas as nativas brancas e não brancas, entretanto, não foram encontrados efeitos significantes para os rendimentos dessas mulheres.

Para as mulheres do Sul global, argentinas, uruguaias e bolivianas se encontram em maior vantagem salarial dentro do mercado formal brasileiro. Ligada as questões ocupacionais, os efeitos da origem só foram significativos para esses grupos após residirem 11 anos ou mais no país, demonstrando que o tempo é um fator benéfico, fazendo com que essas mulheres consigam melhorar o status ocupacional dentro do Brasil e recuperar o capital humano não transferido anteriormente (com exceção das bolivianas que se deparam com maior concentração nos grupos inferiores). As mulheres haitianas são as que se encontram em pior situação quanto aos rendimentos dentro do Brasil, comparadas às brasileiras. Elas apresentam um perfil de baixa escolaridade e recebem os menores rendimentos, independente do tempo de residência no Brasil.

Por fim, ao indagar se *“mulheres imigrantes vivenciam maior “desperdício de cérebro” comparada às nativas?”* o que encontro é que sim, todas as imigrantes internacionais,

com exceção das haitianas têm maiores chances de vivenciarem o desperdício de cérebro. Contudo, são as imigrantes do Norte global as mais impactadas pela não transferência de suas habilidades e perda de capital humano no Brasil. Essas mulheres podem até estar em melhor situação ocupacional no Brasil no ano de 2017, mas elas poderiam estar em uma situação ainda mais vantajosa, se não fossem as diversas barreiras para a transferência de suas habilidades. O mercado de trabalho brasileiro possui uma tendência à sobreeducação, por não conseguir absorver todo o potencial de mão de obra altamente qualificada no Brasil (MACHADO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2004; SALA, 2005), e com isso há uma perda grande para as imigrantes e de suas habilidades e capacitações, assim como acontece com as imigrantes oriundas do Norte global. Para as imigrantes recém-chegadas, a sobreeducação é maior para as norte-americanas, francesas e portuguesas, demonstrando que são essas origens que se deparam com as maiores perdas de capital humano, após 11 anos ou mais de residência essas mulheres conseguem recuperar um pouco do capital humano adquirido na origem, mas ainda assim enfrentam alta sobreeducação nas ocupações no Brasil. Já as francesas e japonesas, nem mesmo após um maior tempo de permanência no país elas conseguem diminuir a sobreeducação, mas sim um aumento da sobreeducação. As italianas apresentam sobreeducação apenas entre as que residem 11 anos ou mais.

Para as imigrantes do Sul global, mesmo apresentando menor nível educacional, também são impactadas pela sobreeducação, comparadas às brasileiras. A origem étnica nacional é um fator importante para explicar a sobreeducação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro. São as mulheres argentinas, uruguaias e haitianas que apresentam maior sobreeducação em relação as nativas brancas, já as argentinas, uruguaias e paraguaias em relação as nativas negras. Para esses grupos mencionados acima, mesmo após um tempo de residência no país de destino o capital humano não é recuperado. Ainda que essas mulheres vivenciem menor sobreeducação que as imigrantes do Norte global, elas também então em pior situação que as nativas e se deparam com a dificuldade de transferência de capital humano.

Após serem apresentadas as principais perguntas que movem este trabalho, é importante salientar que dentro dos grupos há diferenças e particularidades e elas precisam ser levadas em conta ao analisarmos o mercado de laboral. Entre as

imigrantes do Norte, chamo a atenção para as japonesas, mesmo essas mulheres sendo oriundas de um país desenvolvido, com alto desenvolvimento industrial e tecnológico, e elas possuindo alta escolaridade, ainda que essas mulheres consigam alcançar os grupos ocupacionais superiores, a origem não é tão valorizada quanto francesas e norte-americanas no alcance das posições superiores e a obtenção de maiores salários.

Entre as imigrantes do Sul global, as mulheres haitianas se deparam com a origem impactando negativamente, seja relacionado aos rendimentos ou aos grupos ocupacionais superiores. Esse é o grupo, em geral, que apresentam uma maior desvantagem salarial e grande probabilidade de se encontrar nas ocupações inferiores no mercado de trabalho brasileiro. Também chamo a atenção para outra nacionalidade, as bolivianas. Para essas mulheres a origem é um fator positivo de impacto na renda na comparação com as nativas, entretanto, ao analisarmos os grupos ocupacionais inferiores, são essas mulheres que encontram as maiores barreiras no mercado formal. Ser de origem boliviana faz com que essas mulheres acabem vivenciando a maior desvantagem ocupacional de todo o grupo do Sul global, comparadas às brasileiras. As bolivianas têm maiores probabilidades de se concentrarem nos grupos ocupacionais inferiores, superando inclusive as haitianas. As bolivianas, no geral, estão mais concentradas no setor de Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, e nem após mais de 11 anos de residência as mulheres conseguem sair deste setor, fazendo com que essas mulheres permaneçam em ocupações mais precárias.

Ainda que as imigrantes se deparem com barreiras no mercado, ao concorrem com as nativas, são as nativas negras as mulheres em pior situação frente às imigrantes, com exceção das haitianas que estão em pior situação que as negras. Comparada as negras, as imigrantes conseguem alcançar os melhores rendimentos e as melhores posições ocupacionais. Ser negra é um fator de impacto negativo dentro do Brasil, assim como mencionado por Santos (2009) e Silveira (2019), essas pessoas se deparam com as maiores desigualdades ocupacionais e maiores barreiras para acessar recursos que são valiosos para uma boa inserção ocupacional.

A partir desse estudo, ressalto a importância de estudos futuros que abordam a questão das mulheres, nativas e imigrantes, dentro do mercado de trabalho, levando

em conta a trajetória ocupacional. Afim de preencher as lacunas deixadas em trabalhos anteriores que naturalizam o processo migratório a partir do fluxo masculino. Ainda que hoje nos deparemos com mais estudos dentro desta perspectiva de gênero feminino, esse volume ainda é muito incipiente perto dos estudos voltados às trajetórias ocupacionais de homens imigrantes.

Destaco, também, a importância da RAIS nas pesquisas que versam sobre o mercado formal brasileiro. Tratam-se de um importante instrumento que contém dados atualizados da situação trabalhista no país, e através desses dados pode-se criar políticas públicas de combate à desigualdade de emprego e renda. Mesmo sendo um instrumento tão valioso nas pesquisas de mercado formal, a RAIS possui limitações, como: os erros de preenchimento, informações incompletas e faltantes, falta de informações referentes aos empregadores, e as limitações ligadas as questões raciais da(o)s empregada(o)s. Como pude demonstrar, a raça/cor é uma importante variável que deve ser levada em conta principalmente no caso do Brasil; na RAIS a variável raça/cor não é autodeclarada e os servidores públicos não possuem informações de raça/cor. Com isso há uma perda enorme de informações, impossibilitando uma análise mais real da situação racial dessas mulheres (e também homens). É necessário a criação de políticas públicas mais efetivas que visem reduzir as lacunas deixadas pelos erros de preenchimento na hora da declaração, dada a importância dessa base de dados para os estudos do mercado formal.

Proponho para agenda de pesquisas futuras a) análises longitudinais de painel, usando a base de dados da RAIS, afim de verificar mais profundamente, e ao longo do tempo, se essas mulheres conseguem melhorar a situação ocupacional no Brasil. Embora nesta pesquisa tenha sido usada a variável tempo de residência, o efeito da origem sobre a situação ocupacional das mulheres só pode ser melhor investigada através de estudos longitudinais; b) através de análises longitudinais também investigar a transferência, ao longo do tempo, do Capital Humano das mulheres imigrantes, e se essa transferência ocorre de forma mais rápida para as imigrantes do Sul global ou Norte global; c) também o porquê de algumas nacionalidades se depararem com a sobreeducação ocorrendo mais entre as que residem a mais tempo no Brasil do que entre as recém-chegadas; d) estudos que possam verificar se as mulheres nativas que não se encontram em empresas que empregam mulheres

imigrantes (diferente do que foi feito neste trabalho) se elas estão em melhor situação ocupacional que aquelas que trabalham nas mesmas empresas de imigrantes.

8. Referência Bibliográfica

ABRAMO, L. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. **DELGADO, Didice G. & outras. Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa São Paulo: Boitempo**, p. 111-134, 2000.

ABRANCHES, M. **Pertenças fechadas em espaços abertos. Estratégias de (re) construção identitária de mulheres muçulmanas em Portugal.** ACIDI, IP, 2007. ISBN 9898000392.

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**, 2018. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf. Acessado em 24/11/2020.

ADSERÀ, A.; CHISWICK, B. R. Are there gender and country of origin differences in immigrant labor market outcomes across European destinations?. **Journal of Population Economics**, v. 20, n. 3, p. 495, 2007.

ADSERÀ, A; FERRER, A. M.; HERRANZ, V. **Descriptive labor market outcomes of immigrant women across Europe.** Working Paper Series, 2020.

AKRESH, I.R. Occupational trajectories of legal US immigrants: Downgrading and recovery. **Population and development review**, v. 34, n. 3, p. 435-456, 2008.

ALBUQUERQUE, R. Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre gênero, classe e etnicidade. 2005.

ALENCAR RODRIGUES, R.; STREY, M. N.; ESPINOSA, L. C. Marcas do Gênero nas Migrações Internacionais. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, 2010. ISSN 1807-0310.

ALMEIDA, L. A. D. Deficiência e desigualdades no Brasil: pobreza, inserção no mercado de trabalho e renda. Tese (Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

ANGELIN, P. E. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares.** 255 f. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos.

ARAGONÉS, A. M.; SALGADO, U. Mercados de trabajo en la economía del conocimiento y el fenómeno migratorio: el caso de Estados Unidos (1990-2006). **Ana María Aragonés, Mercados de trabajo y migración internacional, IIEc, UNAM**, p. 79-118, 2011.

ARAÚJO, A. M. C; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013.

ARAÚJO, D.; BOTEGA, T.; TONHANTI, T.; COELHO, T. Autorizações de trabalho – Dados da coordenação geral de imigração (CGIG) do ministério do trabalho. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R.; ARAUJO, Dina (org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra. 2016.

ASSIS, G. D. O.; SASAKI, E. M. Os novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, M. G. (Ed.). **Migrações internacionais - contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p.615-669.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 745-772, 2007.

ASSUNÇÃO, V. Migrantes por amor? Ciclo de vida, gênero e a decisão de migrar em diferentes fases da vida. *Estudos Feministas*, v. 24, n. 1, p. 63-80, 2016. ISSN 0104-026X.

AYSA-LASTRA, M., & LORENZO CACHÓN. Movilidad ocupacional segmentada: el caso de los inmigrantes no comunitarios en España. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas** 144, 2013, p.23-47. (<http://dx.doi.org/10.5477/cis/reis.144.23>)

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017.

BATISTA, N. N. F.; CACCIAMALI, M. C. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 1, p. 97-115, 2009.

BONACICH, E. A theory of middleman minorities. **American sociological review**, p. 583-594, 1973.

BOTEGA T.; ARAUJO D.; TONHATI T. Autorizações concedidas pelo conselho nacional de imigração: os casos omissos e especiais e os desafios à política migratória brasileira. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R.; ARAUJO, Dina (org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra. 2016.

CACCIAMALI, M. C. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. **Trabalho em questão**, v. 86, p. 43-58, 2010.

CÂMARA, Á. R. T. D. Fluxos migratórios para o Brasil no início do Século XXI: respostas institucionais brasileiras. 2014.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Estimativas de migração internacional no Brasil: os velhos e os novos desafios. **IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Org.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CARDOSO, A. M. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Editora FGV, 2013.

CARVALHO, A. F. B. **Processos de discriminação de profissionais qualificadas e imigrantes em contextos tipicamente masculinos: um contributo para a gestão da diversidade**. 2014.

CASTLES, Stephen. HAAS, Hein; MILLER, Mark J. **The age of migration: International population movements in the modern world**. Macmillan International Higher Education, Fifth edition, 2014.

CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 18, n. 35, 2010.

CAVALCANTI, L. et al. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais**, 2015.

CAVALCANTI, L. et al. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016 .

CAVALCANTI, L. et al. Relatório Anual 2017. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Observatório das Migrações Internacionais**, 2018.

CAVALCANTI, L.; BRASIL, E. A movimentação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro a partir do CAGED. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. **Acesso em**, v. 23, 2010. Acessado em Outubro de 2020.

CHAHAD, J. P. Z.; PAULO, Z. O Mercado de Trabalho Brasileiro-2012/2019: Retrospectiva e Perspectivas1. **Nível de Atividade: Estagnação Com Alguns Sinais de Retomada**, p. 7, 2019.

CHISWICK, B.R., AND P.W. MILLER. "Immigrant Generation and Income in Australia," **Economic Record**, 61, 540-553, 1985.

CHISWICK, B. R.; LEE, Y.; MILLER, P. W. **Longitudinal analysis of immigrant occupational mobility: A test of the immigration assimilation hypothesis**. Department of Economics, University of Western Australia, 2002.

CHISWICK, B. R.; LEE, Y. L.; MILLER, P. W. Immigrant earnings: a longitudinal analysis. **Review of Income and Wealth**, v. 51, n. 4, p. 485-503, 2005.

CHISWICK, B. R. Jacob Mincer, experience and the distribution of earnings. **Review of Economics of the Household**, v. 1, n. 4, p. 343-361, 2003.

COELHO, D.; VESZTEG, R.; SOARES, F. V. Regressão quantílica com correção para a seletividade amostral: estimativa dos retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil. Texto para Discussão, 2010.

CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. A. P. F. Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ano 24, n. 64, p. 63-72, out. 2018. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10308>.

COTRIM, L. R.; TEIXEIRA, M. O.; PRONI, M. W. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. **Texto para discussão**, n. 383, 2020.

DICK, P.; TONHANTI, T. Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg): Casos omissos e especiais. In: **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017

DOMENICONI, J. O. S.; BAENINGER, R. A dinâmica da migração internacional portuguesa para o Brasil no século XXI: uma análise a partir do perfil dos imigrantes portugueses no mercado de trabalho formal. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 33, n. 2, 2018.

_____. Migração internacional qualificada no século XXI—A circulação de trabalhadores do conhecimento desde uma perspectiva Sul-Sul. **Anais**, p. 1-21, 2019.

DUTRA, D. Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, 2012. ISSN 2237-9843.

DUTRA, D. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, 2013. ISSN 2237-9843.

DUTRA, D.; ALMEIDA, S.; TONHATI, T.; PALERMO, G. Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra**, Ed. Especial, Brasília, p. 74-135, 2015.

DUTRA, D.; BRASIL, E. Mulheres migrantes no Brasil. A movimentação no mercado formal de trabalho. Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual**, 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

EGREJA, C.; PEIXOTO, J. Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 67, p. 43-64, 2011. ISSN 2182-7907.

FERNANDES, R.; MENEZES-FILHO, N. A. Educação, Salários e a Alocação de Trabalhadores entre Tarefas: Teoria e evidências para o Brasil. 2012.

FERNANDES, Duval; DE CASTRO, Maria da Consolação Gomes; KNUP, Silvana. A imigração internacional qualificada para o Brasil após o início da crise de 2008: o caso dos imigrantes portugueses e espanhóis. **Anais**, p. 1-19, 2016.

FERNÁNDEZ, Cristina; ORTEGA, Carolina. Labor market assimilation of immigrants in Spain: Employment at the expense of bad job-matches?. Documento de trabajo, v. 21, p. 2006-21, 2006.

FIALHO, J. O capital social no contexto da teoria sociológica contemporânea. **Desenvolvimento e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 69-82, 2016.

FRAGA, Aline Mendonça. Trajetórias de mulheres expatriadas. 2015.

FRIEDBERG, R. M. You can't take it with you? Immigrant assimilation and the portability of human capital. **Journal of labor economics**, v. 18, n. 2, p. 221-251, 2000.

FORNASIER, J. Imigrantes no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul: conflitos gerados pela cultura organizacional. 2015.

FUSCO, W.; Queiroz, S.N. Asiáticos no Nordeste Brasileiro. Migrações sul-sul. **Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó—NEPO/UNICAMP**, p. 526-536 2018.

GASTAL, Bruno Palombini; DOS SANTOS, Gabriela Freitas; PECHANSKY, Ricardo. **UNIÃO EUROPEIA: FIM DE UM PROJETO?**. Relações Internacionais Para Educadores (RIPE): UM MUNDO EM CRISE. ISSN: 2318-9390, v. 4. 2017, p. 76-93.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa Fundação Calouste Gulbernjian 2008.

GOMES, A.; WAJNMAN, S. Diferenciais salariais segundo a posição de homens e mulheres nas famílias. **Seminário: as famílias e as políticas públicas no Brasil. Belo Horizonte. Disponível em:**<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/GomesWajnma.pdf>, 2005.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno crh**, v. 24, p. 15-22, 2011.

IOM. World Migration Report 2020, UN, New York. Chapter 2 e 3, 23-159, <https://doi.org/10.18356/b1710e30-en>, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Acessado em outubro 2020. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1471-migracao-e-deslocamento.html>

LEME, A. A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, p. 114-138, 2010.

LIMA, K. P. Modelos multiníveis. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Estatística) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

LIN, N. **Social capital: A theory of social structure and action**. Cambridge university press, 2002.

LINO, A. L. P. S.; ALECRIM, E. S. Mulher e desenvolvimento: desigualdades no mercado de trabalho. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11. 2017.

LISBOA, T. K. Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes. **Revista Katálysis**, v. 6, n. 2, p. 251-252, 2003. ISSN 1982-0259.

LOZANO-ASCENCIO, F.; GANDINI, L. Skilled-worker mobility and development in Latin America and the Caribbean: Between brain drain and brain waste. **Journal of Latino/Latin American Studies**, v. 4, n. 1, p. 7-26, 2012.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; CARVALHO, N. F. Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, 2004.

MACIEL, M. C.; CAMPÊLO, A. K.; RAPOSO, M. C. F. A dinâmica das mudanças na distribuição salarial e no retorno em educação para mulheres: uma aplicação de regressão quantílica. In: Anais do Encontro ANPEC, 2001.

MALIK, Khalid et al. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014-Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. **Nova Iorque: ONU/Pnud**, 2014.

MAMED, L. H. Haitianos no Brasil: a experiência da etnografia multisituada para investigação de itinerários migratórios e laborais sul-sul. **Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”–Nepo/Unicamp**, 2018.

MARCONI, N. A evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990. 2003.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. Migrações internacionais contemporâneas. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, 2005.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005. ISSN 0102-8839.

MARTINS, E. Mulheres na Migração Internacional: trabalhadoras domésticas filipinas em São Paulo. Migrações sul-sul. **Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó–NEPO/UNICAMP**, p. 510-525, 2018.

MATTOO, Aaditya; NEAGU, Ileana Cristina; ÖZDEN, Çağlar. Brain waste? Educated immigrants in the US labor market. **Journal of development economics**, v. 87, n. 2, p. 255-269, 2008.

MEDEIROS, M. A. et al. Fronteiras de Estados emergentes: migração, cidadania pós-nacional e trabalhadores latino-americanos no Brasil, 7. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 77-112, 2019.

MIRANDA, J. Mulheres em contexto migratório: figurantes ou protagonistas? , 2011. ISSN 9729048622.

MONTE, P. A. A Influência da Fecundidade na Inserção Feminina no Mercado de Trabalho Nordestino e nos Determinantes Salariais. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 3, p. 473-488, 2011. ISSN 2357-9226.

MOREIRA, J. B. Pesquisando migrantes forçados e refugiados: reflexões sobre desafios metodológicos no campo de estudos. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 2, 2017.

NASCIMENTO, M. I. M.; GRACINO, E. R. A presença norte-americana em terras brasileiras e a relação imigração, trabalho e educação. **Educação & Formação**, v. 2, n. 5mai/ago, p. 56-74, 2017.

NETO, J. G. M. et al. Construção de modelos de regressão hierárquicos. **Textos para discussão**, n. 31, p. 21-21, 2008.

NÓBREGA, Vanessa Viana da. **Diferenciais de gênero no mercado de trabalho brasileiro em 2016 e 2017: uma aplicação acerca da elegibilidade a aposentadoria pelo RGPS**. 2019. Dissertação de Mestrado. Brasil.

NORONHA, Claudia Lima Ayer. Análise longitudinal da mobilidade ocupacional dos estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro. Tese (Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

NORONHA, C. L. A.; VILELA, E. M.. Análise comparativa da mobilidade ocupacional entre homens e mulheres estrangeiros no mercado formal de trabalho brasileiro/Comparative analysis of occupational mobility between foreign men and women in Brazil’s formal labour market. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 8, n. 19, 2020.

OYELERE, Ruth Uwaifo. Brain drain, waste or gain? What we know about the Kenyan case. **Journal of Global Initiatives**, v. 2, n. 2, p. 113-129, 2007.

OIT. Trabalhadores migrantes: alcançar a igualdade de direitos e oportunidades. Lisboa: OIT, **Trabalho digno para todos**, 2008.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos imigrantes**. Zahar, 2001. ISBN 8571105774.

OLIVEIRA, A. G. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, p. 745-772, 2007. ISSN 0104-026X.

OLIVEIRA, A.T. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. **Cadernos OBMigra–Revista Migrações Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 48-73, 2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. A inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho formal: o que nos diz a RAIS? In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R.; ARAUJO, Dina (org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra. 2016.

OLIVEIRA, A. T. R.; PEREIRA, F.; QUINTINO, F. O sistema nacional de cadastramento de registro de estrangeiros (SINCRE) e a migração regular no país. In: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Tonhati, T.; Dutra, D., **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015

OLIVEIRA, A. T.R . Características da imigração regular no Brasil: um olhar através dos registros administrativos. **Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual, 2017**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

OLIVEIRA, Wagner et al. Inserção de imigrantes no mercado de trabalho. In: 19º **Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2019.

PACIFICO, A. P.; PINHEIRO, T. K. F. O status do imigrante haitiano no Brasil após o terremoto de 2010 sob a perspectiva do Pós-Estruturalismo. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**, v. 1, n. 1, p. 107-125, 2013.

PATARRA, N.; FERNANDES, D. Políticas públicas e migração internacional no Brasil. Las Políticas Públicas sobre Migraciones y La Sociedad Civil en América Latina. São Paulo: Scalabrini International Migration Network, p. 151-276, 2011.

PATARRA, N.; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração. **Revista Internacional em Língua Portuguesa–Migrações**, v. 3, n. 24, p. 65-96, 2011b.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. 2004.

PERES, R. G.. A imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos. **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, p. 271-295, 2012.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. Mulheres Latino-americanas e Haitianas no Brasil: perfil na imigração internacional. **Anais**, p. 1-18, 2017.

PESSOA, C.; RAMOS, J. F. P.; PEIXOTO, S. L. F. Economia solidária e feminista: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. <http://www.fbes.org.br/>. **Acesso em**, v. 15, p. 30, 2008.

PIORE, Michael J. **Birds of passage: Migrant labor and industrial societies**. Cambridge: Cambridge University, 1980.

PIORE, Michael J. e Charles Sabel F. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.

PIRES, Armando J. Garcia et al. Brain drain and brain waste. **Journal of Economic Development**, v. 40, n. 1, p. 1-34, 2015.

PNAD, Contínua. Características adicionais do mercado de trabalho 2012-2017. IBGE. ISBN 978-85-240-4472-4. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101622_informativo.pdf

PORTES, A. *Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration*. 1981.

PORTES, A.; BACH, R. L. **Latin journey**. University of California Press, 1985.

PORTES, A.; JENSEN, L. The enclave and the entrants: Patterns of ethnic enterprise in Miami before and after Mariel. **American Sociological Review**, p. 929-949, 1989.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 33, p. 133-158, 2000.

PROBST, E. R.; RAMOS, P. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, p. 1-8, 2003.

QUINTINO, F.; TONHATI, T. T. Uma Análise das Autorizações de Trabalho Concedidas a Estrangeiros pela Coordenação Geral de Imigração (CGIg) 2011-2016. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D., TONHATI, T., **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra. 2017

REIS, S. M. *Incompatibilidades entre educação e ocupação: uma análise regionalizada do mercado de trabalho brasileiro*. 2012.

REIS, M. C. Como as condições do mercado de trabalho influenciam as transições do desemprego. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ano 23, n. 63, out. 2017, p. 39-43. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10299>

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Edusc São Paulo, 2007. ISBN 8574603325.

ROCHA-TRINDADE, M. B., ET AL. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, 2004. ISBN 8576430029.

SALA, G. A.. *Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil*. 2005.

SANTOS, M. A. D. et al. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. 2010

SANTOS, J. A. F. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, p. 37-60, 2009.

SASAKI, E. M.; OLIVEIRA, G A. Teorias das migrações internacionais. **Anais**, p. 1-19, 2016.

SASSEN, Saskia. *Cities in a world economy*. Sage Publications, 2000.

SASSEN, Saskia. *Los espectros de la globalización*. 1 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

SASSEN, S. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. **Mercados de trabajos y migración internacional**, 2011.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, A. Edusp, 1998.

SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 72-81, 2000. ISSN 0102-8839.

SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias, v. 1, 2008.

SIDRA, I. B. G. E. Sistema IBGE de recuperação automática. **Pesquisa Nacional por**, 2010. Acessado em Outubro de 2020.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos avançados*, v. 20, p. 157-170, 2006.

_____. Bolivianos em São Paulo Dinâmica cultural e processos identitários. **Boliviana no Brasil**, p. 19, 2012.

SILVA, J. C. M.; DA SILVA FILHO, L. A.. **Panorama da Indústria nas Macrorregiões Brasileiras: Análise a Partir de Medidas Regionais e de Localização**. *Revista portuguesa de estudos regionais*, n. 45, p. 27-47, 2017.

SILVA, C. R. Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas: NEPO: UNICAMP, p. 356-367, 2018.

SILVEIRA, L. S.. **Reclassificação racial e desigualdade: análise longitudinal de variações socioeconômicas e regionais no Brasil entre 2008 e 2015**. Tese (sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SIMÕES, F. G; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. R. Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em boa vista. **Imigração venezuelana no brasil: perfil sociodemográfico e laboral**. , p.21-48, 2017.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. **Journal of political Economy**, v. 70, n. 5, Part 2, p. 80-93, 1962.

SOARES, T. M.; MENDONÇA, M. C. M. Construção de um modelo de regressão hierárquico para os dados do SIMAVE-2000. *Pesquisa Operacional*, v. 23, p. 421-441, 2003.

SOLIMANO, Andrés. **The international mobility of talent and its impact on global development: an overview**. ECLAC, 2006.

SUZUKI, L. S. A.. Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no Brasil: caminhos desiguais. *Sociedade e Cultura*, v. 22, n. 1, 2019.

TEDESCO, J. C. O Gênero na Imigração: Redefinições de Papéis e Dinâmicas Étnicas. DOI: 10.5212/Rlagg.v.2.i1.044055. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 44-55, 2011. ISSN 2177-2886.

TONHATI, T.; ARAUJO, D.; MACEDO, M. A inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho formal segundo a RAIS – 2010 a 2016. . Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual**, 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

UEBEL, R. R. G. **Perfil migratório no Brasil nos censos de 2000 e 2010: Uma análise cartográfica temática**. 2014.

_____. O Brasil na agenda global das migrações internacionais: inserção estratégica ou ciclos migratórios. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA**, v. 1, p. 1-25, 2015.

UNITED NATIONS (ONU). **Migrants by origin and destination: The role of South-South migration**. In: Population Facts, 2012.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). International Migration Report 2017: Highlights(ST/ESA/SER.A/404).

VALADARES, A.; GALIZA, M.; OLIVEIRA, T. A reforma trabalhista e o trabalho no campo. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ano 23, n. 63, out. 2017, p. 96-106. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10299>

VIDAL-COSO, E.; MIRET-GAMUNDI, P. The labour trajectories of immigrant women in Spain: Are there signs of upward social mobility?. **Demographic Research**, v. 31, p. 337-380, 2014.

VILELA, E. M. Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro.(2008). 166p f. **Doutorado)-Departamento de Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte**, 2008.

_____. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 89-129, 2011.

_____. Análise dos principais grupos de imigrantes do Sul e do Norte Global com entradas no Brasil entre 2000 e 2016. Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório de pesquisa. 2017.

VILELA, E. M.; SAMPAIO, D. P. Um olhar sobre as autorizações de permanência a estrangeiros no Brasil, entre 2005 e 2011. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 1, p. 25-48, 2015. ISSN 1980-5519.

VILELA, E.; COLLARES, A. C. M.; NORONHA, C. L. A. Migrações e trabalho no Brasil. Fatores étnico-nacionais e raciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, 2015. ISSN 0102-6909.

VILLEN, P. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. **SEMINÁRIO DO TRABALHO: Trabalho e políticas sociais no século**, v. 21, n. 8, 2012.

Anexos

Anexo A

Anexo A. 1: Nacionalidade de todas as imigrantes presentes no mercado de trabalho formal brasileiro, ordenadas crescentemente, em números absolutos e percentuais.

Nacionalidades	Freq	Percent (%)
Haitiano	7.557	24,37
Paraguaia	3.051	9,84
Portuguesa	2.257	7,28
Argentina	2.086	6,73
Boliviana	1.617	5,22
Outras Latino-Americanas	1.437	4,63
Uruguaia	1.431	4,62
Outros	1.256	4,05
Chinesa	1.032	3,33
Chilena	972	3,13
Peruano	842	2,72
Venezuelano	754	2,43
Japonesa	754	2,43
Colombiano	629	2,03
Norte-Americana	622	2,01
Bengalês	620	2
Francesa	475	1,53
Italiana	469	1,51
Espanhola	434	1,4
Angolano	383	1,24
Alemã	381	1,23
Outros Africanos	352	1,14
Outros Europeus	266	0,86
Outras Asiáticas	251	0,81
Coreana	239	0,77
Britânica	159	0,51
Congolês	111	0,36
Canadense	105	0,34
Russo	105	0,34
Suíça	78	0,25
Sul-Africano	77	0,25
Equatoriano	62	0,2
Belga	56	0,18
Indiano	41	0,13
Paquistanês	15	0,05
Senegalês	15	0,05
Ganês	14	0,05
Total	31.005	100%

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora.

Anexo B

Anexo B. 1: Modelo de regressão de Renda, para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 10 anos ou menos no Brasil.

Inrenda	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-.02011	.0048892	-4.11	0.000	-.0296926	-.0105274
paraguaias	.0242558	.009581	2.53	0.011	.0054774	.0430342
argentinas	.068256	.0121342	5.63	0.000	.0444734	.0920387
bolivianas	.061335	.0150848	4.07	0.000	.0317694	.0909006
uruguaias	-.0260554	.0175834	-1.48	0.138	-.0605182	.0084075
portuguesas	.0696038	.0189008	3.68	0.000	.0325589	.1066487
japonesas	.0151847	.0260172	0.58	0.559	-.035808	.0661774
norteamericanas	.3858816	.0212099	18.19	0.000	.3443109	.4274523
francesas	.3242389	.0234637	13.82	0.000	.2782508	.3702269
italianas	.0812462	.0307877	2.64	0.008	.0209034	.141589
educa	.049589	.002165	22.91	0.000	.0453458	.0538323
educa3	.0156755	.0033344	4.70	0.000	.0091403	.0222107
educa4	.3559329	.005538	64.27	0.000	.3450785	.3667873
fisica	-.2357937	.0054884	-42.96	0.000	-.2465509	-.2250366
auditiva	-.188789	.0075301	-25.07	0.000	-.2035478	-.1740302
visual	-.1899832	.0090933	-20.89	0.000	-.2078058	-.1721606
mental	-.271447	.0134422	-20.19	0.000	-.2977932	-.2451008
multipla	-.2242334	.0319341	-7.02	0.000	-.2868231	-.1616436
idadecent	.0123275	.0000536	229.98	0.000	.0122224	.0124326
idadecent2	-.000353	4.29e-06	-82.36	0.000	-.0003614	-.0003446
ggocup2	.9767125	.0102709	95.09	0.000	.9565819	.9968432
ggocup3	.6329954	.0100908	62.73	0.000	.6132179	.652773
ggocup4	.2993685	.0100206	29.88	0.000	.2797286	.3190085
ggocup5	.0716089	.010005	7.16	0.000	.0519994	.0912184
ggocup6	-.0684772	.0099514	-6.88	0.000	-.0879816	-.0489728
ggocup7	.0139251	.0171055	0.81	0.416	-.0196011	.0474513
ggocup8	-.0191401	.0102129	-1.87	0.061	-.0391571	.0008769
ggocup9	.0337895	.0104005	3.25	0.001	.0134048	.0541742
loghorastrab	.6544933	.0049978	130.96	0.000	.6446978	.6642889
_cons	6.153.816	.049321	124.77	0.000	6.057.149	6.250.484

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 2: Modelo de regressão de Renda, para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 11 anos ou mais no Brasil.

Inrenda	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	.0021581	.0333923	0.06	0.948	-.0632896	.0676057
paraguaias	-.0155565	.0129061	-1.21	0.228	-.040852	.0097389
argentinas	.0514896	.0144296	3.57	0.000	.0232081	.0797711
bolivianas	.0074628	.0161445	0.46	0.644	-.0241799	.0391055
uruguaias	-.0256925	.01555	-1.65	0.098	-.0561701	.004785

portuguesas	.049968	.013168	3.79	0.000	.0241592	.0757768
japonesas	-.0213035	.0221829	-0.96	0.337	-.0647812	.0221742
norteamericanas	.0973992	.0283569	3.43	0.001	.0418206	.1529777
francesas	.1533645	.0331485	4.63	0.000	.0883946	.2183344
italianas	.1085513	.0337034	3.22	0.001	.0424939	.1746086
educa	.0503905	.0022137	22.76	0.000	.0460517	.0547294
educa3	.0162435	.003401	4.78	0.000	.0095776	.0229094
educa4	.3554175	.0056482	62.93	0.000	.3443473	.3664878
fisica	-.2361973	.0055082	-42.88	0.000	-.2469931	-.2254014
auditiva	-.1897417	.007556	-25.11	0.000	-.2045512	-.1749321
visual	-.1905677	.0091405	-20.85	0.000	-.2084828	-.1726526
mental	-.2721046	.0135092	-20.14	0.000	-.2985821	-.2456271
multipla	-.2258487	.0321986	-7.01	0.000	-.2889568	-.1627407
idadecent	.0123905	.0000539	229.75	0.000	.0122848	.0124962
idadecent2	-.0003589	4.32e-06	-83.18	0.000	-.0003674	-.0003505
ggocup2	.9732173	.0103684	93.86	0.000	.9528957	.993539
ggocup3	.631288	.0101878	61.97	0.000	.6113204	.6512556
ggocup4	.2987225	.0101173	29.53	0.000	.278893	.318552
ggocup5	.0705991	.0101022	6.99	0.000	.0507991	.090399
ggocup6	-.0698326	.0100486	-6.95	0.000	-.0895274	-.0501377
ggocup7	.0176651	.0173746	1.02	0.309	-.0163884	.0517186
ggocup8	-.019159	.0103156	-1.86	0.063	-.0393772	.0010592
ggocup9	.0345487	.010511	3.29	0.001	.0139476	.0551498
loghorastrab	.6540997	.0050105	130.55	0.000	.6442794	.66392
_cons	6.159.062	.0457325	134.68	0.000	6.069.428	6.248.696

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 3: Modelo de regressão de Renda, para mulheres brasileiras não brancas/ negras (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 10 anos ou menos no Brasil.

Inrenda	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-.0200276	.0045187	-4.43	0.000	-.028884	-.0111712
paraguaias	.0121551	.0084337	1.44	0.150	-.0043746	.0286848
argentinas	.1658854	.0104816	15.83	0.000	.1453418	.186429
bolivianas	.1144527	.0125133	9.15	0.000	.0899271	.1389783
uruguayias	.0174075	.0162015	1.07	0.283	-.0143468	.0491619
portuguesas	.1893177	.0155788	12.15	0.000	.1587839	.2198515
japonesas	.0331999	.0226032	1.47	0.142	-.0111014	.0775013
norteamericanas	.5161122	.0190019	27.16	0.000	.4788691	.5533552
francesas	.5229998	.0199169	26.26	0.000	.4839634	.5620362
italianas	.2183522	.0256582	8.51	0.000	.168063	.2686415
educa	.0144473	.0019843	7.28	0.000	.0105581	.0183364
educa3	.0360819	.0031161	11.58	0.000	.0299744	.0421894
educa4	.3023891	.0052968	57.09	0.000	.2920076	.3127706
fisica	-.1555942	.0059213	-26.28	0.000	-.1671997	-.1439887
auditiva	-.1385358	.009124	-15.18	0.000	-.1564185	-.1206531
visual	-.1270739	.0096908	-13.11	0.000	-.1460676	-.1080802

mental	-.1805121	.0166869	-10.82	0.000	-.2132179	-.1478063
multipla	-.1199077	.0424662	-2.82	0.005	-.20314	-.0366754
idadecent	.0065607	.0000553	118.62	0.000	.0064523	.0066691
idadecent2	-.0002944	4.46e-06	-65.94	0.000	-.0003031	-.0002856
ggocup1	.2580206	.1289497	2.00	0.045	.0052838	.5107574
ggocup2	1.064.535	.0108041	98.53	0.000	1.043.359	108.571
ggocup3	.8251525	.010072	81.93	0.000	.8054117	.8448934
ggocup4	.406435	.0098963	41.07	0.000	.3870386	.4258314
ggocup5	.1266111	.0098615	12.84	0.000	.1072829	.1459392
ggocup6	-.0424248	.0097711	-4.34	0.000	-.0615759	-.0232737
ggocup7	.0169001	.0167044	1.01	0.312	-.0158398	.04964
ggocup8	.0187422	.0102462	1.83	0.067	-.0013399	.0388243
ggocup9	.1087076	.0103268	10.53	0.000	.0884674	.1289478
loghorastrab	.9240138	.0075871	121.79	0.000	.9091433	.9388843
_cons	5.695.836	.048075	118.48	0.000	5.601.611	5.790.061

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 4: Modelo de regressão de Renda, para mulheres brasileiras não brancas/negras (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 11 anos ou mais no Brasil.

Inrenda	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-.0102697	.0293454	-0.35	0.726	-.0677857	.0472462
paraguaias	.0017484	.0115919	0.15	0.880	-.0209713	.0244681
argentinas	.1957188	.0126528	15.47	0.000	.1709197	.2205179
bolivianas	.1042001	.0134568	7.74	0.000	.0778252	.130575
uruguaias	.0866149	.0141187	6.13	0.000	.0589428	.114287
portuguesas	.2116657	.01114	19.00	0.000	.1898316	.2334998
japonesas	.037256	.0195742	1.90	0.057	-.0011087	.0756207
norteamericanas	.2954122	.0238528	12.38	0.000	.2486616	.3421627
francesas	.3887362	.0285753	13.60	0.000	.3327296	.4447427
italianas	.3222415	.0291166	11.07	0.000	.2651741	.379309
educa	.0141983	.0020404	6.96	0.000	.0101993	.0181974
educa3	.0381361	.0031984	11.92	0.000	.0318674	.0444049
educa4	.3046958	.0054278	56.14	0.000	.2940576	.3153341
fisica	-.1562656	.0059549	-26.24	0.000	-.167937	-.1445943
auditiva	-.1411616	.0091634	-15.40	0.000	-.1591214	-.1232017
visual	-.1283954	.0097701	-13.14	0.000	-.1475444	-.1092464
mental	-.1837461	.0168202	-10.92	0.000	-.216713	-.1507791
multipla	-.1166614	.0434732	-2.68	0.007	-.2018672	-.0314555
idadecent	.0066151	.0000559	118.23	0.000	.0065055	.0067248
idadecent2	-.0002957	4.51e-06	-65.62	0.000	-.0003045	-.0002869
ggocup1	.3260432	.1703401	1.91	0.056	-.0078173	.6599037
ggocup2	1.048.314	.0109224	95.98	0.000	1.026.906	1.069.721
ggocup3	.8229951	.0101807	80.84	0.000	.8030413	.842949
ggocup4	.4065467	.010004	40.64	0.000	.3869391	.4261542

ggocup5	.1256681	.00997	12.60	0.000	.1061274	.1452089
ggocup6	-.0441117	.0098785	-4.47	0.000	-.0634731	-.0247503
ggocup7	.0219305	.0170818	1.28	0.199	-.0115492	.0554103
ggocup8	.0208252	.0103776	2.01	0.045	.0004855	.041165
ggocup9	.1116451	.0104578	10.68	0.000	.0911482	.1321419
loghorastrab	.9160228	.0075763	120.91	0.000	.9011735	.9308722
_cons	5.698.969	.0483743	117.81	0.000	5.604.157	5.793.781

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 5: Modelo de regressão para Grupos Ocupacionais Superiores, para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 10 anos ou menos no Brasil.

ggocupsuperior	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-4.972.265	.2585463	-19.23	0.000	-5.479.006	-4.465.523
paraguaias	-1.691.234	.1209459	-13.98	0.000	-1.928.284	-1.454.185
argentinas	.5000176	.0669971	7.46	0.000	.3687056	.6313296
bolivianas	-.074708	.0926812	-0.81	0.420	-.2563599	.1069439
uruguaias	-.3176126	.1200749	-2.65	0.008	-.5529551	-.0822702
portuguesas	1.099.917	.0965849	11.39	0.000	.9106137	128.922
japonesas	.8554106	.1511999	5.66	0.000	.5590642	1.151.757
norteamericanas	2.439.546	.1249335	19.53	0.000	219.468	2.684.411
francesas	2.249.104	.1324339	16.98	0.000	1.989.538	2.508.669
italianas	1.317.297	.1570502	8.39	0.000	1.009.485	162.511
fisica	-.7613479	.0413097	-18.43	0.000	-.8423135	-.6803823
auditiva	-1.368.547	.0735986	-18.59	0.000	-1.512.798	-1.224.297
visual	-.9480043	.0749607	-12.65	0.000	-1.094.924	-.8010841
mental	-3.342.064	.3354682	-9.96	0.000	-3.999.569	-2.684.558
múltipla	-1.280.839	.3033153	-4.22	0.000	-1.875.326	-.6863518
idadecent	.0185779	.0003376	55.04	0.000	.0179164	.0192395
idadecent2	-.0034333	.0000296	-116.00	0.000	-.0034913	-.0033753
_cons	-.9914129	.1423947	-6.96	0.000	-1.270.501	-.7123245

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 6: Modelo de regressão para Grupos Ocupacionais Superiores, para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 11 anos ou mais no Brasil.

ggocupsuperior	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-3.742.258	1.003.915	-3.73	0.000	-5.709.895	-177.462
paraguaias	-.8461707	.1116517	-7.58	0.000	-1.065.004	-.6273374
argentinas	1.006.088	.0756618	13.30	0.000	.8577934	1.154.382
bolivianas	.1486593	.0949808	1.57	0.118	-.0374996	.3348182
uruguaias	.4385148	.0876385	5.00	0.000	.2667465	.610283
portuguesas	130.882	.0685174	19.10	0.000	1.174.529	1.443.112
japonesas	.7369635	.1320879	5.58	0.000	.4780759	.9958511
norteamericanas	1.849.221	.1515669	12.20	0.000	1.552.156	2.146.287
francesas	1.918.171	.1753116	10.94	0.000	1.574.566	2.261.775

italianas	1.364.469	.1729593	7.89	0.000	1.025.475	1.703.463
fisica	-.7553651	.0411307	-18.37	0.000	-.8359797	-.6747504
auditiva	-1.375.575	.0737133	-18.66	0.000	-1.520.051	-12.311
visual	-.9418477	.0747478	-12.60	0.000	-1.088.351	-.7953447
mental	-3.347.897	.3354579	-9.98	0.000	-4.005.382	-2.690.411
multipla	-1.191.091	.2926694	-4.07	0.000	-1.764.712	-.6174691
idadecent	.0180893	.0003356	53.91	0.000	.0174316	.018747
idadecent2	-.0033971	.0000295	-115.35	0.000	-.0034548	-.0033394
_cons	-.9900027	.1409668	-7.02	0.000	-1.266.292	-.7137129

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 7: Modelo de regressão para Grupos Ocupacionais Superiores, para mulheres brasileiras não brancas/negras (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 10 anos ou menos no Brasil.

ggocupsuperior	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-4.169.974	.2587571	-16.12	0.000	-4.677.128	-3.662.819
paraguaias	-.9665764	.1219943	-7.92	0.000	-1.205.681	-.7274719
argentinas	1.243.659	.0683507	18.20	0.000	1.109.694	1.377.624
bolivianas	.6256958	.0941223	6.65	0.000	.4412195	.8101722
uruguayas	.3940987	.1214	3.25	0.001	.1561591	.6320383
portuguesas	1.883.138	.097397	19.33	0.000	1.692.243	2.074.032
japonesas	1.630.042	.1519782	10.73	0.000	1.332.171	1.927.914
norteamericanas	3.296.157	.1252659	26.31	0.000	305.064	3.541.673
francesas	3.010.501	.1324321	22.73	0.000	2.750.939	3.270.063
italianas	2.085.265	.1575545	13.24	0.000	1.776.463	2.394.066
fisica	-.4647187	.0738814	-6.29	0.000	-.6095236	-.3199138
auditiva	-1.253.132	.1687849	-7.42	0.000	-1.583.944	-.9223193
visual	-1.016.929	.1591388	-6.39	0.000	-1.328.835	-.7050223
mental	-247.916	.5806506	-4.27	0.000	-3.617.214	-1.341.106
multipla	-.4032642	.5228007	-0.77	0.440	-1.427.935	.6214063
idadecent	.0109689	.0006323	17.35	0.000	.0097296	.0122082
idadecent2	-.0044306	.0000606	-73.17	0.000	-.0045493	-.0043119
_cons	-1.691.285	.0901248	-18.77	0.000	-1.867.926	-1.514.643

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 8: Modelo de regressão para Grupos Ocupacionais Superiores, para mulheres brasileiras não brancas/negras (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 11 anos ou mais no Brasil.

ggocupsuperior	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-2.962.612	10.038	-2.95	0.003	-4.930.024	-.9951999
paraguaias	-.1274271	.1127849	-1.13	0.259	-.3484813	.0936272
argentinas	1.834.576	.0771497	23.78	0.000	1.683.365	1.985.787
bolivianas	.9038048	.0963429	9.38	0.000	.7149762	1.092.633
uruguayas	1.279.739	.089118	14.36	0.000	1.105.071	1.454.407
portuguesas	2.287.505	.0715704	31.96	0.000	2.147.229	242.778

japonesas	1.562.583	.1332251	11.73	0.000	1.301.467	1.823.699
norteamericanas	2.729.894	.1527714	17.87	0.000	2.430.468	3.029.321
francesas	2.795.778	.1774053	15.76	0.000	244.807	3.143.486
italianas	2.249.104	.1758353	12.79	0.000	1.904.473	2.593.735
fisica	-.4472612	.0728016	-6.14	0.000	-.5899497	-.3045727
auditiva	-1.285.431	.1702795	-7.55	0.000	-1.619.173	-.9516894
visual	-.9879265	.1568612	-6.30	0.000	-1.295.369	-.6804841
mental	-2.524.789	.5808361	-4.35	0.000	-3.663.206	-1.386.371
multipla	-.1556524	.4730186	-0.33	0.742	-1.082.752	.7714469
idadecent	.0110996	.0006223	17.84	0.000	.0098799	.0123193
idadecent2	-.0042167	.0000587	-71.86	0.000	-.0043317	-.0041017
_cons	-1.695.215	.0892817	-18.99	0.000	-1.870.204	-1.520.226

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 9: Modelo de regressão para Grupos Ocupacionais Inferiores, para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 10 anos ou menos no Brasil.

ggocupinferior	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	1.698.306	.0243444	69.76	0.000	1.650.592	174.602
paraguaias	1.081.372	.049499	21.85	0.000	.9843557	1.178.388
argentinas	-.5671618	.1048034	-5.41	0.000	-.7725728	-.3617508
bolivianas	1.805.464	.0697814	25.87	0.000	1.668.695	1.942.233
uruguaias	-.6190218	.1470401	-4.21	0.000	-.907215	-.3308285
portuguesas	-1.306.707	.229015	-5.71	0.000	-1.755.568	-.8578455
japonesas	-183.152	.3602166	-5.08	0.000	-2.537.531	-1.125.508
norteamericanas	-2.806.423	.502906	-5.58	0.000	-37.921	-1.820.745
francesas	-2.306.466	.4512377	-5.11	0.000	-3.190.876	-1.422.057
italianas	-2.245.911	.5827254	-3.85	0.000	-3.388.032	-110.379
fisica	.1111306	.0381158	2.92	0.004	.0364249	.1858362
auditiva	114.197	.041812	27.31	0.000	106.002	122.392
visual	.5691724	.0564507	10.08	0.000	.458531	.6798137
mental	1.354.657	.0714887	18.95	0.000	1.214.541	1.494.772
multipla	.6555893	.1908054	3.44	0.001	.2816176	1.029.561
idadecent	-.016117	.0003303	-48.80	0.000	-.0167643	-.0154697
idadecent2	.0010329	.0000285	36.25	0.000	.0009771	.0010888
_cons	-18.275	.0928416	-19.68	0.000	-2.009.466	-1.645.534

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 10: Modelo de regressão para Grupos Ocupacionais Inferiores, para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 11 anos ou mais no Brasil.

ggocupinferior	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	.4257	.2006014	2.12	0.034	.0325284	.8188716
paraguaias	.5763082	.0713236	8.08	0.000	.4365164	.7161

argentinas	-1.100.215	.1540071	-7.14	0.000	-1.402.063	-.7983666
bolivianas	1.210.625	.0806881	15.00	0.000	1.052.479	136.877
uruguayais	-.8587455	.1486703	-5.78	0.000	-1.150.134	-.567357
portuguesas	-1.843.784	.1991169	-9.26	0.000	-2.234.046	-1.453.522
japonesas	-1.559.515	.2565447	-6.08	0.000	-2.062.334	-1.056.697
norteamericanas	-2.502.679	.5820904	-4.30	0.000	-3.643.555	-1.361.802
francesas	-3.262.415	1.003.527	-3.25	0.001	-5.229.291	-1.295.538
italianas	-2.578.553	.7123029	-3.62	0.000	-3.974.641	-1.182.465
fisica	.1151774	.0382099	3.01	0.003	.0402874	.1900673
auditiva	1.148.809	.0417999	27.48	0.000	1.066.883	1.230.735
visual	.5732632	.0566442	10.12	0.000	.4622425	.6842839
mental	1.372.398	.0714406	19.21	0.000	1.232.377	1.512.419
múltipla	.642955	.1926018	3.34	0.001	.2654624	1.020.448
idadecent	-.015777	.0003313	-47.63	0.000	-.0164263	-.0151278
idadecent2	.0010181	.0000287	35.53	0.000	.0009619	.0010742
_cons	-1.747.316	.0550212	-31.76	0.000	-1.855.156	-1.639.477

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 11: Modelo de regressão para Grupos Ocupacionais Inferiores, para mulheres brasileiras não brancas/negras (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 10 anos ou menos no Brasil.

ggocupinferior	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	2.032.877	.026071	77.97	0.000	1.981.778	2.083.975
paraguaias	150.894	.0512889	29.42	0.000	1.408.416	1.609.465
argentinas	-.1922709	.105417	-1.82	0.068	-.3988845	.0143427
bolivianas	2.236.559	.0716373	31.22	0.000	2.096.152	2.376.965
uruguayais	-.1733606	.147808	-1.17	0.241	-.463059	.1163378
portuguesas	-.9521452	.2293062	-4.15	0.000	-1.401.577	-.5027133
japonesas	-1.357.297	.3604394	-3.77	0.000	-2.063.745	-.6508489
norteamericanas	-2.498.293	.5029558	-4.97	0.000	-3.484.068	-1.512.518
francesas	-1.988.384	.4514247	-4.40	0.000	-287.316	-1.103.608
italianas	-1.878.731	.582972	-3.22	0.001	-3.021.335	-.7361272
fisica	-.08672	.0609057	-1.42	0.154	-.206093	.0326531
auditiva	.7134329	.074002	9.64	0.000	.5683917	.858474
visual	.5201716	.081897	6.35	0.000	.3596565	.6806867
mental	1.125.628	.1206883	9.33	0.000	.8890833	1.362.173
múltipla	.7406748	.3130434	2.37	0.018	.1271211	1.354.229
idadecent	-.0148542	.0004731	-31.40	0.000	-.0157814	-.013927
idadecent2	.0003475	.0000425	8.17	0.000	.0002642	.0004308
_cons	-2.115.589	.1506648	-14.04	0.000	-2.410.887	-1.820.292

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 12: Modelo de regressão para Grupos Ocupacionais Inferiores, para mulheres brasileiras não brancas/negras (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 11 anos ou mais no Brasil.

ggocupinferior	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	.5915914	.2007889	2.95	0.003	.1980525	.9851304
paraguaias	.7701694	.0725784	10.61	0.000	.6279184	.9124204
argentinas	-.88662	.1543858	-5.74	0.000	-1.189.211	-.5840295
bolivianas	1.390.995	.0816812	17.03	0.000	1.230.903	1.551.087
uruguaiais	-.6430974	.1491568	-4.31	0.000	-.9354393	-.3507555
portuguesas	-1.569.076	.1995481	-7.86	0.000	-1.960.183	-1.177.969
japonesas	-127.872	.2568684	-4.98	0.000	-1.782.173	-.7752675
norteamericanas	-2.269.767	.5821413	-3.90	0.000	-3.410.743	-1.128.791
francesas	-3.045.672	1.003.587	-3.03	0.002	-5.012.666	-1.078.679
italianas	-2.334.937	.7123959	-3.28	0.001	-3.731.207	-.9386664
fisica	-.0851601	.0613457	-1.39	0.165	-.2053955	.0350753
auditiva	.7224689	.0740262	9.76	0.000	.5773801	.8675576
visual	.5273431	.0825154	6.39	0.000	.3656159	.6890703
mental	1.154.158	.1202502	9.60	0.000	.9184722	1.389.844
múltipla	.706235	.3202886	2.20	0.027	.0784808	1.333.989
idadecent	-.0145218	.0004775	-30.41	0.000	-.0154578	-.0135859
idadecent2	.0003262	.0000429	7.61	0.000	.0002421	.0004102
_cons	-1.879.121	.0546353	-34.39	0.000	-1.986.205	-1.772.038

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 13: Modelo de regressão de Sobreeducação, para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 10 anos ou menos no Brasil.

sobreeduc	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-.2748986	.0239106	-11.50	0.000	-.3217625	-.2280346
paraguaias	.0092946	.0465929	0.20	0.842	-.0820257	.1006149
argentinas	.64056	.0627487	10.21	0.000	.5175749	.7635452
bolivianas	-.0227595	.0702172	-0.32	0.746	-.1603828	.1148637
uruguaiais	.3582124	.0827046	4.33	0.000	.1961143	.5203105
portuguesas	.6822314	.0998671	6.83	0.000	.4864956	.8779673
japonesas	.4404969	.1325631	3.32	0.001	.1806779	.7003159
norteamericanas	1.043.567	.1119428	9.32	0.000	.8241628	1.262.971
francesas	.9180551	.1335952	6.87	0.000	.6562134	1.179.897
italianas	.351661	.1575261	2.23	0.026	.0429155	.6604066
fisica	-.0932839	.0292828	-3.19	0.001	-.1506772	-.0358906
auditiva	-.223614	.0411328	-5.44	0.000	-.3042327	-.1429952
visual	-.0421377	.0493265	-0.85	0.393	-.1388158	.0545405
mental	-1.281.998	.0844762	-15.18	0.000	-1.447.568	-1.116.427
múltipla	-.3585204	.1751758	-2.05	0.041	-.7018587	-.0151821
idadecent	-.007529	.000268	-28.09	0.000	-.0080543	-.0070037
idadecent2	-.0010211	.0000227	-44.99	0.000	-.0010656	-.0009766

ggocup1	1.858.906	.4857017	3.83	0.000	.906948	2.810.864
ggocup2	.72707	.0492022	14.78	0.000	.6306354	.8235045
ggocup3	-.7159168	.0480377	-14.90	0.000	-.8100689	-.6217647
ggocup4	-.3637302	.0480819	-7.56	0.000	-.457969	-.2694913
ggocup5	-.1336877	.0479748	-2.79	0.005	-.2277165	-.0396588
ggocup6	.0773722	.0479406	1.61	0.107	-.0165896	.171334
ggocup7	.1969163	.0668269	2.95	0.003	.065938	.3278945
ggocup8	.4018367	.0484169	8.30	0.000	.3069413	.4967321
ggocup9	.074899	.0487985	1.53	0.125	-.0207444	.1705423
_cons	.0311626	.0539897	0.58	0.564	-.0746552	.1369804

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 14: Modelo de regressão de Sobreeducação, para mulheres brasileiras brancas (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 11 anos ou mais no Brasil.

sobreeduc	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	.0130423	.1662174	0.08	0.937	-.3127379	.3388225
paraguaias	.0735325	.0628353	1.17	0.242	-.0496224	.1966875
argentinas	.6233926	.0748161	8.33	0.000	.4767558	.7700294
bolivianas	-.049877	.0798005	-0.63	0.532	-.2062831	.1065292
uruguaias	.4750868	.0776554	6.12	0.000	.322885	.6272885
portuguesas	.54046	.0670968	8.05	0.000	.4089527	.6719673
japonesas	.4839551	.1096278	4.41	0.000	.2690884	.6988217
norteamericanas	.6182574	.1483057	4.17	0.000	.3275835	.9089312
francesas	.9970287	.1775238	5.62	0.000	.6490886	1.344.969
italianas	.8190143	.1754591	4.67	0.000	.4751209	1.162.908
fisica	-.0932082	.0292581	-3.19	0.001	-.150553	-.0358635
auditiva	-.2348894	.0411332	-5.71	0.000	-.315509	-.1542697
visual	-.0520532	.0494077	-1.05	0.292	-.1488906	.0447841
mental	-1.283.375	.084489	-15.19	0.000	-144.897	-1.117.779
multipla	-.3825371	.1762364	-2.17	0.030	-.7279541	-.0371201
idadecent	-.0073077	.0002681	-27.25	0.000	-.0078332	-.0067821
idadecent2	-.0010211	.0000227	-44.90	0.000	-.0010657	-.0009765
ggocup1	206.517	.5362664	3.85	0.000	1.014.107	3.116.233
ggocup2	.7422762	.0495024	14.99	0.000	.6452532	.8392993
ggocup3	-.6961829	.0483474	-14.40	0.000	-.7909421	-.6014238
ggocup4	-.344139	.0483917	-7.11	0.000	-.438985	-.249293
ggocup5	-.115548	.0482861	-2.39	0.017	-.210187	-.0209091
ggocup6	.0786177	.0482596	1.63	0.103	-.0159694	.1732048
ggocup7	.2399436	.0684872	3.50	0.000	.1057112	.374176
ggocup8	.4236485	.0487449	8.69	0.000	.3281101	.5191868
ggocup9	.1456813	.0491614	2.96	0.003	.0493268	.2420359
_cons	.0154221	.0558012	0.28	0.782	-.0939463	.1247905

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 15: Modelo de regressão de Sobreeducação, para mulheres brasileiras não brancas/negras (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 10 anos ou menos no Brasil.

sobreeduc	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	-.2634567	.0247016	-10.67	0.000	-.311871	-.2150425
paraguaias	.1271996	.0479557	2.65	0.008	.0332082	.221191
argentinas	1.061.832	.0644593	16.47	0.000	.9354938	118.817
bolivianas	.1383654	.0729331	1.90	0.058	-.0045809	.2813117
uruguaias	.680386	.0850452	8.00	0.000	.5137004	.8470715
portuguesas	1.173.712	.1020148	11.51	0.000	.9737671	1.373.658
japonesas	.9410651	.1351494	6.96	0.000	.6761771	1.205.953
norteamericanas	1.611.265	.1131403	14.24	0.000	1.389.514	1.833.016
francesas	1.426.402	.1358346	10.50	0.000	1.160.171	1.692.633
italianas	.8804038	.1608082	5.47	0.000	.5652254	1.195.582
fisica	-.0043784	.0420014	-0.10	0.917	-.0866998	.0779429
auditiva	-.1356075	.0658692	-2.06	0.040	-.2647088	-.0065062
visual	-.0073607	.0692797	-0.11	0.915	-.1431464	.1284251
mental	-.8756283	.1283303	-6.82	0.000	-1.127.151	-.6241055
múltipla	-.4708209	.2976335	-1.58	0.114	-1.054.172	.11253
idadecent	-.0113356	.0003721	-30.47	0.000	-.0120648	-.0106064
idadecent2	-.001582	.0000318	-49.72	0.000	-.0016443	-.0015196
ggocup1	.5692189	.9117546	0.62	0.532	-1.217.787	2.356.225
ggocup2	.4359162	.0592945	7.35	0.000	.3197011	.5521312
ggocup3	-1.197.259	.053303	-22.46	0.000	-1.301.731	-1.092.787
ggocup4	-.9497747	.0527186	-18.02	0.000	-1.053.101	-.8464481
ggocup5	-.7087461	.0521783	-13.58	0.000	-.8110137	-.6064786
ggocup6	.1315567	.0518933	2.54	0.011	.0298477	.2332657
ggocup7	.3438066	.0784978	4.38	0.000	.1899538	.4976594
ggocup8	.562278	.0534074	10.53	0.000	.4576014	.6669546
ggocup9	.1687484	.0535975	3.15	0.002	.0636991	.2737977
_cons	.1004526	.1232148	0.82	0.415	-.141044	.3419492

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora

Anexo B. 16: Modelo de regressão de Sobreeducação, para mulheres brasileiras não brancas/negras (grupo de referência) e mulheres imigrantes do Norte e Sul global que residem 11 anos ou mais no Brasil.

sobreeduc	Coef.	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]	
haitianas	.0561548	.1675112	0.34	0.737	-.2721611	.3844707
paraguaias	.2702196	.0649486	4.16	0.000	.1429227	.3975165
argentinas	1.169.984	.0770005	15.19	0.000	1.019.066	1.320.903
bolivianas	.2209592	.0835438	2.64	0.008	.0572164	.3847021
uruguaias	.9671514	.0801322	12.07	0.000	.8100953	1.124.208
portuguesas	120.893	.0690143	17.52	0.000	1.073.665	1.344.196
japonesas	1.074.576	.1120638	9.59	0.000	.8549348	1.294.217
norteamericanas	1.214.481	.1509135	8.05	0.000	.9186956	1.510.266
francesas	1.626.795	.1808664	8.99	0.000	1.272.304	1.981.287
italianas	1.491.938	.1795804	8.31	0.000	1.139.967	1.843.909

fisica	-.0021163	.0419266	-0.05	0.960	-.084291	.0800584
auditiva	-.1572819	.0659346	-2.39	0.017	-.2865114	-.0280525
visual	-.0242799	.0695712	-0.35	0.727	-.160637	.1120771
mental	-.8857599	.1284847	-6.89	0.000	-1.137.585	-.6339344
multipla	-.5240062	.3033997	-1.73	0.084	-1.118.659	.0706464
idadecent	-.0106985	.0003736	-28.64	0.000	-.0114307	-.0099663
idadecent2	-.001571	.0000318	-49.36	0.000	-.0016334	-.0015086
ggocup1	.9532379	1.250.463	0.76	0.446	-1.497.624	34.041
ggocup2	.4498651	.0596177	7.55	0.000	.3330165	.5667136
ggocup3	-1.159.196	.0536972	-21.59	0.000	-126.444	-1.053.951
ggocup4	-.9159915	.0531248	-17.24	0.000	-1.020.114	-.8118687
ggocup5	-.6788875	.0525955	-12.91	0.000	-.7819728	-.5758022
ggocup6	.1391211	.0523189	2.66	0.008	.0365779	.2416643
ggocup7	.4372689	.0820574	5.33	0.000	.2764394	.5980984
ggocup8	.608932	.0539237	11.29	0.000	.5032435	.7146205
ggocup9	.3004433	.0541808	5.55	0.000	.1942509	.4066358
_cons	.0699287	.1240996	0.56	0.573	-.173302	.3131594

Fonte: Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017.

Elaboração: Própria feita pela autora